

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial



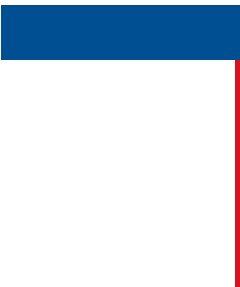
Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro
e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial



ÍNDICE

2 Lista de Acrónimos e Siglas	8
3 Mensagem do Ministro	10
4 Economia de Cabo Verde em 2022	18
5 Governance	23
5.1 Modelo De Governance	25
5.2 Planeamento e Gestão de Recursos Humanos	26
5.3 Estrutura Orgânica E Funcionamento do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial	28
6 Objetivo	30
7 Sumário Executivo	32
8 Ecosystema financeiro e Financiamento da economia	36
8.1 Consolidação orçamental e redução dos riscos Macro Fiscais	37
8.1.1 Execução Orçamental	37
8.1.1.1 Controle e Monitoramento Financeiro	38
8.1.1.2 Marcadores de Género no Orçamento do Estado	39
8.1.1.3 Transparência e Responsabilidade Financeira	41
8.1.2 Tesouro de Estado	41
8.1.2.1 Dívida Pública Total	42
8.1.2.2 Dívida Pública Externa	43
8.1.2.3 Dívida Pública Interna	44
8.1.2.4 Avals e Garantias	50
8.1.2.5 Consolidação da Reforma do Tesouro	52
8.1.3 Consolidação das medidas fiscais	53
8.1.3.1 Fatura eletrónica	53
8.1.3.2 Portal de Comércio, Selos Digitais e Pequenas encomendas	54
8.1.3.3 Projeto SISEF – Sistema Integrado de Segurança e Eficiência Fiscal	55
8.1.3.4 Desmaterialização dos Processos da DNRE	55
8.1.3.5 A performance de cobrança das Receitas Aduaneiras e Tributos Internos	55
8.1.3.6 Antifraude	56
8.1.3.7 Inspeção Tributária e Aduaneira	56
8.1.3.8 Planeamento e Cooperação	58
8.1.4 Estratégia Orçamental baseada em políticas	58
8.1.4.1 Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação	58
8.1.4.2 Sistema Nacional de Investimento	59
8.1.5 Gestão dos Ativos do Estado	59
8.1.5.1 E-Compras	59

8.1.5.2 Inventariação e valorização dos imóveis do Estado	59
8.1.6 Gestão de Projetos Especiais do Estado	61
8.1.6.1 Portfólio de Projetos	61
8.1.6.2 Execução Financeira dos projetos	62
8.1.7 Setor Empresarial do Estado	63
8.1.7.1 Restruturação	63
8.1.7.2 Privatizações, PPP e concessões	64
8.1.7.3 Processo de aquisição e de alienação parcial	65
8.1.7.4 Plataforma Digital de Monitorização e Avaliação do SEE	65
8.1.7.5 Risco macro fiscal do SEE	65
8.2 Fomentar o Empreendedorismo e o desenvolvimento das MPME	67
8.2.1 Reforço da participação de Start ups jovem	67
8.2.2 Pró Crédito	69
8.2.3 Fundo Lavanta	70
8.2.4 Programas de Investimentos da Pró Capital	71
8.2.5 Carteira de investimentos da Pró Capital	72
8.2.6 Participadas da Pró Capital	72
8.2.7 Desinvestimento da Pró Capital	73
8.2.8 Acordos de cooperação internacional da Pró Capital	73
8.2.9 Pró Garante: Criação e mobilização de linhas de créditos de apoio a Retoma Económica	73
8.2.10 Pró Garante: Risco de Garantias	75
8.2.11 Pró Garante: Risco de Liquidez	77
8.2.12 Pró Garante: Gestão Financeira	77
8.2.13 Dinamização de mercados de capitais	77
8.2.13.1 Promoção do mercado de valores mobiliários	78
8.2.13.2 Instrumentos financeiros	79
8.2.14 Fundo do Ambiente	81
8.2.15 Fundo da Sustentabilidade Social para o Turismo	84
9 Ecosistema Qualificação e Empregabilidade	85
9.1 Reforçar a formação e estágios profissionais	86
9.2 Acreditação das Entidades Formadoras	87
9.3 Promoção ativa do emprego	90
9.4 Carteiras Profissionais e Estratégia Nacional de Promoção do Emprego Digno	92
9.5 Estudos de Impacto das Políticas Ativas de Emprego 2018 - 2020	93
9.6 Competitividade e Emprego Digno	95
9.7 Execução Financeira dos projetos de promoção da formação e do emprego	95
10 Ecosistema Melhoria do Ambiente de Negócios	96
10.1 Estabelecimento de redes de Convenções de dupla tributação e tratados aduaneiros	97
10.2 Revisão, aperfeiçoamento e modernização do quadro jurídico-legal do sistema fiscal	98
10.3 Principais Resultados	100
10.3.1 Ações de promoção de investimento	102
10.3.2 Reuniões e Missões	102
10.3.3 Convenções de Estabelecimento	103



1. ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Evolução do PIB em 2022 (Ótica da Oferta e Demanda), INE 2023.	19
Figura 2: Evolução dos Preços e da Taxa de Câmbio em 2022, BCV e INE 2023.	19
Figura 3: Evolução do Comércio Externo em 2022, MFFE 2023.	20
Figura 4: Evolução das Finanças Públicas em 2022, MFFE 2023.	20
Figura 5: Evolução dos Indicadores Monetários e Financeiros em 2022, MFFE 2023.	21
Figura 6: Modelo de Governance Internacional.	24
Figura 7: Modelo de Governance top down, DGPOG 2022.	25
Figura 8: Ranking Mundial da Governance em Cabo Verde.	26
Figura 9: Número de colaboradores por Direções, DGPOG 2022.	27
Figura 10: Orgânica do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial.	29
Figura 11: Orçamento previsto vs executado, DNOCP, 2022.	38
Figura 12: Evolução do número dos pensionistas e os montantes pagos, DNOCP, 2022.	39
Figura 13: OE e Execução na Dimensão do Género, DNOCP, 2022.	39
Figura 14: Dash board Fatura Eletrónica, DNRE, 2022.	54
Figura 15: Número de edifícios por Instituição, DGPCP 2022.	60
Figura 16: Distribuição dos projetos especiais, UGPE 2022.	62
Figura 17: Distribuição dos projetos por status e por financiador, UGPE 2022.	62
Figura 18: Execução dos projetos especiais, UGPE 2022.	63
Figura 19: Total das Candidaturas Start Up Jovem, Pró Empresa 2022.	68
Figura 20: Candidaturas Start up Jovem Pendente do Banco, Pró Empresa 2022.	68
Figura 21: Candidaturas de Pró Crédito submetidas, Pró Empresa 2022.	69
Figura 22: Candidaturas de Pró Crédito aprovadas, Pró Empresa 2022.	70
Figura 23: Números de Projetos Submetidos ao Fundo Lavanta, Pró Empresa 2022.	70
Figura 24: Números de Projetos do Fundo Lavanta em fase de implementação ou à espera do desembolso do banco, Pró Empresa 2022.	71
Figura 25: Número de Operações e Montante de Crédito por Dimensão de Empresa, Pró Garante 2022.	74

Figura 26: Quota de mercado por montante de crédito garantido e por número de operações, Pró Garante 2022.	74
Figura 27: Número de Operações e Montante de Crédito Garantido por Atividade Económica, Pró Garante 2022.	74
Figura 28: Montante de Crédito Garantido a Microempresas e Pequenas Empresas por ilha, Pró Garante 2022.	75
Figura 29: Perda Esperada e Probabilidade de Incumprimento por Produto, Pró Garante 2023.	76
Figura 30: Evolução das ações cotadas na bolsa, BVC 2023.	77
Figura 31: Ações de formação, IEFP 2022.	87
Figura 32: Alvará de acreditação por ilha, DGE 2022.	88
Figura 33: Alvará de acreditação por modalidades de formação.	88
Figura 34: Alvará de acreditação por tipo.	89
Figura 35: Alvará por estado e por natureza.	89
Figura 36: Estágios Profissionais, IEFP 2022	91
Figura 37: Profissionais interessados no título da carteira profissional, impulsionado pelas ações de divulgações do regime jurídico de acesso e exercício das profissões regulamentadas, DGE 2022.	92
Figura 38: Beneficiários (em efeito) segundo programa/projeto, OMT 2022.	93
Figura 39: Taxa de inserção nos primeiros 12 meses (%) por programa, OMT 2022.	94
Figura 40: Taxa de inscrição no INPS, DGE 2022.	94
Figura 41: Volume de Investimentos Aprovados e Empregos Previstos por ilha, CVTI 2022.	101

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos e financeiros de Cabo Verde 2015 - 2020, INE, BCV e MF 2023.	22
Tabela 2: Aplicação do Sistema de Marcadores de Género, DNOCP, 2022.	40
Tabela 3: Composição e indicadores da Dívida Pública 4º Trimestre 2022 (milhões de ECV), BE 2023.	42
Tabela 4: Dívida do Setor Público (em milhões de ECV), BE 2023.	43
Tabela 5: Stock da Dívida Pública Externa (em milhões de ECV), BE 2023.	43
Tabela 6: Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões de ECV), BE 2023.	44
Tabela 7: Desembolso por Setor/Área Económica (em milhões de ECV), BE 2023.	44
Tabela 8: Desembolso por Credor (em milhões de ECV), BE 2023.	45
Tabela 9: Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões de ECV), BE 2023.	46
Tabela 10: Fluxos e Transferência Líquida da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões de ECV), BE 2023.	47
Tabela 11: Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo central (em milhões de ECV), BE 2023..	48
Tabela 12: Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por categoria de empréstimo e tipo de instituição (em milhões de ECV), BE 2023..	48
Tabela 13: Pagamentos planeados do Serviço da Dívida dos Títulos do Tesouro por grupo e tipo de instrumento (em milhões de ECV), BE 2023.	49
Tabela 14: Stock de Garantias e Avals em 31 de dezembro de 2022 (dívida avalizada), BE 2023.	50
Tabela 15: Emissão de Avals e Garantias, DGT 2023.	51
Tabela 16: Instituições Bancarizadas em 2022, DGT 2022.	52
Tabela 17: Número de edifícios do Estado por ilha, DGPCP 2022.	60
Tabela 18: Portfólio de projetos especiais, UGPE 2022.	61
Tabela 19: Ponto de situação dos processos de privatização / concessões em 2022, UASE 2023.	64
Tabela 20: Ponto de situação dos processos de alienação de participação social em 2022, UASE 2023.	65
Tabela 21: SOE Health Tool, UASE 2022.	66
Tabela 22: Projetos 2022, Pró Capital 2023.	72
Tabela 23: Garantias Emitidas Vigentes, Pró Garante 2023.	75
Tabela 24: Probabilidade de acionamento e perda esperada por instituição financeira, Pró Garante 2023.	76
Tabela 25: Emissões de obrigações concluídas, BVC 2023.	79
Tabela 26: Capitalização bolsista, BVC 2023.	80
Tabela 27: Fonte de Financiamento, FE 2022.	82
Tabela 28: Desembolso dos projetos municipais, FE 2022.	83
Tabela 29: Desembolso dos projetos municipais - Financiamento de Aterros Sanitários, FE 2022.	84
Tabela 30: Distribuição da Origem dos Projetos aprovados, CVTI 2022.	101

2. LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

BCV	Banco de Cabo Verde
BE	Boletim Estatístico da Dívida Pública
BICD	Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO
BVC	Bolsa de Valores de Cabo Verde
CEJFA	Centro do Estudo Jurídico, Fiscal e Aduaneiros
CEFP	Centro de Emprego e Formação Profissional
CERMI	Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial
CVTI	Cabo Verde TradeInvest
CVTF	Cabo Verde Investment Fórum
DGA	Direção Geral das Alfândegas
DGCI	Direção Geral das Contribuições e Impostos
DGPCP	Direção Geral do Património e da Contratação Pública
DGPOG	Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão
DGT	Direção Geral do Tesouro
DNOCP	Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
ENCAVE	Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais
FE	Fatura Eletrónica
FPC	Formação Profissional Continua
FPI	Formação Profissional Inicial
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística

INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
ONG	Organizações Não Governamentais
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
SEE	Setor Empresarial do Estado
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
UASE	Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado
UTIC	Unidade de Tecnologia, Inovação e Comunicação



3. MENSAGEM DO MINISTRO

O Estado da Nação em 2022 é marcado por um mundo em crise e por tempos difíceis e exigentes.

Continuamos confiantes!

A pandemia da COVID 19, a Guerra na Ucrânia e as mudanças climáticas vêm marcando esse mundo em crise.

A pandemia da COVID-19 lançou a Economia Mundial na pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial.

A crise pandémica gerou impactos dramáticos na pobreza e nas desigualdades globais.

A Guerra na Ucrânia, resultante da invasão da Rússia, piorou a situação económica, social e humanitária em vários países do mundo, com particular incidência nos países menos desenvolvidos.

O Mundo está a sofrer efeitos das mudanças climáticas.

Este é o contexto que todos os países do mundo estão a viver.

Cabo Verde faz parte deste mundo e sofre fortemente os impactos das crises.

Temos de responder com coragem.

As **prioridades da governação foram alteradas** para colocar foco em salvar vidas, proteger o emprego, as empresas e o rendimento, assegurar cuidados e, ao mesmo tempo, investir na recuperação dos impactos gravosos da crise pandémica.

À semelhança do que aconteceu com vários países do mundo, a pandemia da COVID-19 provocou, em Cabo Verde, a maior contração

económica de sempre; aumento da dívida pública; aumento da taxa de desemprego; aumento da pobreza; e agravamento da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Fizemos uma boa gestão da pandemia. Neste processo, pudemos contar com o importante apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento. Protegemos pessoas, famílias, trabalhadores e empresas. Devemos ter orgulho pelo facto de Cabo Verde ser dos cinco países africanos com maior nível de vacinação, muito superior às médias mundiais e da África subsariana.

A guerra na Ucrânia veio agravar o quadro económico e social do país. Depois da forte contração económica em 2020, o ano de 2021 dava sinais claros de retoma económica: a economia cresceu cerca de 7% com baixa inflação (1,9%).

A prioridade volta novamente a ser mitigar os efeitos de mais uma crise, com impactos gravosos sobre o país. Sem as medidas de estabilização de preços, a inflação poderia situar-se, neste ano de 2022, em 11,3%, bem acima dos 7,9% registados.

Não obstante os efeitos da Guerra, a economia cresceu 17.7% em 2022 com a inflação a disparar para 7,9%.

É prova de resiliência de toda a Nação.

Temos de continuar a investir na estabilidade macroeconómica, na previsibilidade e na confiança, na criação de empregos e na atração do investimento. Mas também temos de continuar a acelerar as reformas.

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MMFE) está no centro disto tudo!

Vamos continuar a fazer mais, a fazer melhor e a fazer mais rápido por Cabo Verde.

Assinatura

Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial



A Conferência Internacional de Parceiros (CIP), “Impulsionar mudanças e acelerar o desenvolvimento” contou com a presença de Membros de Governo, do primeiro Ministro da Guiné-Bissau, do Ministro da Coordenação Económica de Angola, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Portugal, parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, setor privado, do Presidente da Câmara Municipal da Boavista e de demais autoridades nacionais e locais. A CIP validou as orientações do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, PEDS II (2022 – 2026), que operacionaliza o Programa do Governo da Xª Legislatura e o primeiro ciclo da Ambição 2030.



O Governo e a UE assinaram a Convenção de Financiamento de Apoio Orçamental 2021-2024, no valor de aproximadamente 18 milhões de euros, visando apoiar o Governo de Cabo Verde a criar condições para a saída da crise económica e social provocada pela pandemia COVID-19, para a erradicação da pobreza extrema, para a transformação energética, para reforçar a dinamização da economia verde e promover a criação de empregos decentes e sustentáveis.



No âmbito do plano da recuperação económica, o MFFE efetuou a apresentação do Plano de Retoma, num encontro com o setor privado. O Governo disponibilizou várias linhas de crédito com taxas de juros não superior a 3,5% e com garantias de 50% da bonificação de juros. A linha de financiamento constituiu uma componente de mais de 5 milhões de contos, através da garantia de carteira de crédito e garantia individual, bem como uma linha de crédito de mais de 4 milhões de contos com o aval do Estado, totalizando um montante global de 9 milhões de contos.



Na mesma linha, foi assinada uma adenda aos Protocolos do Sistema de Garantia Parcial de Crédito com todos os Bancos Comerciais em Cabo Verde, que estabelece o enquadramento para a operacionalização das Linhas de Crédito constantes do Plano de Retoma Económica. O Plano foi e continua a ser uma operação muito importante e oportuna para o contexto de tripla crise no país.



O desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação foi uma das reformas assumida pelo Governo no âmbito da Gestão das Finanças Públicas (GFP), no ano de 2022. Ao serem identificados os instrumentos necessários para a sua efetivação, foi assinado o memorando de entendimento com a Fundação Getúlio Vargas em matéria de assistência técnica para o monitoramento e avaliação de políticas públicas.



Em Washington foi acordado com o Banco Mundial o financiamento do Projeto Capital Humano em Cabo Verde através da Associação Internacional de Desenvolvimento, no montante de 26 milhões de dólares. O financiamento surgiu num momento importante para Cabo Verde, priorizando projetos ligados ao setor da Educação, da Formação Profissional, da Inclusão Social e da Habitação Social, visando melhorar os serviços básicos e os níveis de empregabilidade entre os jovens e as mulheres cabo-verdianos.



Relativamente aos eventos de investimentos, Cabo Verde Investment Fórum (CVIF) 2022, foi um marco histórico para o país, no sentido que foram registados cerca de 27 projetos na plataforma, realizadas 130 sessões de B2Bs e participantes provenientes de 25 países. Foi também assumido um compromisso de investimentos num valor global de aproximadamente 4.500 milhões de euros distribuídos por 6 ilhas.

A assinatura do acordo de financiamento do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Resiliente e Economia Azul com o Banco Mundial, no valor de 30 milhões de dólares, acrescido de uma verba de 5 milhões de dólares de cofinanciamento, através de uma subvenção do Programa Global para o Fundo Fiduciário Multidoadores da Economia Azul, foi também um importante registo no CVIF 2022. O acordo elevou a posição do Governo, criando melhores condições para alavancar o setor do turismo e contribuir para o desenvolvimento da economia de um modo sustentável.





Relativamente ao financiamento das grandes infraestruturas, a inauguração das obras de requalificação e de modernização do Porto Inglês, foi um outro momento histórico para Cabo Verde, que marcou uma nova trajetória para a ilha do Maio, rumo a um desenvolvimento inclusivo e sustentável. O projeto contou com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento e da União Europeia, num valor de 2.200 milhões de ECV.



Impulsionando a abrangência de Cabo Verde ao nível de cooperações multilateral, realizou-se no MFFE a abertura da 10ª Assembleia Geral Extraordinária do Banco de Investimento e Desenvolvimento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (BIDD). A agenda de encontro visava discutir os choques associados às questões climáticas, a crise da pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e os impactos nos preços dos combustíveis e dos produtos alimentícios. Outro assunto sobre a mesa foi o reforço dos fundos próprios do Banco, a adequação do capital e aumento da liquidez e disponibilização de linha de financiamento alternativa para o setor público. Assim, o Banco já estaria em condições mais favoráveis de oferecer recursos concessionais e reforçar a capacidade global em gestão de riscos.

Relativamente ao trabalho de parcerias para impulsionar o Ecosistema Qualificação e Empregabilidade, foi assinado com Portugal uma adenda ao Acordo de Parceiros para a Implementação do Projeto Integrado de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde (PIEFP-CV). A iniciativa permitiu dar a continuidade do apoio técnico e financeiro de Portugal ao IEFP de Cabo Verde e reforçar a Assistência técnica à Direção Geral do Emprego (DGE) e Sistema Nacional de Qualificações.



No âmbito do Projeto Car Wash/Formação, o Excelentíssimo Vice-primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial, Dr. Olavo Correia, presidiu a cerimónia de encerramento da formação, promovida pelo IEFP, que culminou na entrega de certificados e de kits de autoemprego e de empreendedorismo.

A missão do Governo no âmbito da Qualificação e Empregabilidade vem centrando na criação de novas oportunidades. Nesta linha, a formação profissional é uma amostra daquilo que tem vindo a ser feito, **“Qualificar para o emprego, qualificar para a empregabilidade”**

Ao nível nacional, foram capacitados 120 lavadores de carro e foram entregues 29 kits de autoemprego (Programa Car Wash) e 36 kits (Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo).

O projeto foi orçado em, aproximadamente, 6 milhões escudos, financiados no âmbito do Programa Integrado do Desenvolvimento do Empreendedorismo, **“Desenvolver quadros profissionais bem qualificados com trabalhos bem remunerados e gratificantes.**



4. ECONOMIA DE **CABO VERDE** **EM 2022**

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

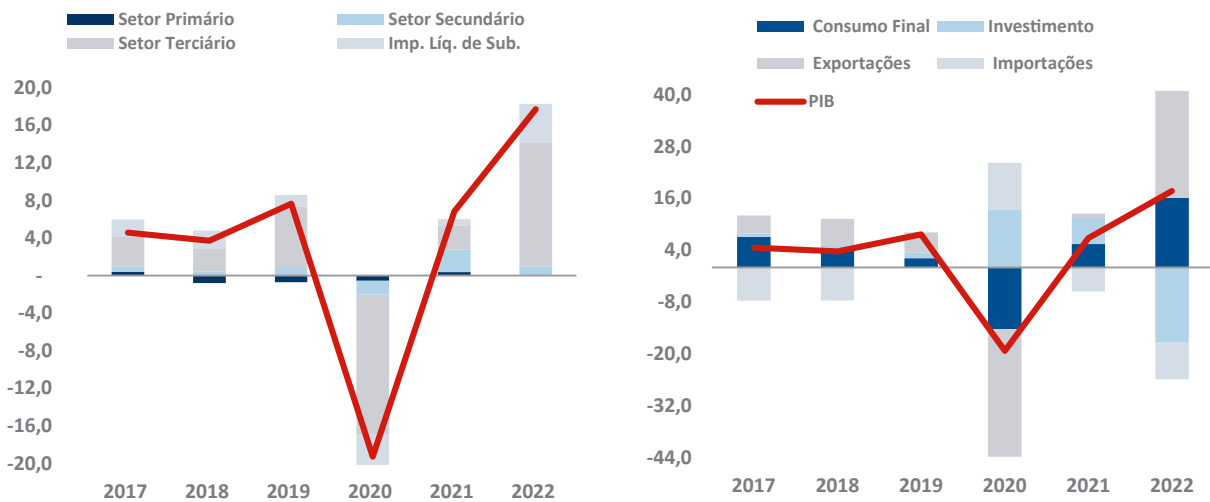


Figura 1: Evolução do PIB em 2022 (Ótica da Oferta e Demanda), INE 2023.

No cenário internacional, o ano de 2022 ficou marcado pela tensão geopolítica entre Rússia e Ucrânia. Este conflito veio agravar a tendência de subida de preços das matérias-primas energéticas e de bens de primeira necessidade, que já vinham aumentando desde os finais de 2021, devido à disseminação da nova variante da Ómicron (Covid-19). A economia nacional recuperou em 2022, com altas taxas de crescimento, pese embora a elevada inflação que está agravando o custo de vida das famílias e as decisões dos empresários. De acordo com os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em 2022, a atividade económica cresceu 17,7%. Do lado da oferta agregada, esse resultado advém nomeadamente dos contributos do setor terciário (+13,3 p.p., para o crescimento) e dos impostos líquidos de subsídios (+4,1 p.p., para o crescimento), derivado sobretudo dos estímulos e da dinâmica recuperação da atividade económica. Do lado da demanda agregada, esse crescimento reflete a dinâmica das exportações (+17,8 p.p., para o crescimento) e do consumo privado (+24,8 p.p., para o crescimento), apesar do contributo negativo dos investimentos (-17,3 p.p., para o crescimento).

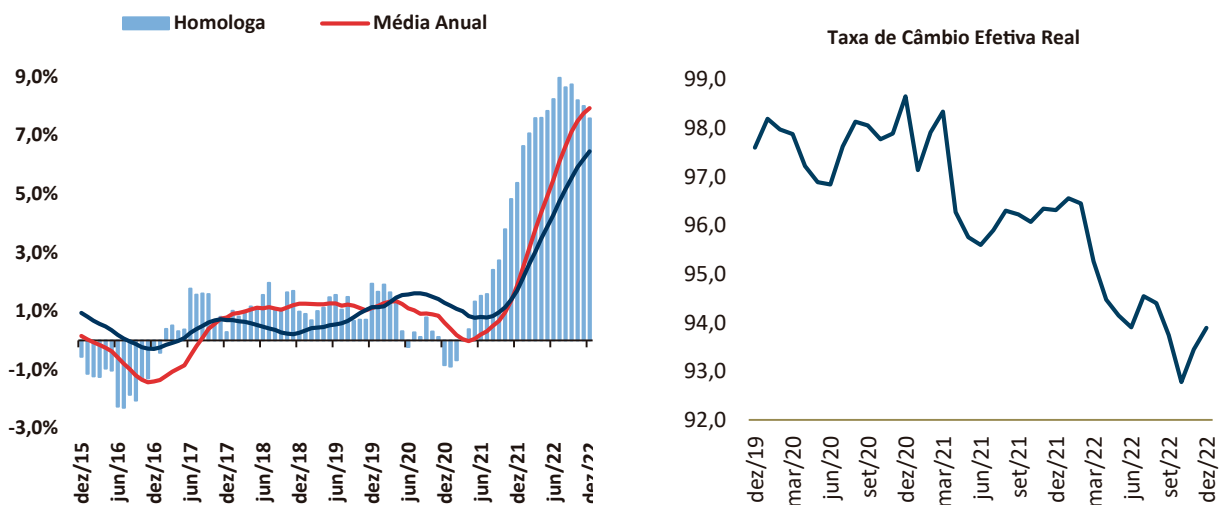


Figura 2: Evolução dos Preços e da Taxa de Câmbio em 2022, BCV e INE 2023.

Em 2022 a inflação acelerou para o seu valor mais alto desde a década de noventa. Conforme os dados publicados pelo INE, a inflação média anual foi de 7,9 (1,9% no período homólogo), derivado, fundamentalmente, do comportamento dos preços internacionais dos bens energéticos e dos bens alimentares no mercado internacional. Os dados referentes ao mercado cambial apresentados pelo Banco de Cabo Verde (BCV) mostram que, em 2022, a taxa de câmbio efetiva real depreciou 2,5%, face ao período homólogo. No mesmo período, o Dólar custava em média 104,31 ECV (97,55 ECV em dezembro de 2021), valorizando cerca de 5,4%.

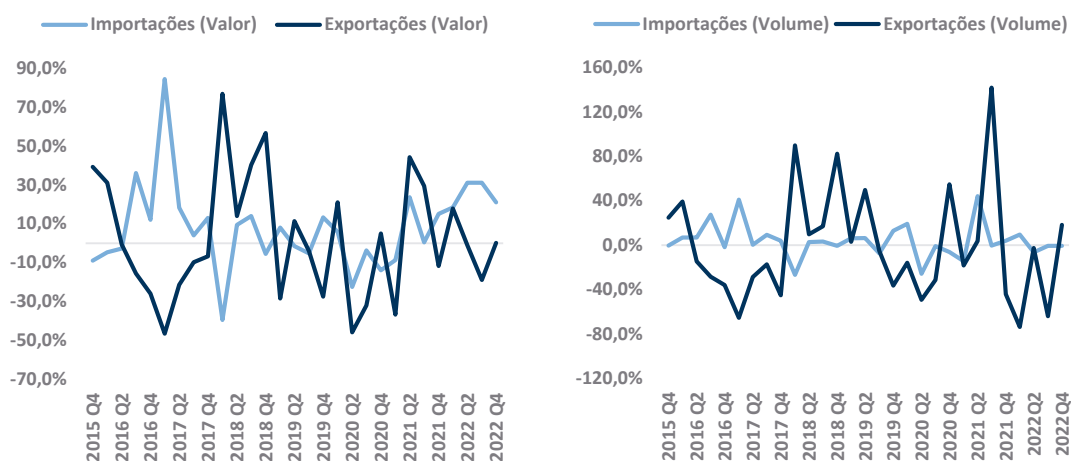


Figura 3: Evolução do Comércio Externo em 2022, MFFE 2023.

Quanto ao setor externo, os dados da Direção Geral das Alfândegas mostram que a balança comercial de bens se deteriorou 27,5% em 2022. As exportações de bens reduziram 3,1% em valor e 32,1% em volume, nomeadamente do peixe congelado (-46,0% em valor e -19,8% em volume) e do peixe enlatado (-9,5% em valor e -2,9% em volume). As importações de bens, por sua vez, aumentaram 25,4% e 0,01% em volume, devido aos desempenhos registados nas categorias de bens de consumo (+24,2% e +5,6% em valor e volume, respetivamente), bens intermédios (+14,4% em valor e -5,8% em volume) e dos combustíveis (+94,3% e +10,3 em valor e volume, respetivamente).

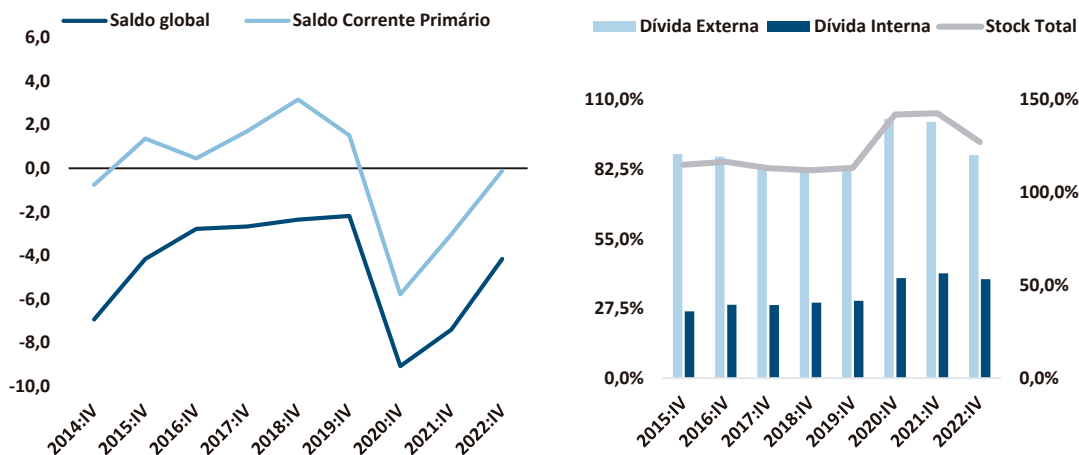


Figura 4: Evolução das Finanças Públicas em 2022, MFFE 2023.

Em relação às Finanças Públicas, os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia e da crise inflacionária afetaram negativamente as finanças do país, tendo o deficit global situado, provisoriamente, em 4,0% do PIB projetado para 2022 (-7,5% do PIB no período homólogo). O saldo corrente primário atingiu o montante negativo de 265,7 milhões de ECV, correspondendo a um deficit de 0,1% do PIB (-6.279,8 milhões de ECV no período homólogo). Este resultado refletiu a performance das receitas totais (+18,3%), das despesas totais (+6,6%) e dos ativos não-financeiros (-3,7%). De acordo com os dados provisórios, no 4º trimestre de 2022, o rácio stock da dívida pública/PIB situou-se, provisoriamente, em 120,9% (143,7% no período homólogo). Analisando a estrutura da dívida, constata-se que o stock da dívida interna atingiu 90.673,5 milhões de ECV (37,2% do PIB) e o stock da dívida externa em 204.550,6 milhões de ECV (83,7% do PIB).

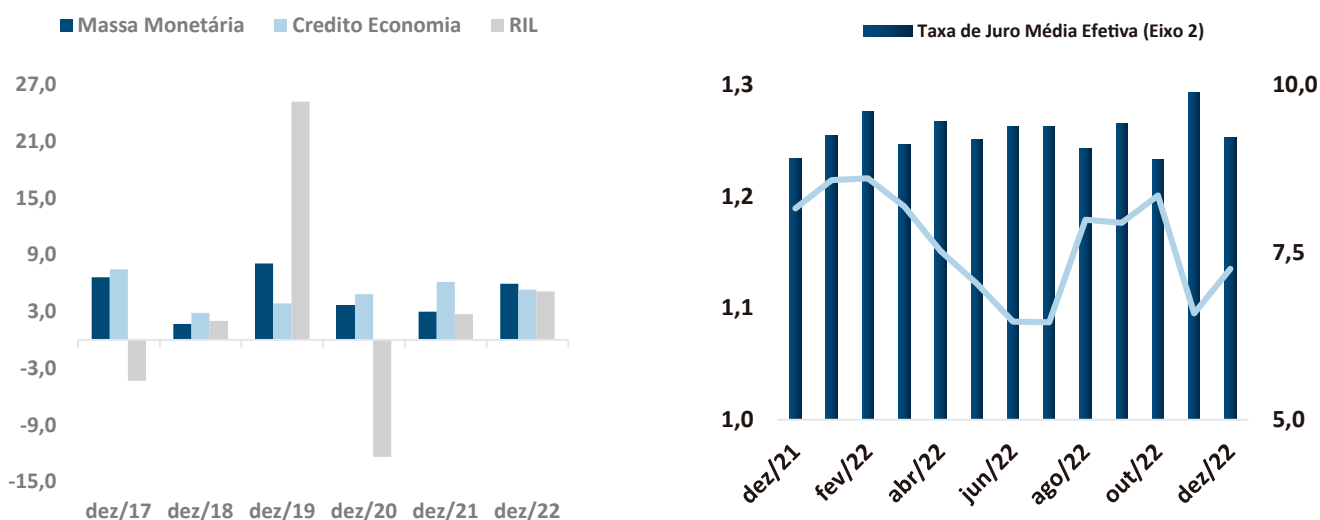


Figura 5: Evolução dos Indicadores Monetários e Financeiros em 2022, MFFE 2023.

No setor monetário, os dados do Banco de Cabo Verde (BCV) disponíveis em dezembro de 2022, mostram crescimento contínuo nos ativos monetários, particularmente dos ativos externos (+8,3%), o que culminou no aumento de 5,9% na oferta monetária (+2,7% em dezembro de 2021). As reservas internacionais líquidas cresceram 5,1%, face ao período homólogo, no entanto garantindo 6,8 meses das importações estimadas para 2022. O crédito à economia cresceu 5,3%, com o crédito ao setor privado a crescer 4,8%, podendo afetar positivamente a dinâmica dos investimentos e, conseqüentemente, a geração de empregos. Os dados financeiros do BCV mostram que a taxa de juro média efetiva aplicada nos empréstimos bancários se situou em 9,2%, registando um acréscimo de 0,3 p.p., face ao registado no período homólogo. Já as taxas de juros passivas aplicados nos depósitos a prazo situaram-se em 1,1%, o mesmo valor registado no período homólogo. Segue-se no quadro abaixo, os principais indicadores macroeconómicos e financeiros de Cabo Verde referente ao período de 2015 – 2022p.

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022P
Contas Nacionais, Preços e Emprego									
Produto Interno Bruto	Taxa variação em %	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7
Inflação Média Anual	Taxa variação em %	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	7,9
Inflação Homóloga	Taxa variação de dezembro em %	-0,5	-0,3	0,3	0,9	1,9	-0,9	5,4	7,6
Taxa de Desemprego	em % da população ativa	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	8,3	12,1
Sector Monetário e Financeiro									
Massa Monetária	Taxa variação em %	5,9	8,4	6,6	1,7	8,1	4,1	3,1	5,2
Ativo Externo Líquido do Sistema	Taxa variação em %	13,4	18,6	2,3	-6,5	24,8	-9,9	5,2	8,3
Crédito Interno Líquido	Taxa variação em %	2,2	3,7	6,3	2,9	-2,1	6,7	4,8	7,4
Crédito à Economia	Em % do PIB	55,7	54,4	55,2	53,9	51,6	66,5	65,8	55,3
Taxa de Câmbio									
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	Valores Médios	102,4	102,7	103,0	103,5	102,9	103,2	101,2	100,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	Valores Médios	131,8	129,7	128,7	128,6	127,4	128,0	96,5	94,4
Taxa de Câmbio USD/CVE	Valores Médios	99,4	99,7	97,9	93,4	98,5	96,8	93,2	104,9
Sector Externo									
Balança Corrente	Em % do PIB	-3,1	-3,4	-7,0	-4,4	-1,0	-15,3	-11,8	-3,4
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	Em % do PIB	6,6	6,4	5,0	4,7	5,4	3,6	4,4	5,5
Reservas/Importações	Meses	6,7	7,2	6,0	5,6	6,9	7,9	7,5	6,8
Finanças Públicas									
Saldo Global	Em % do PIB	-4,2	-2,7	-2,6	-2,3	-2,1	-9,0	-7,5	-4,0
Saldo Global Primário	Em % do PIB	-1,8	-0,4	-0,3	0,0	0,1	-6,4	-5,3	-1,8
Stock da Dívida Pública	Em % do PIB	115,0	114,9	111,7	111,2	108,5	141,2	144,0	120,9

Tabela 1: Indicadores macroeconómico e financeiro de Cabo Verde 2015 - 2020, INE, BCV e MF 2023.



5. **GOVERNANCE**

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

Cabo Verde é um país com uma excelente prática democrática e um histórico extenso da estabilidade política, incentivando uma participação ativa da sociedade civil, academias e do setor privado nas políticas do Governo. Neste sentido, considera-se que, a Governance em Cabo Verde é um recurso intangível, atribuindo responsabilidades a todos os colaboradores governamentais e não governamentais para o desenvolvimento sustentável da economia nacional. Porém, uma Boa Governance requer também, que sejam adotados outros mecanismos como a; i) liderança, ii) estratégia e iii) controle, assentes em princípios da Accountability, capacidade de resposta, orientações estratégicas, integridade ética, relevância pública, confiabilidade e comunicação eficiente, contribuindo para a sustentabilidade, eficiência e transparência da instituição, permitindo-a alcançar os objetivos de médio e de longo prazo. É nesta lógica que, o Governo de Cabo Verde vem promovendo uma Governance transparente e responsável em linha com as melhores práticas internacionais, envolvendo os colaboradores institucionais, sociedade civil e o setor privado.

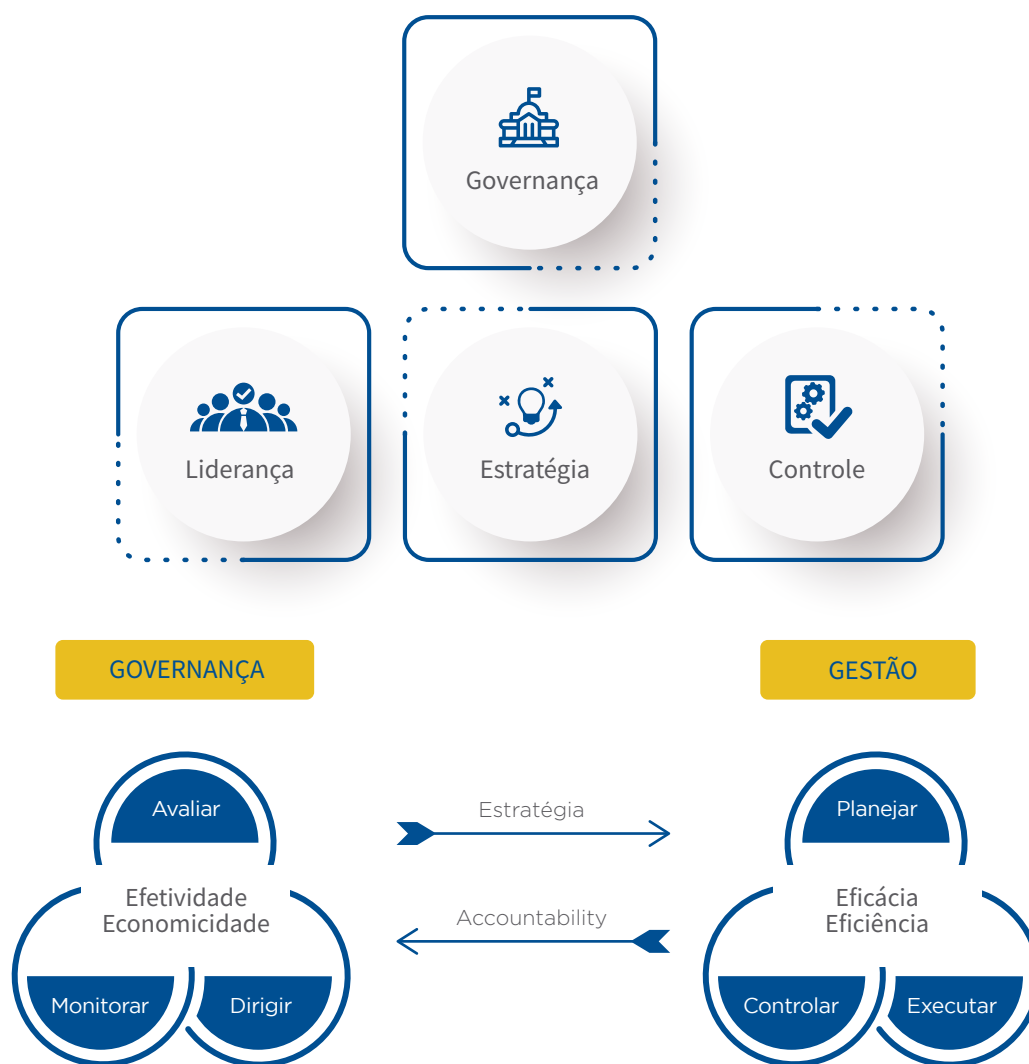


Figura 6: Modelo de Governance Internacional.

5.1. MODELO DE GOVERNANCE

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE) assume o seu papel institucional como o principal responsável pela gestão do Sistema Nacional do Planeamento, assegurar a mobilização de recursos e liderar a execução do novo PEDS II (2022 -2026). O modelo de Governance do MFFE é um modelo Top Down baseado na Carta de Missão com as diretrizes e com os objetivos específicos claros e bem definidos para todos os seus colaboradores.



Figura 7: Modelo de Governança Top Down, DGPOG 2022.

O modelo Top Down estabelece, ainda, outras metas mais exigentes que estão associadas aos catálogos de produtos entregáveis, devendo o Sistema de Monitoramento e Avaliação emitir relatórios trimestrais e os departamentos serem obrigados a prestarem contas. Contudo, Cabo Verde, dado à sua vulnerabilidade geográfica, ambiental, económica e financeiro, o cenário internacional continua a apresentar um nível de risco significativo para Cabo Verde, desafiando os governantes a adotarem um maior compromisso junto da sociedade civil, setor privado e dos parceiros internacionais. Para dar resposta aos compromissos assumidos em 2022, o Governo implementou um conjunto de medidas assentes em políticas sociais e financeiras para mitigar os choques exógenos evidenciados nos últimos anos. Devido ao desempenho do Governo na implementação das suas políticas, entre o ano de 2021 – 2022, o país foi reconhecido internacionalmente, sobretudo pela sua gestão de transparência, luta contra a corrupção e promoção da cultura de participação cívica das organizações da sociedade civil e do setor privado, como se pode verificar na figura abaixo.

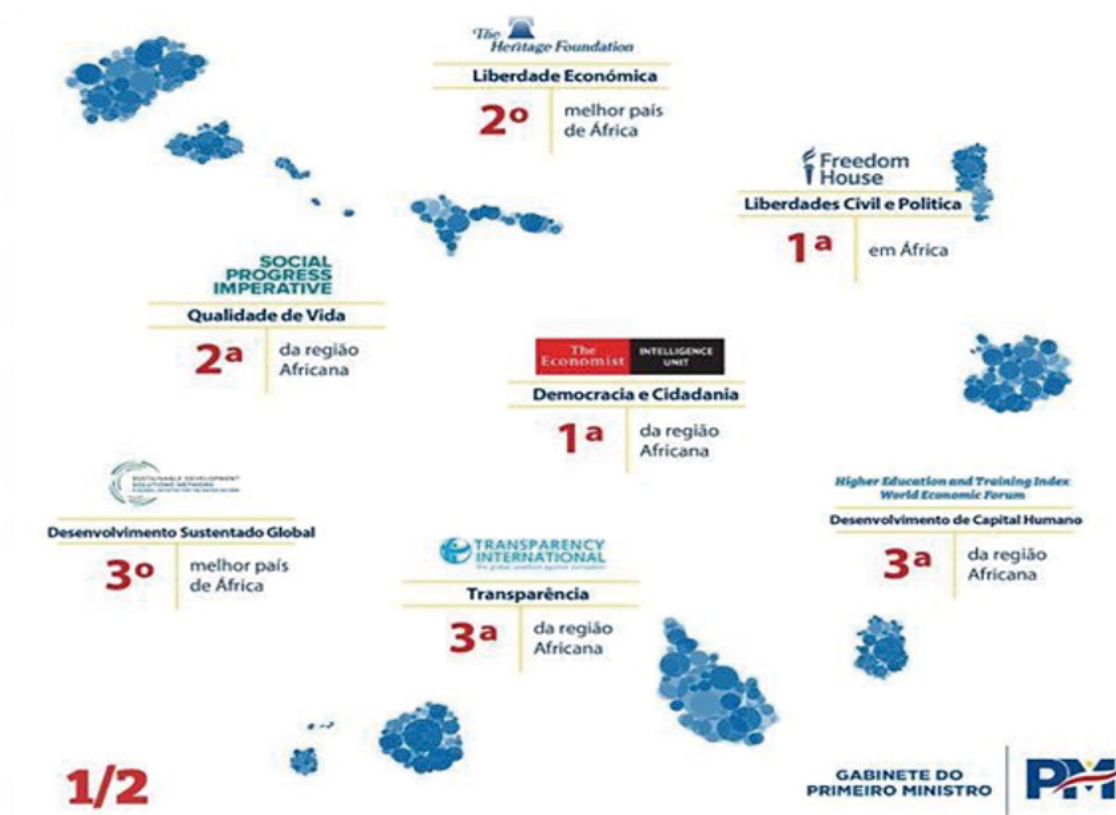


Figura 8: Ranking Mundial da Governance em Cabo Verde..

5.2. PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

No final do ano de 2022, o MFFE contava com 617 empregados, distribuídos pelas unidades e afinidades técnicas nas direções em sede do Ministério e bases territoriais com uma média de idade que ronda os 48 anos. Do total, cerca de 83,4%, incluindo os serviços que integram a UASE e a UTIC, são do regime privativo. O pessoal do quadro comum (DNRE, DGPOG, DGE, DNOCP, IGF, DGPCP, DGT) representam 10% e o pessoal do quadro especial/dirigente 6,6%. Em termos do vínculo laboral, cerca de 16,6% dos trabalhadores do MFFE, mantém uma relação jurídica através de contrato a termo e 70,1% dos mesmos encontram-se afetos aos serviços integrados no quadro (especial, comum e privativo). Os contratos de prestação de serviço rondam os 9,8%, sendo que o regime privativo absorve 34% do total. No que diz respeito à antiguidade, o tempo de serviço

efetivo prestado pelos funcionários corresponde a uma média de 9 anos, para o pessoal com contrato a termo a média atinge os 10 anos, enquanto que para os colaboradores com contrato de prestação de serviço, a média situa-se à volta dos 5 anos. Para o pessoal dirigente com contratos de Gestão, o tempo médio de serviço prestado é também de 5 anos.

A estrutura com o maior número de colaboradores é a DNRE (DGCI e DGA) com 350 funcionários, seguido da DGPOG com 38 e da DGPCP e DNOCP ambas com 36, DGT com 32, IGF com 27 e a UASE com 12 colaboradores cada. A CEJFA, a DGPOG e a UTIC, constituem os serviços centrais de estudos, planeamento e gestão, e prestam apoio transversal, a todo o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, contando os dois últimos com 38 e 26 colaboradores, respetivamente. O MFFE vem promovendo a igualdade de género, pelo que, em 2022, 345 funcionários e colaboradores compõem o género feminino (56%), face aos 272 do género masculino (44%). No entanto, vale salientar que os serviços com maior presença masculina são a UTIC (73%), GMFFE (63%) e IGF (63%). Por outro lado, os serviços com maior presença feminina são DGE, DNOCP e DGPOG (79%, 78%, e 76%), respetivamente.

Em termos de habilitações literárias, cerca de 4% dos colaboradores possuem mestrado, 61% tem o grau mínimo de licenciatura e 35% o ensino secundário, tendo aumentado consideravelmente o nível de habilitações ano pós ano.

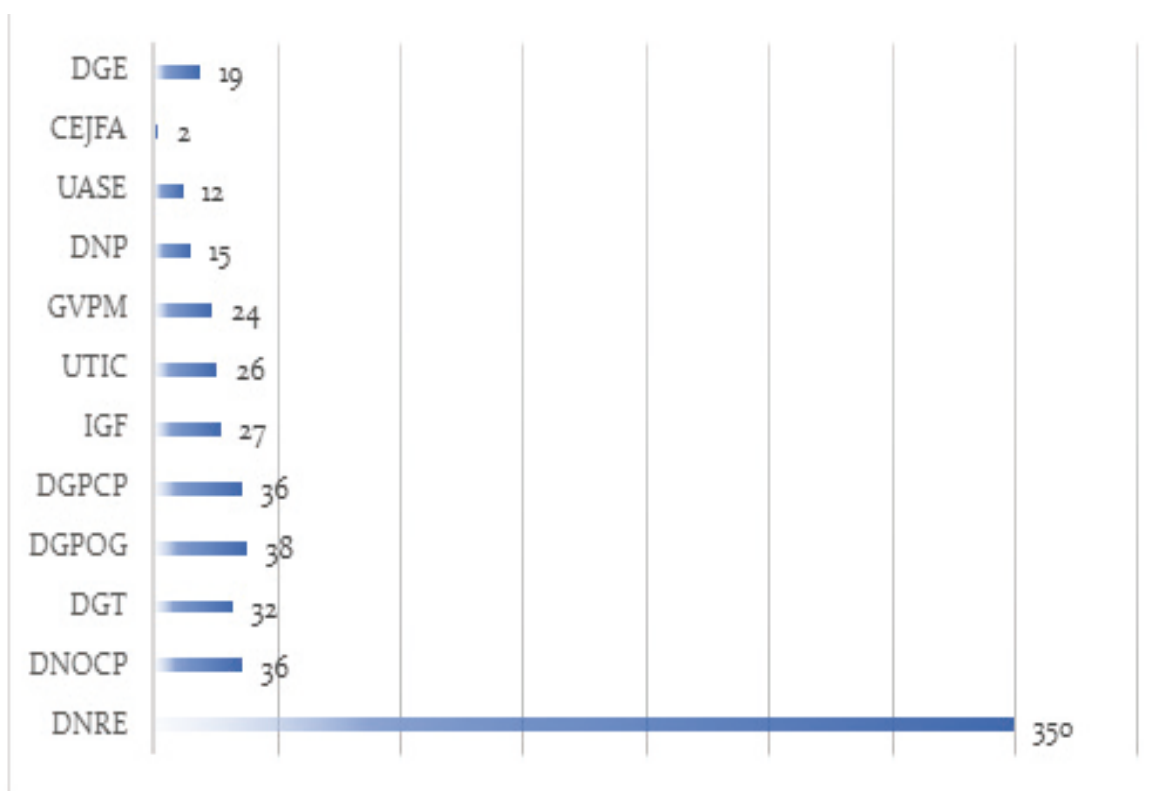


Figura 9: Número de colaboradores por Direções, DGPOG 2022.

5.3. ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE) é liderado superiormente pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial coadjuvado no exercício das suas competências pelos Secretários de Estado das Finanças e pela Secretária de Estado do Fomento Empresarial, assim como estabelecido no Extrato de despacho nº 78/2021, de 15 de outubro. O Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial prossegue as atribuições em matéria de gestão das finanças do Estado nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro e património, e nos domínios da privatização, reformas económicas, competitividades da economia, fomento empresarial, atração de investimentos, emprego, formação profissional, qualificação para o emprego e para o empreendedorismo, planeamento e aquisições públicas. Prosseguem-se também as suas atribuições através de órgãos e serviços centrais de apoio, planeamento, gestão, conceção de políticas e estratégias, bem como de pessoas coletivas públicas integradas na administração indireta e empresarial do Estado, nos termos da presente orgânica e da legislação especial aplicável, cita Decreto-lei n.º 76/2021 de 2 de novembro, MFFE.

Com o propósito de acelerar a realização dos objetivos do Governo da Xª Legislatura, através do Extrato de despacho nº 78/2021, de 15 de outubro e em conformidade com o disposto no artigo 19º do Decreto-Legislativo nº2/95 de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº53/2021, de 6 de agosto, e alínea b) do número 2 de artigo 209º da Constituição, por um lado, delegou-se os poderes do Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial ao Secretário de Estado das Finanças relativas à Direção Geral do Tesouro no âmbito do Serviço de Tesouraria e Gestão de Contas, à Direção Geral do Património e da Contratação Pública, à Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, à Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, à Direção Nacional de Receitas do Estado. Por outro lado, delegou-se os poderes do Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial ao Secretário de Estado do Fomento Empresarial relativas ao Fomento Empresarial e à Direção Geral do Emprego.

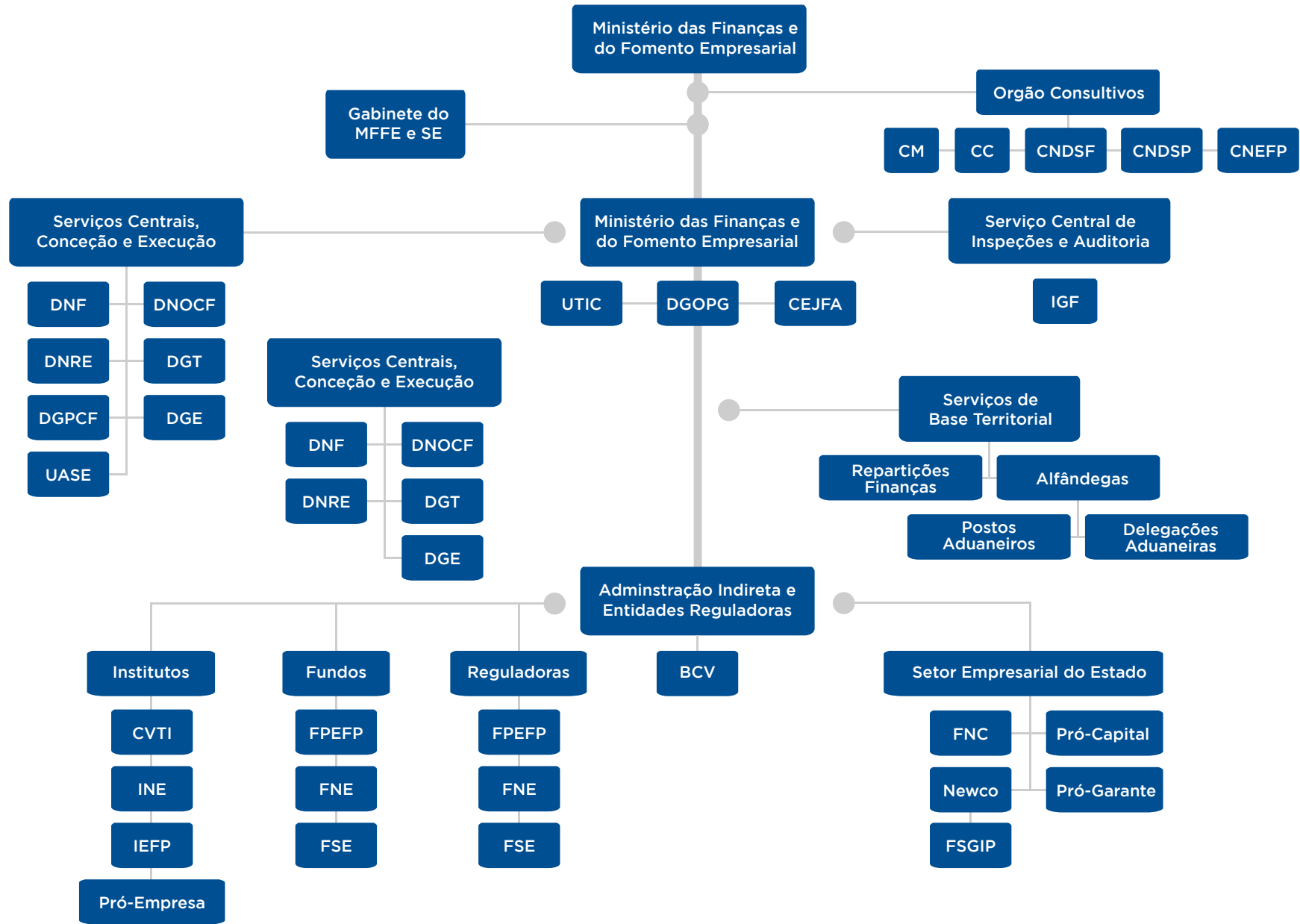


Figura 9: Número de colaboradores por Direções, DGPOG 2022.



6. OBJETIVO

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial



6. OBJETIVO

O presente documento tem como propósito verificar a implementação dos objetivos, atividades e produtos entregáveis relevantes do MFFE desenvolvidas no ano orçamental de 2022, relativamente às áreas de:

- 1.** Financiamento da Economia como garante da Consolidação Orçamental e da Dívida Pública, bem como a Redução dos Riscos Macro Fiscais;
- 2.** Reforço da Competitividade Fiscal, melhoria da Eficácia da Administração Tributária e fomento da Competitividade Fiscal em coordenação nos diferentes eixos de intervenção do MFFE;
- 3.** Qualificação e Empregabilidade como reforço da formação profissional e estágios profissionais, valorização económica e social das profissões, aumento da abrangência do ecossistema de qualificação e financiamento do empreendedorismo visando a Promoção Ativa do Emprego.

O Plano de Atividade Orçamental do MFFE para o ano 2022 compunha 530 Produtos repartidos pelas Direção. O quadro Orçamental dotado do MFFE para o ano económico de 2022, aproximava-se do montante de 24.000 milhões de ECV, conforme a proposta no sistema e dados da DNOCP e da DNP.



7. SUMÁRIO EXECUTIVO

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

No ano orçamental de 2022, o MFFE implementou várias medidas para promover a transparência e prestação de contas, publicando regularmente relatórios de auditoria elaborados pelo Tribunal de Contas e pela IGF, desenvolveu o Portal do Ministério das Finanças para a consulta pública, o Sistema de Monitoramento e Avaliação para averiguar a implementação dos programas e projetos governamentais e promoveu um Orçamento de Estado mais participativo, o “Orçamento Cidadão”. Para elevar o seu grau de transparência, encontra-se na sua fase final de implementação, o Portal de Transparência, visando assegurar o acesso público aos dados orçamentais disponibilizados numa linguagem mais simplificada e em tempo real, e criou o Conselho das Finanças Públicas, órgão independente a quem caberá avaliar as contas públicas.

Como referenciado em pontos anteriores, o MFFE vem assumindo um forte compromisso para a transparência e prestação de contas. Esta responsabilidade alcançou o patamar internacional, com a adesão de Cabo Verde à Plataforma Orçamental Online da Sociedade Civil dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP – TL), permitindo acompanhar em tempo real as informações relevantes sobre finanças públicas dos PALOP, assim como a adesão de Cabo Verde à Aliança para a Governança na África e Transparência das Indústrias Extrativas (EITI – Extractive Industries Transparency Initiative), promovendo uma gestão aberta dos recursos naturais e oferecer um quadro que incentiva uma boa Governança, gerir tensões sociais, estabelecer condições equitativas entre as empresas e promover o diálogo entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil.

Por outro lado, para garantir a eficiência e aferir a exposição do risco fiscal do SEE, foi desenvolvida a plataforma de monitoramento e avaliação do SEE, “SOE Manager, SOE Tabular e SOE BIDA”, permitindo a recolha automática dos dados atualizados das empresas públicas. Quanto à gestão do risco orçamental, foi elaborada, pela Comissão de Coordenação de Gestão dos Riscos Orçamentais e anexado no OE, o primeiro Relatório de Avaliação do Risco Orçamental relativamente ao OE 2022-2023. No referente ao sistema de informação, realça-se a conceção e o desenvolvimento de uma nova plataforma informática ao nível central, o Sistema de Planeamento, Monitoramento e Avaliação, permitindo o monitoramento e a avaliação de todas as políticas públicas consagradas no PEDS II, desde o nível estratégico até ao nível operacional, que culmina com a entrega dos produtos para a consecução dos objetivos específicos de cada programa. Na mesma vertente, foi, também, desenvolvido um modelo mais simples de investimentos do Estado, o novo Sistema Nacional de Investimento (SNI), a ser implementado na seleção de novos projetos que integram os programas do PEDS II.

Relativamente à capacidade de resposta, foram implementadas medidas de eficiência fiscal e financeira. O grande exemplo, foi a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo estabelecer ações responsáveis e eficientes para a gestão da dívida, arrecadação de receitas e gestão de recursos do Estado, assegurando o bem-estar da sociedade. Medidas como a modernização dos sistemas de gestão financeira, capacitações técnicas dos colaboradores do Estado, também contribuíram para uma maior capacidade de resposta do MFFE.

No que tange ao Procurement, foi desenvolvida a plataforma E-Compras, da tramitação eletrónica de procedimentos de formação de contratos públicos, com o propósito de, por um lado, promover a racionalização e a otimização da despesa pública, e por outro, aumentar a concorrência, rigor,

eficiência e transparência na formação de contratos públicos. Também, encontra-se em curso o projeto de Inventário Geral e Sistema de Gestão Georreferenciado dos ativos do Estado, concebido no sentido de colmatar algumas lacunas e ineficiências, quanto à gestão dos bens do Estado, contribuindo para a sua sustentabilidade técnica e financeira. Quanto à bancarização junto do Tesouro, das entidades que fazem parte do perímetro do Estado, o projeto seguiu como previsto, estando prestes a atingir os 100%. Um marco notável, ilustrando um enorme esforço do Governo em posicionar Cabo Verde na lista dos poucos países à escala mundial no que se refere à bancarização do Tesouro do Estado.

No âmbito das Orientações Estratégicas, o MFFE elaborou o novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, PEDS II (2022- 2026) desenvolvido em linha com a Cabo Verde Ambição 2030, assumindo uma visão ambiciosa onde “Em 2026 Cabo Verde será uma democracia avançada, uma economia dinâmica, em digitalização e diversificação, uma Nação inclusiva, integrada na CEDEAO, com prosperidade compartilhada, elevado prestígio internacional e referência de orgulho para todos”, assente em 4 pilares: Pilar Economia, Pilar Ambiente, Pilar Social e o Pilar Soberania, realizados por 28 programas.

Em relação à integridade e à ética, o MFFE conseguiu implementar políticas claras e rigorosas associadas aos sistemas de monitoramento e avaliação, assegurando a integridade nas suas ações, nomeadamente o seu papel na prevenção e no combate à corrupção, a fraudes e outras práticas ilegais. Não obstante, também se investiu em formações e capacitações técnicas dos colaboradores, de modo a estarem mais aptos e capacitados às práticas éticas e legais no domínio da gestão financeira. Relativamente ao nível regional e internacional, o MFFE decidiu apostar na consolidação dos mecanismos de controlo interno e de auditoria para garantir a eficiência em gestão de riscos fiscais e, neste sentido, tem-se engajado em diversas iniciativas, em parceria com outras instituições públicas, para alavancar a sua responsabilidade financeira. A aprovação da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate a Lavagem de Capital (ENCAVE) é o resultado dessas iniciativas e vincula o compromisso assumido pelo Governo e o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) na Prevenção e Combate à lavagem de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

Por outro lado, para promover a sua relevância pública, o MFFE estabeleceu vários canais de comunicação, incentivando diálogos abertos com os parceiros, setor privado e sociedade civil, fortalecendo as suas competências técnicas, capacidade de liderança e a capacidade de comunicar, sem perder de foco as preocupações dos intervenientes económicos. A estratégia de comunicação e liderança adotada pelo MFFE, assegurou a boa coordenação das atividades de outros órgãos governamentais, motivar os seus colaboradores, delegar tarefas e tomar decisões difíceis quando necessárias. Ao nível do impacto na sociedade civil e no setor privado, a relevância pública do MFFE ajudou a elevar a confiança da população e das empresas, promovendo uma cultura de responsabilidade e de prestação de contas.

Relativamente à promoção da confiabilidade, foram desenvolvidas várias medidas e práticas que asseguram a qualidade e a credibilidade dos dados financeiros, assim como a implementação de políticas e programas financeiros impactantes que asseguram a confiabilidade em várias dimensões da sua atuação referente a procedimentos para a coleta, armazenamento, e divulgação

de informações, desenvolvimento de novos sistemas e tecnologias, fortalecimento dos mecanismos de controle interno e auditoria, implementação de medidas preventivas e garantias de transparência na divulgação das informações financeiras.

No que tange ao setor privado, foi implementado um conjunto de pacotes de estímulos financeiros e assistências técnicas as empresas privadas. Em 2022, no âmbito dos programas Start up, Pró Crédito, e Fundo Lavanta foram aprovados 943 projetos, num valor de 1.056 milhões de ECV, com a perspectiva de gerar mais de 3.621 postos de trabalhos. Também foram concedidas 538 garantias de créditos, num montante de 2.190 milhões de ECV, através da Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, a Pró Garante, visando apoiar o financiamento à tesouraria e investimentos das empresas privadas.

Em relação á Qualificação e Empregabilidade, foram certificadas cerca de 20 Entidades Formadoras, das quais 12 na ilha de Santiago, 4 em São Vicente, 2 na ilha do Sal, um em São Nicolau e na Boa Vista. No domínio da formação profissional, foram realizadas 313 ações de formação profissional, perfazendo 5.691 matriculados nas FPI e FPC e 3.129 jovens e adultos beneficiados no âmbito dos projetos e serviços de Emprego e Empregabilidade do IEFP. Não obstante, também foram inseridos 412 formandos em Estágio Profissional.

Relativamente à promoção do Ambiente de Negócios, foram submetidos 57 projetos de investimento à Cabo Verde TradeInvest (CVTI), dos quais 24 foram aprovados, representando um volume de investimento de aproximadamente 3.470 milhões de euros e 12.391 empregos. Em termos de agregação por ilha, a ilha da Boa Vista liderou, com um maior volume de investimento aprovado (56%), seguida da ilha do Sal com 16%. Ao nível setorial, a grande maioria dos projetos aprovados concentraram-se no setor do turismo, representando aproximadamente 73% do total de investimentos, sendo responsável por 99% dos empregos gerados. Em relação a origem dos projetos, cerca de 61% dos projetos aprovados tiveram origem em Cabo Verde, com um volume de investimento de aproximadamente 9 milhões de euros e 286 empregos. Ao nível internacional, a Inglaterra liderou o grupo com um volume de investimento aprovado a rondar os 54,8% e 55% dos empregos previstos.



8. **ECOSSISTEMA FINANCEIRO E FINANCIAMENTO DA ECONOMIA**

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

O Ecosistema Financeiro e Financiamento a Economia em Cabo Verde é constituído por instituições financeiras, públicas e privadas, responsáveis pela definição de instrumentos financeiros e programas direcionados para o fomento e a promoção empresarial. Segundo os dados financeiros publicados pelo BCV, em 2022, a taxa de juro média efetiva aplicada nos empréstimos bancários se situou em 9,2%, registando um acréscimo de 0,3 p.p., face ao registado no período homólogo. Não obstante, o Governo, através do MFFE, vem desenvolvendo políticas para garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais, recorrendo também aos programas específicos para fomentar o empreendedorismo, dinamizar o crédito ao setor empresarial privado, com o foco no aumento do stock de crédito para apoiar no desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

8.1. CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E REDUÇÃO DOS RISCOS MACRO FISCAIS

Dado que o OE 2022 – 2023 orienta-se pela convergência de propósitos, assentes no quadro da implementação do PEDS II, a consolidação orçamental e redução dos riscos macro fiscais requer a implementação de políticas macroeconómicas eficientes. Por isso, foi imperativo uma boa gestão de contingências e de emergências, com foco na estratégia de desenvolvimento, alicerçada em políticas estruturais e investimentos sustentáveis, ancorado sobretudo no desenvolvimento do capital humano e em reformas institucionais.

8.1.1. Execução Orçamental

Relativamente à execução do OE 2022, as receitas ascenderam aos 53.100,3 milhões de ECV, correspondendo a um grau de execução de 90,5%, em face ao orçamento inicial para o ano, e representando um acréscimo na ordem dos 18,1%, em face ao mesmo período de 2021. Quanto às despesas totais (excluindo compra de ativos não financeiros), estas registaram uma execução de 66.777,3 milhões de ECV, apresentando uma taxa de execução de 93,6% e um agravamento de 6,6% quando comparado com o período homólogo.

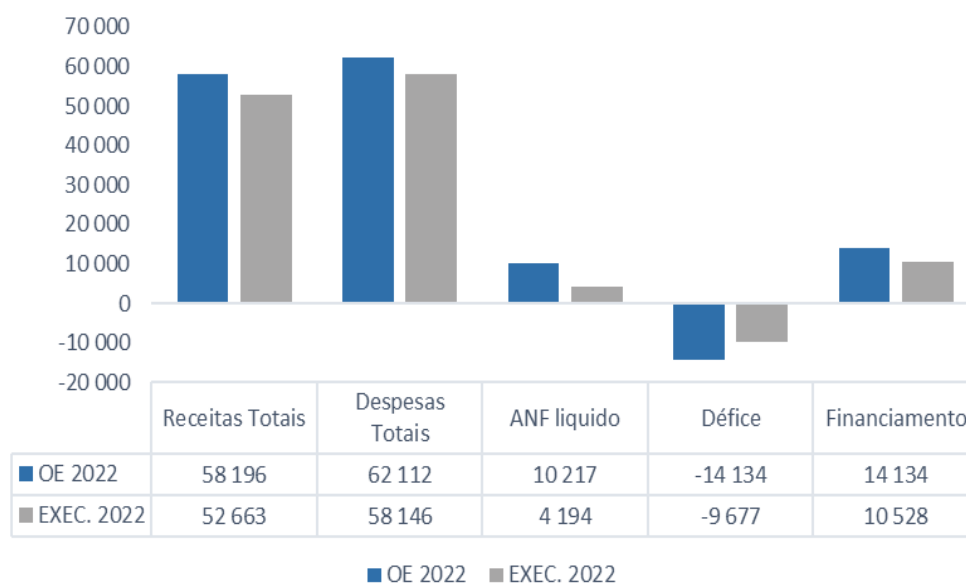


Figura 11: Orçamento previsto vs executado, DNOCP, 2022.

De acordo com os dados provisórios de 2022, o défice situou-se em 9.677,0 milhões de ECV, ou seja, um défice de 4,0% do PIB. Este resultado traduziu-se numa redução do défice em 3,3 p.p., face ao período de 2021. Relativamente ao saldo corrente primário/PIB, regista-se uma melhoria significativa comparativamente a 2021, situando-se em cerca de 265,7 milhões de ECV negativo (-0,1% do PIB) em dezembro de 2022, enquanto que o apurado para o mesmo período em 2021 foi de 6.279,8 milhões de ECV negativo (-3,2% do PIB).

A melhoria nos saldos, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorre do aumento das receitas em mais 7.892,6 milhões de ECV, em face à receita arrecadada em 2021, justificado essencialmente pela retoma da atividade económica e pelo aumento dos preços, bem como pela reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra da Ucrânia e algum efeito da variação do câmbio. Isso, para além da ligeira contribuição a nível do PIB, relativamente ao período transato.

8.1.1.1. Controle e Monitoramento Financeiro

A execução das receitas e despesas passa por processos de verificação rígidos e responsáveis. Em 2022, os Controladores Financeiros (CF) verificaram 200.341 cabimentos, num prazo médio de verificação de 1,2 dias. Dos cabimentos verificados, apenas 257 cabimentos, ou seja pouco mais de um milésimo do total, foram rejeitados por motivos de: i) retenção de impostos, ii) fatura sem requisitos legais, iii) incorreta classificação e económica e iv) ausência de requisitos legais fundamentais para o cumprimento da legalidade e regularidade económica e financeira da despesa.

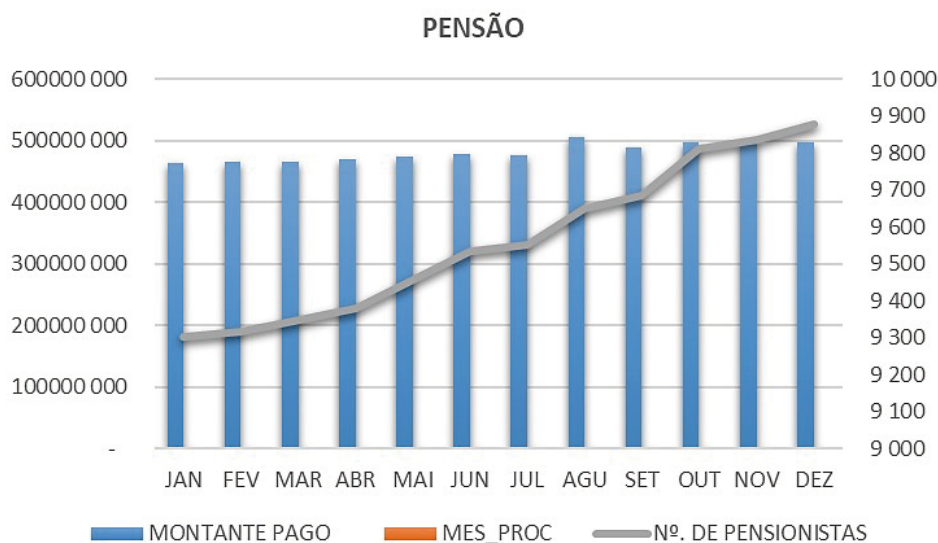


Figura 12: Evolução do número dos pensionistas e os montantes pagos, DNOCP, 2022.

Relativamente a pagamento de salários e pensões, o prazo médio de verificação dessas despesas foi de menos de 24 horas. Durante o ano de 2022, foram verificados 157.388 processos relativos a pagamento de salários, dos quais 422 foram verificados fora do referido período de 24 horas. Desses, apenas 28 cabimentos foram rejeitados. O montante pago em pensões até agosto de 2022, foi de aproximadamente 505 milhões de ECV. Esse valor foi justificado pelo grande aumento no número de pensionistas ao longo do ano de 2022, atingindo 9.876 pensionistas em dezembro.

8.1.1.2. Marcadores de Género no Orçamento do Estado

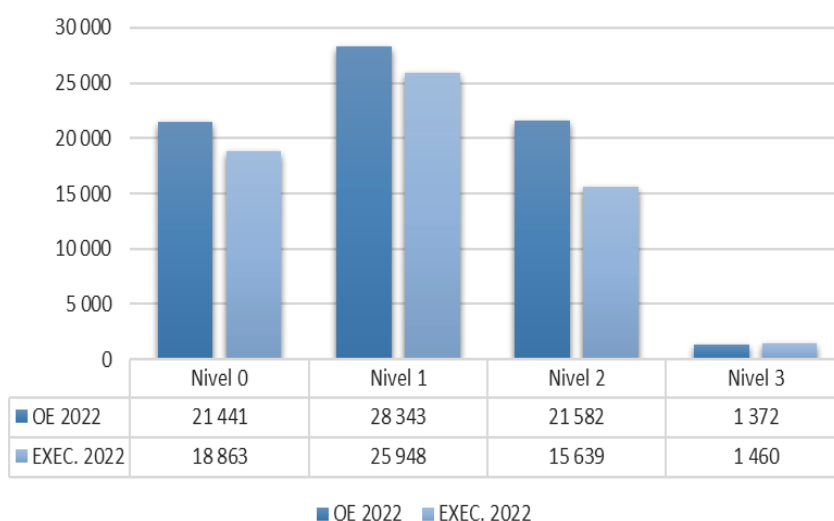


Figura 13: OE e Execução na Dimensão do Género, DNOCP, 2022.

Em 2022 os marcadores de género - “Gender Marker” passaram a ser uma realidade integrada no Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF). A ferramenta tem sido utilizada pela DNOCP e fornece informações importantes relativamente à alocação de verbas a nível dos projetos/unidades. A marcação é definida com base no conteúdo do quadro lógico do projeto, visando acompanhar, fiscalizar e controlar a execução das despesas públicas prioritárias para a promoção da igualdade de género na execução do OE de Cabo Verde. De acordo com os dados provisórios, o Nível 3, “Projetos de Promoção de Igualdade do Género”, quando comparado com os níveis anteriores, obteve um menor número de projetos e verbas do OE, assim como ilustra o quadro abaixo.

Sistema Marcadores de Género	Descrição	OR 2021 Números de projetos e unidades		OR 2022 Números de projetos e unidades		OR 2021 (M CVE)	OR 2022 (M CVE)
		Proj/Unid	Estrut (%)	Proj/Unid	Estrut (%)		
NÍVEL G0	Projeto que ainda não integra género	323	27,5%	293	26,2%	22 574	22 012
NÍVEL G1	Projeto com alguma intervenção para a promoção da igualdade de género	566	48,3%	547	48,9%	29 575	28 546
NÍVEL G2	Projeto com componente para a promoção de igualdade de género	262	22,3%	262	23,4%	22 039	21 577
NÍVEL G3	Projeto de promoção de igualdade de género	22	1,9%	16	1,4%	638	603
Total Geral		1173	100,0%	1118	100,0%	74 826	72 737

M = Milhões

Tabela 2: Aplicação do Sistema de Marcadores de Género, DNOCP, 2022.

8.1.1.3. Transparência e Responsabilidade Financeira

A transparência orçamental ilustra o compromisso do Governo com a prestação de contas e com a atribuição de responsabilidades. A aposta tem sido numa governação cada vez mais aberta com a disponibilização de informações, estendendo a participação cívica na tomada de decisões, como tem sido no processo da elaboração do OE.

Ao longo dos últimos anos, em Especifico durante o ano de 2022, foram evidenciados avanços importantes, no que tange a aplicação dos recursos públicos em linha com o Programa do Governo e com as melhores práticas internacionais, ressaltando os seguintes:

- Acesso do Tribunal de Contas ao sistema SIGOF (Sistema de Informação Orçamental e Financeira do Estado) – acompanhamento concomitante da execução orçamental e financeira do Estado;
- Criação do Portal do Ministério das Finanças (Diretrizes, Lei do OE, mapas e Decreto-lei de execução orçamental), prestação de contas (mensais, trimestrais e anuais), Execução dos projetos em resposta à Covid-19, transferências aos municípios e às ONG (dashbord e dados em excel) e dados abertos em formato excel e CVS;
- O desenvolvimento do Portal da Transparência, estando prevista a sua conclusão em 2023;
- Plataforma de consolidação automática das contas das agências reguladoras, Empresas Públicas, INPS e Câmaras Municipais, em curso;
- Melhoria de Gestão do orçamento através de automatização e de desconcentração dos processos orçamentais. O produto foi desenvolvido e em utilização pelos setores;
- Automatização dos demonstrativos do IPSAS (Caixa) no sistema - Reforma concluída e Mapas desenvolvidos no SIGOF.

8.1.2. Tesouro de Estado

No quadro da política da Governace do Governo no que tange à transparência de gestão da coisa pública, assegurando a credibilidade, integridade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional, o MFFE publica numa base trimestral o “Boletim Estatístico da Dívida Pública” (BE), com o objetivo principal de fornecer/divulgar dados provisórios de estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

Os dados provisórios divulgados no BE são elaborados com base nos dados consistentes, completos e precisos e constitui um importante suporte de tomada de decisões assertivas e atempadas no que tange à política de endividamento e às políticas correlativas com o endividamento de Cabo Verde. O critério de classificação da dívida externa e interna é o da residência do credor. Os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de ECV.

8.1.2.1. Dívida Pública Total

	4º Trimestre 2020	4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2022
Saldo da Dívida Pública	255 916,5	280 211,6	295 224,1
% do PIB	140,8%	143,7%	120,9%
Dívida Externa	184 536,3	198 670,6	204 550,6
Dívida Interna	71 380,2	81 541,0	90 673,5
Total Desembolsos	29 453,6	37 848,0	34 580,6
% do PIB	16,2%	19,4%	14,2%
Dívida Externa	14 922,6	13 785,6	12 258,8
Dívida Interna (Emissão de Títulos)	14 531,0	24 062,4	22 321,8
Total Serviços da Dívida	17 425,0	21 779,5	26 460,9
% das Exportações (Serviço Dív. Ext.)	13,9%	11,0%	10,5%
% das Receitas do Estado	39,8%	49,7%	50,2%
% as Reservas Internacionais	9,0%	7,3%	13,7%
Dívida Externa	5 759,0	4 778,0	9 485,2
Dívida Interna (incl. Div. Flutuante)	11 666,0	17 001,5	16 975,7
Memória: PIB do ano	181 809,2	194 988,2	244 284,4
Exportações	41 456,5	43 606,1	90 413,1
Receitas do Estado	43 748,7	43 853,4	52 663,3
Reservas Internacionais	63 887,3	65 630,0	68 994,6

Tabela 3: Composição e indicadores da dívida Pública 4 Trimestre 2022 (milhões de ECV), BE 2023.

	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Dívida Gov. Central	284 282,4	293 518,1	299 056,0	295 224,1
Dívida Externa	198 045,6	202 684,6	205 443,1	204 550,6
Multilateral	105 712,0	111 396,7	114 343,1	114 779,1
Bilateral	41 708,2	41 911,9	41 763,9	40 676,0
Comercial	50 625,4	49 376,0	49 336,1	49 095,5
Dívida Interna	86 236,8	90 833,5	93 612,8	90 673,5
Setor Bancário	54 813,2	57 689,6	60 664,2	59 189,3
Setor não Bancário	31 423,6	33 143,9	32 948,7	31 484,3
Dívida Gov. Local e SEE	64 674,3	64 975,4	64 498,7	70 214,0
Dívida Financeira SEE	64 674,3	64 975,4	64 498,7	70 214,0
Dívida Financeira SEE Avalizada	17 572,2	17 636,4	17 930,0	19 668,6
Stock Global	348 956,7	358 493,5	363 554,6	365 438,2
Dívida Externa (% do Total)	56,8%	56,5%	56,5%	56,0%
Dívida Interna (% do Total)	24,7%	25,3%	25,7%	24,8%
Dívida Gov. Local & SEE (% do Total)	18,5%	18,1%	17,7%	19,2%
Stock Global (% do PIB)	142,8%	146,8%	14,8%	149,6%
Dívida Externa (% do PIB)	81,1%	83,0%	84,1%	83,7%
Dívida Interna (% do PIB)	35,3%	37,2%	38,3%	37,1%
Dívida Gov. Local & SEE (% do PIB)	26,5%	26,6%	26,4%	28,7%

Tabela 4: Dívida do Setor Público (em milhões de ECV), BE 2023

8.1.2.2. Dívida Pública Externa

Credores Oficiais	4º Trimestre 2020	4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2022	% do Total 2022
Multilateral	93 279,8	107 416,0	114 779,1	56,1%
Bilateral	41 475,2	41 382,2	40 676,0	19,9%
Comerciais	49 781,3	49 872,4	49 095,5	24,0%
Total	184 536,3	198 670,6	204 550,6	100,0%

Tabela 5: Stock da Dívida Pública Externa (em milhões de ECV), BE 2023.

Governo Central	4º Trimestre 2020	% do Total	4º Trimestre 2021	% do Total	4º Trimestre 2022	% do Total
Curto Prazo						
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
Longo Prazo						
Empréstimos	14 922,6	100%	13 785,6	100%	12 258,8	100%
Total	14 922,6	100,0%	13 785,6	100,0%	12 258,8	100,0%

Tabela 6: Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões de ECV), BE 2023.

Setor/Área Económica	4º Trimestre 2020	4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2022	% do total 2022
Agricultura	18,5	28,9	24,3	0,2%
Água e Saneamento	839,1	242,8	43,7	0,4%
Ajuda Orçamental	9 036,1	8 133,1	6 229,6	50,8%
Educação	227,5	346,4	271,6	2,2%
Tecnologia de Informação	640,3	762,4	671,7	5,5%
Estatística	-	45,0	40,9	0,3%
Saúde	635,1	472,4	295,9	2,4%
Infraestrutura Aeroportuária	9,5	45,2	-	0,0%
Infraestrutura Portuária	325,5	621,1	1 280,3	10,4%
Economia	1 253,7	2 114,4	867,4	7,1%
Energia	81,0	29,7	76,7	0,6%
Tesouro	1 011,5	-	2 260,4	18,4%
Luta contra pobreza	144,7	192,0	125,6	1,0%
Turismo e Transportes	700,2	752,3	70,6	0,6%
Total	14 922,6	13 785,6	12 258,8	100,0%

Tabela 7: Desembolso por Setor/Área Económica (em milhões de ECV), BE 2023.

	4º Trimestre de 2020		4º Trimestre de 2021		4º Trimestre de 2022		Variação 2021-2022	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Credores Oficiais								
Multilateral	13 950,6	93,5%	13 243,3	96,1%	12 108,1	98,8%	-1 135,3	-8,6%
FAD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BM/IDA	5 670,0	38,0%	6 492,1	47,1%	6 273,6	51,2%	-218,6	-3,4%
BM/IBRD	503,8	3,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BADEA	102,9	0,7%	57,0	0,4%	33,8	0,3%	-23,2	-40,7%
BAD	4212,4	28,2%	3 453,5	25,1%	3 398,7	27,7%	-54,9	-1,6%
OPEC	13,2	0,1%	1,8	0,0%	692,5	5,6%	690,7	38 684,3%
FIDA	144,7	1,0%	192,0	1,4%	125,6	1,0%	-66,4	-34,6%
IMF	3 303,6	22,1%	3 046,9	22,1%	1 583,7	12,9%	-1 462,9	-48,0%
Bilateral	963,2	6,5%	471,8	3,4%	150,7	1,2%	-321,1	-68,1%
China	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Kuwait	127,5	0,9%	227,5	1,7%	83,7	0,7%	-143,8	-63%
Portugal	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Saudi Fund	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Austria	396,7	2,7%	184,4	1,3%	0,0	0,0%	-184,4	-100,0%
ICO (Espanha)	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Japão	100,9	0,7%	59,9	0,4%	67,0	0,5%	7,1	12%
AFD	338,1	2,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Credores Privados								
Comerciais	8,9	0,1%	70,4	0,5%	0,0	0,0%	-70,4	0,0%
KBC	8,9	0,1%	70,4	0,5%	0,0	0,0%	-70,4	-100,0%
BPI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	14 922,6	100,0%	13 785,6	100,0%	12 258,8	100,0%	-1 526,8	-11,1%

Tabela 8: Desembolso por Credor (em milhões de ECV), BE 2023.

	4º Trimestre de 2020			4º Trimestre de 2021			4º Trimestre de 2022		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
Multilateral	3 420,7	699,7	4 120,4	3 503,6	654,6	4 158,2	4 033,7	751,7	4 785,4
BAD	952,6	55,4	1 007,9	1 107,7	40,9	1 148,6	1 245,7	60,1	1 305,8
BADEA	200,9	75,9	276,8	179,0	52,0	231,0	286,8	79,5	366,3
BEI	376,9	40,6	417,5	378,0	30,7	408,7	379,2	28,7	407,9
BM/IBRD	177,3	35,8	213,2	177,3	25,2	202,6	177,3	35,4	212,7
BM/IDA	863,1	264,6	1 127,7	911,7	320,0	1 231,7	1 028,7	341,1	1 369,7
CEDEAO	163,3	68,0	231,3	135,6	45,5	181,1	111,8	47,1	158,9
FAD	380,8	93,9	474,6	323,5	86,6	410,1	470,7	101,9	572,6
FIDA	66,5	23,0	89,6	65,6	23,5	89,1	93,2	27,2	120,5
IDA	8,0	6,6	14,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NDC	5,6	0,6	6,2	16,1	1,9	18,0	12,2	1,4	13,6
OPEC	225,7	35,2	260,9	209,1	28,2	237,4	228,1	29,3	257,4
Bilateral	724,5	208,5	933,0	282,7	67,4	350,2	1 875,6	373,7	2 249,3
AFD	36,7	22,7	59,4	0,0	0,0	0,0	459,6	40,3	499,8
AUSTRIA	53,0	24,0	77,0	105,9	25,2	131,1	105,9	21,3	127,2
BÉLGICA	16,3	0,0	16,3	0,0	0,0	0,0	10,3	0,0	10,3
CHINA	101,3	32,5	133,7	0,0	3,9	3,9	273,0	66,9	339,9
FUNDO KUWAIT	52,4	13,9	66,4	154,0	29,8	183,8	202,1	34,0	236,1
FUNDO SAUDITA	49,0	14,3	63,4	22,8	8,6	31,5	151,5	27,4	179,0
ICO	168,4	9,9	178,3	0,0	0,0	0,0	436,1	14,2	450,4
JICA	62,9	9,6	72,5	0,0	0,0	0,0	237,1	18,5	255,6
PORTUGAL	184,5	81,6	266,1	0,0	0,0	0,0	0,0	151,1	151,1
Credores Privados	0,0	705,6	705,6	49,6	220,1	269,6	1 569,9	880,6	2 450,5
Comerciais	0,0	705,6	705,6	49,6	220,1	269,6	1 569,9	880,6	2 450,5
BPI	0,0	156,1	156,1	0,0	155,6	155,6	431,6	197,6	629,2
CGD	0,0	543,9	656,6	0,0	60,1	685,1	1 088,8	679,4	1 768,1
KBC BANK	0,0	5,7	5,7	49,6	4,3	53,9	49,6	3,6	53,2
Total	4 145,2	1 613,9	5 759,0	3 835,9	942,1	4 778,0	7 479,3	2 006,0	9 485,2

Tabela 9: Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões de ECV), BE 2023.

	Desembolsos em 4º Trimestre de 2022 (A)	Pagamento de Principal em 4º Trimestre de 2022 (B)	Fluxos líquidos em 4º Trimestre de 2022 (C=A-B)	Juros e Comissões em 4º Trimestre de 2022 (D)	Transferências líquidas em 4º Trimestre de 2022 (E=C-D)
Credores Oficiais					
Multilateral	12 108,1	4 033,7	8 074,3	751,7	7 322,6
BAD	3 398,7	1 245,7	2 153,0	60,1	2092,9
BADEA	33,8	286,8	-253,1	79,5	-332,5
BEI	0,0	379,2	-379,2	28,7	-407,9
BIDC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BM/IBRD	0,0	177,3	-177,3	35,4	-212,7
BM/IDA	6 273,6	1 028,7	5 244,9	341,1	4 903,8
CEDEAO	0,0	111,8	-111,8	47,1	-158,9
FAD	0,0	470,7	-470,7	101,9	-572,6
FIDA	125,6	93,2	32,4	27,2	5,1
IDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NDF	0,0	12,2	-12,2	1,4	-13,6
IMF	1 583,9	0,0	1 583,9	0,0	1 583,9
OPEC	692,5	228,1	464,4	29,3	435,1
Bilateral	105,7	1 875,6	-1 724,9	373,7	-2 098,6
AFD	0,0	456,6	-459,6	40,3	-499,8
AUSTRIA	0,0	105,9	-105,9	21,3	-127,2
BÉLGICA	0,0	10,3	-10,3	0,0	-10,3
CHINA	0,0	273,0	-273,0	66,9	-339,9
FUNDO KUWAIT	83,7	202,1	-118,5	34,0	-152,4
FUNDO SAUDITA	0,0	151,5	-151,5	27,4	-179,0
ICO	0,0	436,1	-436,1	14,2	-450,4
JICA	67,0	237,1	-170,0	18,5	-188,6
PORTUGAL	0,0	0,0	0,0	151,1	-151,1
Credores Privados	0,0	1 569,9	-1 569,9	880,6	-2 450,5
Comerciais	0,0	1569,9	-1 569,9	880,6	-2 450,5
BPI	0,0	431,6	-431,6	197,6	-629,2
CGD	0,0	1 088,8	0,0	679,4	-679,4
KBC BANK	0,0	49,6	-49,6	3,9	-53,2
Total	12 258,8	7 479,3	4 779,5	2 006,0	2 773,5

Tabela 10: Fluxos e Transferência Líquida da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões de ECV), BE 2023.

8.1.2.3. Dívida Pública Interna

	4º Trimestre 2020		4º Trimestre 2021		4º Trimestre 2022		2020/2021		2021/2022	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	-	0,0%	495,0	0,6%	2 727,9	3,0%	495,0	-	2 232,9	451,0%
<=3 meses	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-
>3 meses <=6 meses	-	0,0%	-	0,0%	1 343,3	1,5%	-	-	1 343,3	-
>6 meses <=12 meses	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-
>9 meses <=12 meses	-	0,0%	495,0	0,6%	1 384,6	1,5%	495,0	-	889,6	179,7%
Médio-Longo Prazo	70 432,5	99%	80 141,0	98,3%	87 262,4	96,2%	9 708,5	13,8%	7 121,4	8,9%
>1 ano <=3 anos	2 734,9	3,8%	4 578,0	5,6%	3 750,5	4,1%	1 843,1	67,4%	-827,5	-18,1%
>3 anos <=5 anos	6 428,9	9,0%	11 037,0	13,5%	11 648,5	12,8%	4 608,1	71,7%	611,5	5,5%
>5 anos <=8 anos	38 717,0	54,2%	39 903,0	48,9%	44 600,6	49,2%	1 186,0	3,1%	4 697,6	11,8%
>8 anos <=10 anos	21 871,7	30,6%	24 223,0	29,7%	26 862,7	29,6%	2 351,3	10,8%	2 639,7	10,9%
>10 anos <=15 anos	400,0	0,6%	400,0	0,5%	400,0	0,4%	-	0,0%	-	0,0%
>15 anos	280,0	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-280,0	-100,0%	-	0,0%
Outros	947,7	1,3%	905,0	1,1%	683,2	0,8%	-42,7	-4,5%	-221,8	-24,5%
Outros Créditos	947	1,3%	905,0	1,1%	683,2	0,8%	-42,7	-4,5%	-221,8	-24,5%
Total	71 380,2	100,0%	81 541,0	100,0%	90 673,5	100,0%	10 160,9	14,2%	9 132,5	11,2%

Tabela 11: Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo central (em milhões de ECV), BE 2023..

SETOR PÚBLICO	Saldo 31/12/2021 (1)	Emissão/ Desembolsos	Vencimento/ Reembolsos	Saldo Total 31/12/2022 (4)=(1+2+3)
		31/12/2022		
		(2)	(3)	
Governo Central				
Setor Bancário	51 720,5	17 053,3	9 584,4	59 189,3
Setor não Bancário	29 820,6	5 268,5	3 604,8	31 484,3
Total	81 541,0	22 321,8	13 189,3	90 673,6

Tabela 12: Movimentos em valor facial da dívida interna do Governo Central por categoria de empréstimo e tipo de instituição (em milhões de ECV), BE 2023..

	4º Trimestre de 2020			4º Trimestre de 2021			4º Trimestre de 2021		
	Capital	J/C	Total	Capital	J/C	Total	Capital	J/C	Total
TÍTULOS DE DÍVIDA									
Bilhetes de Tesouro	1 988,4	11,6	2 000,0	6 578,6	21,4	6 600,0	5 072,5	27,5	5 100,0
30-dias	-	-	-	2 398,6	1,4	2 400,0	-	-	-
90-dias	-	-	-	1 097,4	2,6	1 100,0	798,0	2,0	800,0
120-dias	-	-	-	498,3	1,7	500,0	-	-	-
150-dias	796,7	3,3	800,0	497,9	2,1	500,0	996,0	4,0	1 000,0
180-dias	368,0	2,0	400,0	597,0	3,0	600,0	398,0	2,0	400,0
210-dias	397,7	2,3	400,0	348,0	2,0	350,0	1 888,9	11,1	1 900,0
360-dias	396,0	4,0	400,0	1 141,4	8,6	1 150,0	991,6	8,4	1 000,0
Obrigações de Tesouro	6 627,0	3 029,8	9 656,8	7 280,3	3 121,2	10 401,5	7 894,9	3 220,7	11 115,7
2 anos	-	-	-	-	22,4	22,4	362,2	40,3	402,5
3 anos	-	85,6	85,6	1 096,1	95,6	1 191,7	876,6	93,2	969,8
4 anos	-	78,6	78,6	-	148,5	148,5	727,8	195,3	923,0
5 anos	1 087,6	125,6	1 213,2	495,5	130,6	626,1	-	171,0	171,0
6 anos	1 937,1	323,0	2 260,1	1 283,2	270,1	1 553,2	1 401,1	229,5	1 630,6
7 anos	722,3	524,2	1 246,4	1 294,1	540,3	1 834,4	2 463,1	545,7	3 008,7
8 anos	950,0	886,8	1 836,8	881,4	939,9	1 821,3	1 804,2	907,4	2 711,6
9 anos	600,0	672,1	1 272,1	1 300,0	700,0	2 000,0	-	726,9	726,9
10 anos	900,0	296,9	1 196,9	650,0	250,5	900,5	260,0	293,8	553,8
12 anos	150,0	25,8	175,8	-	17,8	17,8	-	17,8	17,8
13 anos	280,0	5,6	285,6	-	-	-	-	-	-
14 anos	-	5,6	5,6	-	-	-	-	-	-
22 anos	-	-	-	280,0	5,6	285,6	-	-	-
Total	8 615,4	3 041,4	11 656,8	13 858,9	3 142,6	17 001,5	12 967,5	3 248,2	16 215,7

Tabela 13: Pagamentos planeados do Serviço da Dívida dos Títulos do Tesouro por grupo e tipo de instrumento (em milhões de ECV), BE 2023.

8.1.2.4. Avals e Garantias

A transparência é um dos compromissos central deste Governo. Todas as Garantias Pessoais emitidas pelo Estado são publicadas no BO, com a exceção das garantias concedidas no âmbito do Protocolo do Ecosistema de Financiamento à Economia, emitidas pela Pró Garante, visando mitigar os riscos de créditos concedidas às empresas privadas. O processo de concessão e emissão de Garantias do Estado é transparente e de acordo com o Decreto-Lei nº 42/2018 de 29 de junho. Referente ao ano de 2022, a emissão e o stock provisórios de Avals e Garantias do Estado, seguem nos quadros abaixo.

Beneficiário	Setor	2020	2021	2022	% do Total
ENAPOR	Público	80,0	58,0	34,8	0,1%
ELECTRA	Público	4 800,8	4 765,2	5 734,7	21,5%
TACV	Público	3 715,2	5 826,2	6 116,7	22,9%
NEWCO	Público	3 964,5	3 721,7	3 465,7	13,0%
ICV	Público	0,0	202,3	842,2	3,2%
ADS	Público	453,3	774,4	972,6	3,6%
IFH	Público	1 082,0	1 248,4	681,1	2,6%
SDTIBM	Público	343,8	582,1	746,9	2,8%
AEB	Público	0,0	247,0	742,6	2,8%
SCS	Público	0,0	0,0	19,1	0,1%
RTC	Público	0,0	110,0	110,0	0,4%
CERMI	Público	18,2	16,3	14,0	0,1%
NOSI	Público	0,0	51,0	40,5	0,2%
INCV	Público	0,0	54,7	142,2	0,5%
CM São Miguel	Público	0,0	7,7	0,0	0,0%
CM Mosteiros	Público	0,0	0,0	16,8	0,1%
CM Santa Catarina	Público	40,8	31,5	52,4	0,2%
CM Paúl	Público	72,3	72,5	64,6	0,2%
CM Tarrafal São Nicolau	Público	0,0	15,3	64,7	0,2%
CM Porto Novo	Público	63,2	63,2	68,0	0,3%
CM São Vicente	Público	179,5	191,5	173,1	0,6%
Sub-Total Setor Público		14 813,7	18 038,9	20 102,8	75,3%
CV Telecom	Privado	1 655,3	2 243,4	2 120,8	7,9%
CV Interilhas	Privado	513,9	517,8	516,1	1,9%
DECAMERON	Privado	0,0	34,3	74,3	0,3%
ELEVO	Privado	0,0	200,0	178,9	0,7%
TECNOVIA	Privado	0,0	86,9	0,0	0,0%
EMPREITEL FIGUEIREDO	Privado	0,0	0,0	50,0	0,2%
KHYM NEGOCE	Privado	0,0	0,0	47,7	0,2%
CABOPLAST	Privado	0,0	0,0	50,0	0,2%
MORABI	Privado	0,0	0,0	80,0	0,3%
FCS	Privado	0,0	0,0	22,0	0,1%
Start-Up Jovem/Ecosistema	Privado	290,4	3 279,6	3 452,2	12,9%
Linha COVID/Plano Retoma	Privado	0,0	0,0	0,0	0,0%
Sub-Total Setor Privado		2 459,6	6 362,0	6 592,0	24,7%
STOCK TOTAL (ECV)		17 273,3	24 400,9	26 694,8	100%

Tabela 14: Stock de Garantias e Avals em 31 de dezembro de 2022 (dívida avaliada), BE 2023.

Beneficiário	Montante	Banco Credor	Data Emissão	Publicação BO
MORABI	80,000,000	BCA/BVC	12/01/2022	Resolução nº 5/2022, de 12 de janeiro, Boletim Oficial nº 04, I Série 17/02/2022
ELECTRA	601,180,000	BVC	17/02/2022	res nº 16/2022, B. O nº 18, I Série de 17 de fev de 2022, que altera a res nº 125/2020, de 14 de set
TACV	100,000,000	CECV	26/02/2022	Resolução nº 21/2022, de 26 de fevereiro, Boletim Oficial nº 2315/02/2022
TACV	165,397,500	CECV	26/02/2022	Resolução nº 22/2022, de 26 de fevereiro, Boletim Oficial nº 23
SCS	20,000,000	BCA	15/02/2022	Extrato do Despacho nº 25/2022 de 15 de fevereiro, Boletim Oficial nº 48, II Série 13/06/2022
NEWCO	771,855,000	BPI e BNI	10/05/2022	Resolução nº 52/2022, de 10 de maio, Boletim Oficial nº 45, I Série
ADS	191,117,330	CECV	12/05/2022	Resolução nº 53/2022, de 12 de maio, Boletim Oficial nº 46, I Série
EMPREITEL FIGUEIREDO	50,000,000	BCA	13/06/2022	Extrato do Despacho nº 67/2022 de 13 de junho, Boletim Oficial nº 94, II Série
SDTIBM	220,000,000	CECV	11/08/2022	Resolução nº 81/2022, de 11 de agosto, Boletim Oficial nº 79, I Série
ELECTRA	1,080,000,000	CECV	09/09/2022	Resolução nº 83/2022, de 09 de setembro, Boletim Oficial nº 87, I Série
CABOPLAST	50,000,000	BCA	30/09/2022	Extrato do Despacho nº 105/2022 de 30 de setembro, Boletim Oficial nº 166, II Série
KHYM NEGOCE	50,000,000	BCA	30/09/2022	Extrato do Despacho nº 104/2022 de 30 de setembro, Boletim Oficial nº 166, II Série
AEB	230,000,000	BCN	24/10/2022	Resolução nº 92/2022, de 24 de outubro, publicada no Boletim Oficial nº 102, I Série
CM Santa Catarina	70,000,000	CECV	12/12/2022	Resolução nº 114/2022, de 12 de dezembro, Boletim Oficial nº 118, I Série
ELECTRA	360,000,000	ECCV	22/11/2022	Resolução nº 108/2022, de 22 de novembro, Boletim Oficial nº 110, I Série
TACV	250,000,000	CECV	02/12/2022	Resolução nº 111/2022, de 2 de dezembro, Boletim Oficial nº 115, I Série
ADS	270,000,000	BCN	02/12/2022	Resolução nº 112/2022, de 2 de dezembro, Boletim Oficial nº 115, I Série
ADS	154,000,000	BCN	02/12/2022	Resolução nº 112/2022, de 2 de dezembro, Boletim Oficial nº 115, I Série
FCS	22,000,000	BAI	05/12/2022	Extrato do Despacho nº 110/2022 de 5 de dezembro, Boletim Oficial nº 208, II Série

Tabela 15: Emissão de Auaes e Garantias, DGT 2023.

8.1.2.5. Consolidação da Reforma do Tesouro

Gestão da Tesouraria do Estado

A consolidação da reforma do Tesouro tem como objetivo racionalizar os recursos de Estado, recorrendo à adoção integral do Princípio da Unicidade de Caixa. Dando continuidade à bancarização do Tesouro do Estado, em 2022, das 13 instituições inicialmente previstas, foram bancarizadas 5 instituições do Estado, parametrizados 5 centros de custos das entidades bancarizadas e encerrada 1 conta das 20 contas inicialmente previstas para o ano de 2022.

Dívida Gov. Central	Ano 2022			Total
	Previsto	Realizado	Mês	
Bancarização dos Órgãos de Soberania do Estado				2
Presidência da República	1	1	8 de março	1
Assembleia Nacional	1	1	6 de janeiro	1
Comissão Nacional de Eleição	1			0
Associação de Municípios	3			0
Novas Estruturas Orçamentais	5			0
Outras Entidades Não associadas ao Orçamento do Estado	2	3		3
Autoridade Reguladora Para Comunicação Social		1		
Provedoria da Justiça		1		
Comissão Nacional de Proteção de Dados		1		
Total	13	5		5
Tx. exc %		38,5%		

Tabela 16: Instituições Bancarizados em 2022, DGT 2022.

Consolidação da Gestão da Dívida Pública

A consolidação da Gestão da Dívida Pública visa possibilitar uma gestão eficiente, ao nível dos standards internacionais, assente no primado da sustentabilidade das finanças públicas e sustentabilidade macroeconómica. O sistema de gestão da dívida foi desenvolvido e encontra-se na fase de introdução dos dados. Os dados da dívida interna já foram introduzidos na totalidade no sistema e os da dívida externa estão na fase de finalização e conciliação. Portanto, perspectiva-se o pleno funcionamento do novo sistema de Gestão da Dívida Pública após a formação dos técnicos, prevista para o ano de 2023. Por outro lado, estava previsto que a elaboração e a disponibilização do documento de DAS, passaria a ser feita anualmente, no mês de outubro/novembro, a atividade não chegou a ser realizada em 2022 por ausência de dados macroeconómicos num período superior a 10 anos.

Consolidação da Bonificação

Para a consolidação da Bonificação, foram estabelecidos dois objetivos muito importantes. Primeiro, disponibilizar o POWER BI da aplicação Bonificação de Juros de Crédito Habitação, com o intuito de melhorar a prestação de informação às instituições externas e ao público. Segundo, desenvolver módulos relativamente a outras bonificações concedidas pelo Estado (Start-ups jovens, projetos de energias renováveis). Quanto à especificação técnica do módulo “Bonificação de Juros de Projetos de Energias Renováveis”, foi assinado com os bancos o novo Protocolo de Cooperação para a Operacionalização do Processo de atribuição da bonificação da taxa de juros para a microprodução de eletricidade através do uso de energias renováveis. No que tange a especificação técnica do módulo “Bonificação de Juros de projetos enquadrados no protocolo de ecossistema empresarial”, não chegou a ser finalizado. Portanto, prevê-se a sua efetivação em 2023.

8.1.3. Consolidação das medidas fiscais

8.1.3.1. Fatura Eletrónica

Para assegurar a modernização dos processos de faturação, a redução dos custos administrativos, o aumento da eficiência e a transparência fiscal, entendeu-se que seria necessário a introdução da Fatura Eletrónica (FE). O projeto encontra-se na sua fase de massificação, sendo o diagnóstico, realizado a 31 de dezembro de 2022, apresentado o seguinte resultado:

- a) 36% do total de contribuintes médios ativos
- b) 85% do total de Grandes contribuintes
- c) 85% do total de importadores ativos;



Figura 14:: Dash board Fatura Eletrónica, DNRE, 2022.

Para o ano de 2023, considerando que o prazo obrigatório de adesão, abarcando todas as categorias de contribuintes, terminou em junho de 2022, destacam-se as seguintes atividades, tendo em vista a massificação da FE:

- a) Campanhas de divulgação e sensibilização
- b) Coimas por incumprimento relativamente aos contribuintes que ainda não emitem FE, com exceção dos que estão enquadrados no REMPE
- c) Proposta de introdução de norma com força de lei que proíbe o Estado de pagar faturas que não tenham sido emitidas eletronicamente
- d) Programa de visitas no terreno
- e) Acompanhamento na plataforma de grupos de contribuintes
- f) Interação com os produtores de softwares.

8.1.3.2 Portal de Comércio, Selos Digitais e Pequenas encomendas

O Portal do Comércio já teve o seu início e está sendo desenvolvido internamente. Encontra-se em curso o asseguramento da parte do negócio fazendo seleção dos conteúdos, bem como a parte operacional. Prevê-se a entrega da primeira versão para o primeiro semestre do ano de 2023.

O IVA-DGCI teve um acréscimo de 48,9%. Prevê a instalação de novos módulos de modo a consolidar as Alfândegas num ambiente totalmente moderno e sem papel. Como exemplo de novos módulos previstos, cita-se, o (i) Serviço Cartório, (ii) Franquia Diplomata e (iii) Encomendas Postais.

Destaca-se igualmente o projeto Selos Digitais, cujas atividades previstas foram integralmente realizadas. O Novo Modelo de Pequenas encomendas foi implementado com sucesso na cidade da Praia e entrou em funcionamento no mês de dezembro de 2022.

8.1.3.3 Projeto SISEF – Sistema Integrado de Segurança e Eficiência Fiscal

O Projeto SISEF – Sistema Integrado de Segurança e Eficiência Fiscal tem como principal objetivo, promover o aumento dos níveis de cumprimento das principais obrigações fiscais, através de automatização dos processos de cobrança.

A 1ª fase circunscreveu-se à cobrança do IVA e das retenções na fonte, contudo o projeto será estendido a todos os impostos com a 3ª fase do SISEF, nomeadamente as Especificação das ações a implementar (Penhora Bancária) e a Definição do Modelo dos autos de penhora.

Em 2022, foram priorizadas as ações de fiscalização fora do PAIT 2022; as ações de cobrança coerciva "manual", a paragem parcial do SISEF (e correção dos erros que lhe estiveram na base), a implementação das disposições legais nas declarações de substituição do IVA e as ações de esclarecimento setoriais da FE/Regras de Faturação.

8.1.3.4 Desmaterialização dos Processos da DNRE

O Sistema de Gestão de Processos (SGP) encontra-se implementado em alguns órgãos do Ministério das Finanças, Repartições das Finanças da Praia, São Vicente e nos serviços centrais.

8.1.3.5 A performance de cobrança das Receitas Aduaneiras e Tributos Internos

As receitas aduaneiras cobradas em 2022 registaram um aumento de 31,3%, face ao período homólogo de 2021, derivado das variações positivas registadas na maioria das rubricas orçamentadas, com exceção da Taxa Estatística Aduaneira, ou seja, os Direitos de Importação (26,8%), o IVA (31,2%), o Imposto sobre Consumos Especiais (56,6%), a Taxa Ecológica com (1,5%), a Taxa Comunitária (CEDEAO) (31,8%), Taxa do Tabaco (93,7%) e a Taxa Estatística Aduaneira (-0,5%). Em relação às metas fixadas até dezembro de 2022, as cobranças ficaram acima do previsto em 20,2%, pese embora a variação negativa registada nas rubricas Taxa Ecológica (-5,9%) e a Taxa Estatística Aduaneira (-7.2%).

O aumento das receitas aduaneiras continua beneficiando da evolução positiva das importações, do reforço dos controlos e agilização no desembaraço das mercadorias, através da utilização dos equipamentos de inspeção não intrusiva, a introdução das ferramentas de gestão e análise de riscos na seleção das declarações sujeitas a controlos e dos aumentos das taxas de Direitos de Importação, do ICE sobre as Bebidas Alcoólicas e as viaturas, bem como da Taxa de Tabaco registados em 2022.

Relativamente às receitas fiscais (impostos) adstritas à Direção Geral das Contribuições e Impostos – DGCI cobradas até 31 de dezembro de 2022, totalizam o montante de 20.014 milhões de ECV, o que representam 48,6% do total das receitas fiscais (impostos) previstas para o ano (41.184 milhões de ECV). No ano de 2022, as receitas arrecadadas pela DGCI atingiram o montante de 18.678 milhões de ECV, registando um nível de execução de 93,3% face à previsão do ano, fixada em 20.014 milhões de ECV. Em relação à previsão, verificou-se uma cobrança acima do previsto, em sede do IVA da CT, do IS e do IEsJ, contrapondo as variações negativas, em sede dos demais impostos, representando uma variação negativa, no cômputo geral, na ordem dos 1.336 milhões de ECV (-6,7%).

8.1.3.6 Antifraude

As atividades Antifraude programadas para o ano de 2022 foram na sua maioria concluídas, com exceção das seguintes: (i) relacionadas com as operações conjuntas nos portos e aeroportos e casas comerciais, realizadas juntamente com a Guarda Fiscal, (ii) controlo dos entrepostos comerciais petrolíferos e as (iii) alertas e consulta no sistema das classificações de refúgio. Tendo essas atividades sido reprogramadas para 2023.

É de se realçar a participação do Governo em diversos Grupos relacionados com o combate à lavagem de capitais, a saber:

- a)** Comité Executivo da Comissão Interministerial de Coordenação das Políticas em Matéria de Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação das Armas de Destrução em Massa;
- b)** Comissão Nacional SIPAO (“Sistema de Informação Policial da África Ocidental”), em Cabo Verde.

8.1.3.7 Inspeção Tributária e Aduaneira

Destacam-se as atividades executadas em 2022:

- Elaboração do Plano de Inspeção Tributária de 2022
- Operacionalização do SAF-T(CV)

Plataformas SAFT-PRO para submissão dos ficheiros e Col.bi para a sua análise foram desenvolvidas e disponibilizadas, em ambiente de teste. Permanecem ajustes por fazer nas plataformas, sobretudo do Col.bi para que possa ser validado com sucesso as ferramentas no ambiente teste.

➤ Operacionalizar SIIT, IVA liquidado

Execução concluída, socialização/formação interna (colaboradores) e externa (OPACC, Câmaras de Comércio e Desenvolvedores de Software) concluída. Foi estipulado como data de entrada em produção dia 02/set 2022. Foi adiada a entrada em produção para permitir que todos estejam preparados com as novas exigências.

➤ Intensificar a presença no terreno através da realização de ações programadas a nível central, focadas em áreas de risco prioritárias.

Foi feito um plano específico para o setor de risco comércio geral. As operações decorrem normalmente, aproximadamente 305 contribuintes foram fiscalizados, sendo detetadas 215 infrações.

➤ Crimes Fiscais

Decorreu em 2022, a Missão sobre os Crimes Fiscais, em parceria com a Procuradoria Geral da República, cujo tema foi a implementação do sistema de averiguações criminais. Trata-se de uma missão que terá continuidade em 2023.

➤ Formações

Destacam-se, também, as atividades relacionadas com a capacitação do pessoal, dado que foi identificado deficiência formativas. Para reverter a situação, definiu-se um novo plano de formação. As ações de formação efetuadas durante o ano de 2022:

- Curso Introdução à Contratação Pública – ministrado pela ARAP;
- Curso Prático de Direito do Trabalho e Legislação Laboral Aplicada à Gestão – ministrado pela MS Coaching & Formação Lda;
- Formação em Fiscalidade Internacional – Aspetos essenciais – ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal;
- Formação em Meios de Reação no Procedimento e no Processo Tributários – ministrado pela UNIFOJ;
- Formação em Análise Económica e Financeira – ministrado pela OPACC;
- Formação em Encerramento de Contas – ministrado pela OPACC;
- Formação em Regime da Inspeção Tributária (RIT) e Regime Jurídico das Infrações Tributárias não Aduaneiras (RJITNA) – OPACC;
- Formação em IRPC e IRPS;
- Formação em REMPE;
- Curso online Training sobre Certificação CISSP – ministrado pela India/Mear Networks.

8.1.3.8 Planeamento e Cooperação

As atividades de planeamento e cooperação visam assegurar a participação do Governo nas reuniões regionais e internacionais nos domínios fiscais e alfandegários. O Governo fez-se representar em várias reuniões regionais e internacionais, nomeadamente a nível da CEDEAO para discutir questões ligadas a transição fiscal e harmonização legislativa, assim como formações promovidas pela WATAF, ATAF e grupos de trabalho organizados a nível das Alfândegas da CPLP.

8.1.4. Estratégia Orçamental baseada em políticas

O Governo conseguiu criar uma ligação entre o investimento público e o orçamento recorrente através da elaboração do plano estratégico de desenvolvimento sustentável. Para tal, estabeleceu uma visão clara dos objetivos do país no médio prazo, através do desenvolvimento do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável PEDS II (2026 -2026).

8.1.4.1 Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação

O Sistema de Planeamento, Monitoramento e Avaliação em Cabo Verde tem registado progressos importantes, contribuindo para o estabelecimento de uma base sólida para um Monitoramento e Avaliação mais eficaz, eficiente e transparente das políticas públicas.

No referente ao sistema de informação, realça-se a conceção e o desenvolvimento de uma nova plataforma informática, a nível central, que permite o monitoramento e a avaliação de todas as políticas públicas consagradas no PEDS II, desde o nível estratégico até ao nível operacional, que culmina com a entrega dos produtos necessários e suficientes para a consecução dos objetivos específicos de cada programa.

Uma das grandes mais valias da nova plataforma refere-se ao facto de esta permitir a realização do processo de planeamento, monitoramento e avaliação de futuros Planos Estratégicos Nacionais, dada à sua grande flexibilidade, e de permitir a integração com outras agendas internacionais (ex.: ODS), e, ainda, o desenvolvimento da plataforma informática de monitoramento e avaliação do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA). Plataforma esta que se encontra integrada com a plataforma central e que permite o seguimento ao nível das atividades e ações (nível micro) levadas a cabo para a entrega dos produtos que contribuem para a realização dos objetivos específicos dos programas do MAA. O modelo de plataforma implementado no MAA será replicado nos restantes setores, com os devidos ajustes, permitindo, entre outros, a geração de informações específicas dos setores, relevantes para a sua gestão interna.

A nível do quadro legal, realça-se a criação e aprovação da Lei de Bases do Sistema Nacional do Planeamento (LBSNP) e da Lei de Bases do Orçamento do Estado. De igual modo, encontra-se em curso a regulamentação da LBSNP com o propósito de regular, de forma detalhada, o processo de planeamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

8.1.4.2 Sistema Nacional de Investimento

Em 2022, também foi desenvolvido um modelo mais simples de implementação do Sistema Nacional de Investimento (SNI). O modelo está a ser socializado com os setores e será utilizado na seleção de novos projetos que integram os programas do PEDS II. Ao nível do quadro legal, realça-se que está em curso o processo de elaboração de uma proposta de criação do Sistema Nacional de Investimento Público, a fim de otimizar a utilização dos recursos públicos e melhorar a qualidade da despesa pública.

8.1.5. Gestão dos Ativos do Estado

8.1.5.1 E-Compras

E-Compras é uma plataforma eletrónica para a tramitação dos procedimentos de contratação pública, visando racionalizar e otimizar a despesa pública para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e a geração de poupanças, assim como o aumento da concorrência, do rigor, da eficácia e da transparência na formação de contratos públicos. A plataforma foi desenvolvida e implementada com sucesso.

8.1.5.2 Inventariação e valorização dos imóveis do Estado

O projeto de Inventário Geral e Sistema de Gestão Georreferenciado dos ativos do Estado, encontra-se em curso. Na sua primeira fase de desenvolvimento, foram recolhidas todas as informações relativas aos inventários dos imóveis do Estado, e procedeu-se com a aquisição do Sistema ARcGIS para gestão e georreferenciação dos imóveis. A conclusão do projeto está prevista para dezembro de 2023.

➤ Inventário Geral dos Edifícios do Estado

No cômputo geral dos levantamentos dos dados e informações dos edifícios do Estado, a nível nacional, contabilizou-se um total de 1150 edifícios. O maior parque imóvel do Estado está

sediado na ilha de Santiago, com 540 edifícios, o que representa 47% do total. O menor parque imóvel encontra-se nas ilhas da Boa Vista e Sal, com 30 e 31 prédios respetivamente, representando 3% cada, conforme o quadro abaixo.

ILHAS	EDIFÍCIOS	
	Nº	%
Santo Antão	203	18
São Vicente	81	7
São Nicolau	61	5
Sal	31	3
Boavista	30	3
Maio	46	4
Santiago	540	47
Fogo	120	10
Brava	38	3
TOTAL	1150	100

Tabela 17: Número de edifícios do Estado por ilha, DGPCP 2022.

Confirma-se também que a maior parte dos edifícios do Estado encontra-se afeto ao Ministério da Educação (ME), com 564 prédios equivalendo a 49% do parque imóvel do Estado. Uma parte bem expressiva dos imóveis, também, está sob gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), com um total de 232 edifícios, representando 20% do parque imóvel, 117 prédios sob alçada do Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE/DGPCP), representando 10% do total dos edifícios de Estado. Enquanto que o Ministério da Saúde e Segurança Social dispõem de 8% dos edifícios do Estado.

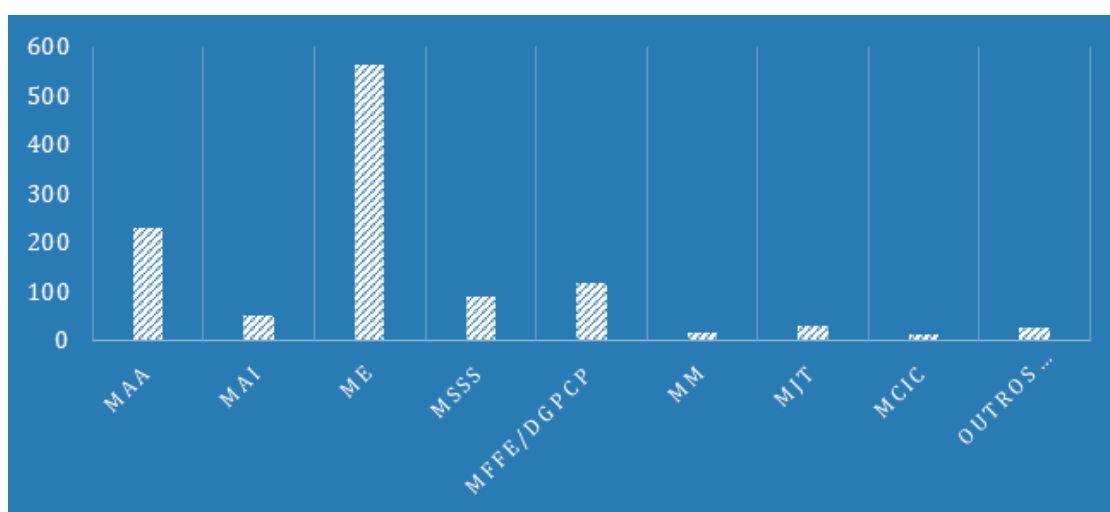


Figura 15: Número de edifícios por Instituição, DGPCP 2022.

8.1.6. Gestão de Projetos Especiais do Estado

O Project Appraisal Document (PAD) é o principal instrumento de planeamento utilizado pelo Estado no âmbito da Gestão de Projetos Especiais. O PAD é um documento concebido pelo Banco Mundial, entidade responsável pelo financiamento da quase totalidade dos projetos especiais implementados. O Plano Anual de Aquisições é um outro instrumento, servindo de base para o planeamento anual das aquisições dos projetos que inclui vários requisitos indispensáveis para a implementação dos projetos especiais, assim como o Quadro de Resultados e Monitoramento, que serve de base para o Sistema de Monitoramento e Avaliação assentes nos resultados apurados dos projetos.

8.1.6.1 Portfólio de Projetos

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de projetos especiais atingiu um montante de 279.35 milhões de dólares. O Parque Tecnológico foi o projeto de maior envergadura, orçado em 51.85 milhões de dólares, representando 19% do portfólio, seguido pelo projeto Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul (16%) e Gestão Fiscal relacionada às Empresas Estatais (11%). Enquanto que o Projeto Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo, por sua vez, foi o projeto de menor orçamento, num montante de 5 milhões de dólares, representando 2% do portfólio, conforme o quadro abaixo.

Nome do Projeto	Custo (Milhões de Dólares)	Data de Aprovação	Data de Encerramento	Status	Financiador
Parque Tecnológico	51.86	29/11/2021	30/12/2025	Ativo	BAD
Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul	45.00	15/03/2023	13/12/2027	Ativo	Banco Mundial
Gestão Fiscal Relacionada às Empresas Estatais	30.00	28/06/2021	31/12/2025	Ativo	Banco Mundial
Capital Humano	26.00	11/04/2022	31/03/2027	Ativo	Banco Mundial
Acesso ao Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas	25.00	04/02/2021	30/12/2023	Ativo	Banco Mundial
Inclusão Social	20.00	21/01/2021	30/04/2023	Ativo	Banco Mundial
Cabo Verde Digital	20.00	12/11/2020	31/10/2025	Ativo	Banco Mundial
Energias Renováveis e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos	16.50	08/12/2021	31/12/2026	Ativo	Banco Mundial
Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental	15.00	26/03/2020	31/12/2025	Ativo	Banco Mundial
Preparação e Resposta à Covid-19	15.00	29/06/2021	31/12/2024	Ativo	Banco Mundial
Reforço da Educação e Desenvolvimento de Competências	10.00	31/10/2018	31/01/2023	Ativo	Banco Mundial
Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo	5.00	10/05/2016	31/05/2022	Encerrado	Banco Mundial

Tabela 18: Portfólio de projetos especiais, UGPE 2022.

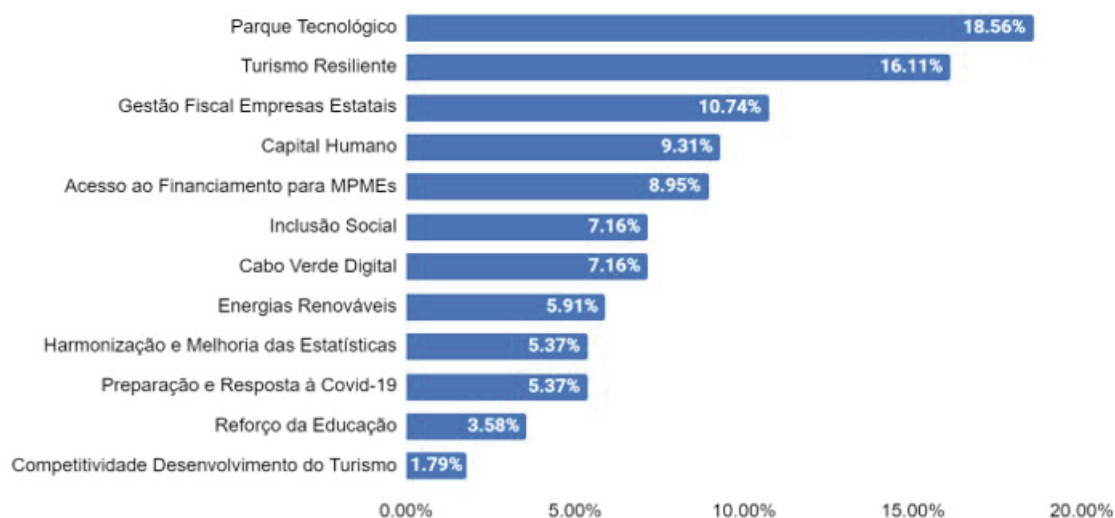


Figura 16: Distribuição dos projetos especiais, UGPE 2022.

Da lista dos doze dos projetos especiais, onze encontravam-se em plena execução (92%) e apenas um projeto (Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo), foi implementado na sua totalidade (8%).

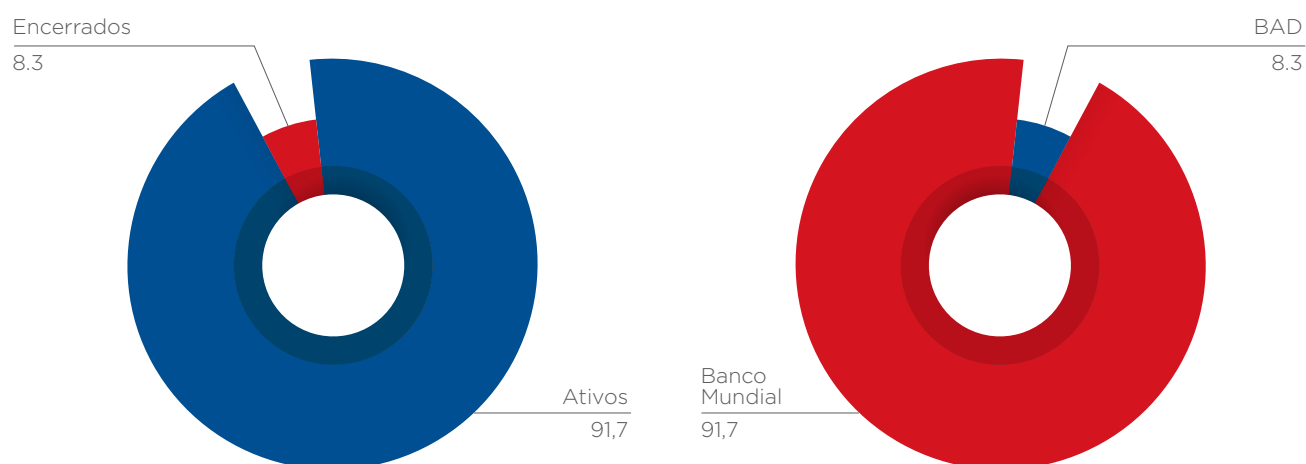


Figura 17: Distribuição dos projetos por status e por financiador, UGPE 2022.

8.1.6.2 Execução Financeira dos projetos

Em 31 de dezembro de 2022, cinco dos doze projetos (Parque Tecnológico, Acesso ao Financiamento para MPMEs, Inclusão Social, Reforço da Educação e Desenvolvimento de Competências e Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo), apresentaram uma execução financeira igual ou superior a 90%. Destes, apenas o projeto (Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo) foi encerrado no ano 2022.

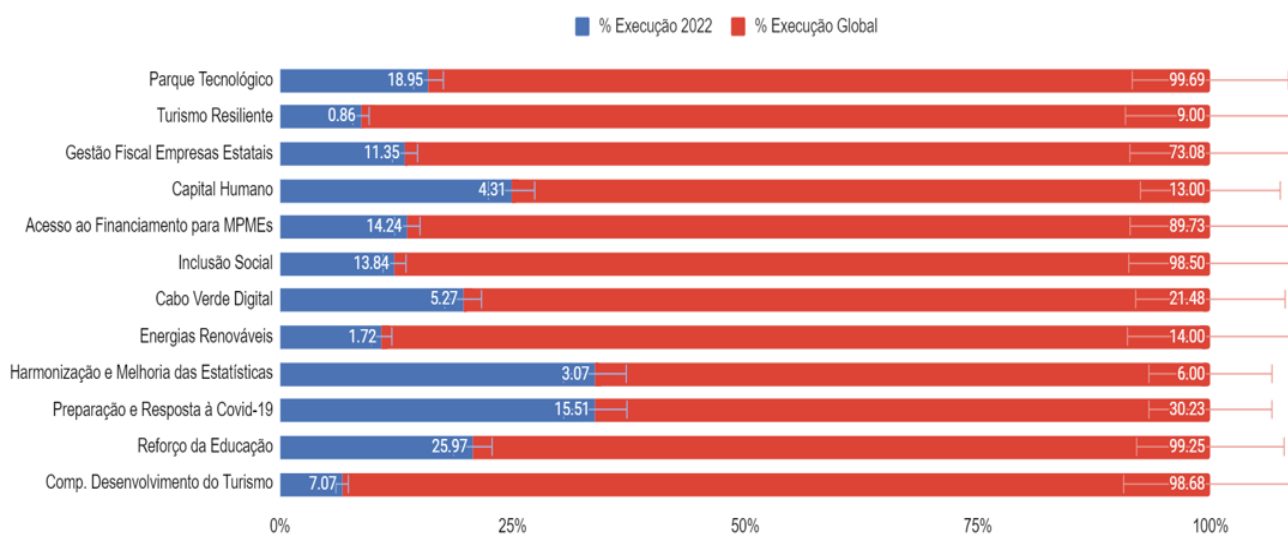


Figura 18: Execução dos projetos especiais, UGPE 2022.

8.1.7. Setor Empresarial do Estado

A Unidade de Apoio ao Setor Empresarial do Estado (UASE) assume o seu papel supervisor do SEE com o propósito de cumprir as suas atribuições na liderança e coordenação dos processos de reestruturação, privatização, PPP e concessões, recorrendo à elaboração de estudos de análise das propostas técnicas e financeiras apresentadas pelas partes interessadas, assim como à realização de negociações em nome do Governo, quando devidamente indigitada.

8.1.7.1 Reestruturação

Em 2022, a unidade acompanhou o processo de reestruturação da IFH e dos TACV. Relativamente ao processo de reestruturação dos Recursos Humanos (RH) dos TACV, iniciado no último semestre de 2017, o número de trabalhadores das empresas passou de cerca de 431 para 196, em 2022, culminando assim, com a conclusão da primeira fase do processo de redimensionamento então iniciado.

No que tange ao processo de reestruturação da IFH, com a conclusão dos documentos estratégicos (Perfil do Setor da Habitação, Política Nacional de Habitação e Plano Nacional de Habitação), para o setor da habitação, procedeu-se ao plano de recentragem da empresa, em colaboração entre a IFH e as tutelas (financeira e técnica), dando origem assim aos novos Estatutos da Sociedade. Neste âmbito, foram concluídos:

- 1) Decreto-lei nº 42/2022, aprova os novos estatutos da IFH.
- 2) Redimensionamento dos RH dos TACV.

8.1.7.2 Privatizações, PPP e concessões

Após a paralisação causada pela pandemia da COVID-19, retomou-se as atividades relativas aos processos de privatização, PPP e concessões iniciados no passado, tendo englobado as seguintes empresas para o horizonte de 2022 a 2026.

- AEB – Água e Energia da Boavista, S.A.
- CABNAVE – Estaleiros Navais de Cabo Verde, S.A.
- CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.
- CV Handling – Cabo Verde Handling, S.A.
- CVT - Cabo Verde Telecom, S.A.
- ELECTRA – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.
- EMPROFAC – Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, S.A.
- ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
- TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.

Ainda em 2022, com o propósito de assegurar a prestação do serviço público de gestão aeroportuária, o Estado celebrou um Contrato de Concessão de 40 (quarenta) anos com um parceiro estratégico de referência internacional, a VINCI AIRPORTS SPV. Quanto à concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas Inter-Ilhas, iniciou-se, em 2022, o processo de renegociação do contrato de concessão, a partir do qual se esperava a entrega dos seguintes produtos:

- Modelo económico-financeiro regulatório
- Minuta de contrato de concessão (revisão) do serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas Inter-ilhas.

Assim, do conjunto das empresas que faziam parte do pipeline de privatizações, PPP e concessões, referente ao ano de 2022, avançou-se com os processos das empresas listadas na tabela abaixo.

EMPRESAS / ATIVIDADES	1) Avaliação de ativos e negócio	2) Preparação do quadro legal	3) Lançamento do concurso de privatização ou concessão
ELECTRA	Concluída	Em curso	Por iniciar
EMPROFAC	Em Curso	Em curso	Por iniciar
ENAPOR	Concluída	Em curso	Por iniciar
FIC	Concluída	Concluída	Por iniciar

Tabela 19: Ponto de situação dos processos privatizações/concessões em 2022, UASE 2023.

8.1.7.3 Processo de aquisição e de alienação parcial

O acionista Estado, pelos desafios impostos pela dinâmica do mercado, em 2022 teve a necessidade de assumir, com caráter transitório, o reforço da sua participação na Caixa Económica de Cabo Verde (CAIXA) e na Cabo Verde Telecom (CV TELECOM), duas empresas com funções estratégicas para a economia. Estando salvaguardado o normal funcionamento do mercado, o Estado iniciou o processo de retirada da sua participação reforçada nessas empresas.

EMPRESAS / ATIVIDADES	1) Avaliação de ativos e negócio	2) Estudo de Viabilidade	3) Preparação de documentos para alienação
CAIXA	Concluída	Concluído	Em curso
CV TELECOM	Em Curso	Em curso	Em curso

Tabela 20: Ponto de situação dos processos de alienação de participação social em 2022, UASE 2023.

8.1.7.4 Plataforma Digital de Monitorização e Avaliação do SEE

No âmbito das reformas do SEE de Cabo Verde, e considerando a importância do Estado como entidade ativa e promotora da Boa Governança, transparência e melhores práticas de divulgação de informações, iniciou-se o processo de implementação de um novo modelo de Governança e controlo junto das empresas pertencentes a este setor.

Neste sentido, foi desenvolvida a Plataforma Digital de Monitorização e Avaliação das SEE (SOE Manager, SOE Tabular e SOE BIDA), permitindo a monitorização e avaliação da performance do setor, através da introdução de automatismos no processo de recolha, tratamento e análise de dados. O Sistema também permite identificar atempadamente possíveis desvios por parte das empresas que poderão comprometer a evolução financeira do SEE, pela dimensão e implicações do seu impacto no risco fiscal.

8.1.7.5 Risco macro fiscal do SEE

A evolução do passivo contingente das empresas pertencentes ao SEE, conjugado com a dinâmica dos indicadores da estrutura do capital (rentabilidade, liquidez, endividamento e solvabilidade), poderão representar riscos tanto para as empresas, como para o Estado. Até ao 3º trimestre de 2022, constatou-se que a dinâmica do stock de empréstimos bancários com garantias do Estado, contribuíram para a exposição do Estado face ao nível do risco macro fiscal, tanto de forma explícita como de forma implícita, o que faz com que os desafios de monitorização e fiscalização sejam cada vez maiores. Os níveis de riscos referentes ao ano de 2022, podem ser verificados no quadro abaixo.

EMPRESAS	2022						RISCO GLOBAL			
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade					
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.	2019	2020	2021	2022
ASA	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Moderate Risk	High Risk
ELECTRA	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
EMPROFAC	Moderate Risk	Moderate Risk	Low Risk	Low Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Moderate Risk
ENAPOR	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	High Risk	High Risk
IFH	High Risk	High Risk	Very Low Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk
TACV	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk

Tabela 21: SOE Health Tool, UASE 2022.

8.2. FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO DAS MPME

A promoção do empreendedorismo, o crescimento e o desenvolvimento das MPME é um instrumento adotado pelo Governo para impulsionar a economia através da diversificação empresarial. Neste âmbito, o MFFE desenvolveu um conjunto de medidas e programas de apoio ao setor privado para o desenvolvimento das suas atividades de negócios.

8.2.1. Reforço da participação de Start ups jovem

O programa Start ups foi desenvolvido com foco nos jovens empreendedores, oferecendo serviços de apoio técnico e financeiro, no tange a orientação empresarial, desenvolvimento de projetos e disponibilização de crédito bancário para o financiamento de projetos. Em 2022, foram atribuídas garantias de financiamento que variam entre 50% a 80%, através da Pró Garante, para expandir o sector empresarial e impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia nacional.

Mesmo sendo disponibilizados os pacotes de apoios financeiros, muitos jovens não conseguiram apresentar as garantias que lhes foram exigidas pelos bancos, inviabilizando, deste modo, os seus projetos, que, embora sendo tecnicamente viáveis, não conseguiram implementá-los por falta de financiamento. Entretanto, para fazer face a esta situação, o Governo decidiu cobrir as garantias de financiamento aos projetos inovadores e disruptivos a 100%, mostrando o seu firme engajamento em encontrar soluções atempadas para quaisquer problemas ligada aos jovens.

No período em análise, foram recebidas um total de 928 candidaturas, na sua maioria provenientes da cidade da Praia, seguida do Município de Santa Catarina e de Tarrafal de Santiago, como se segue no quadro abaixo.

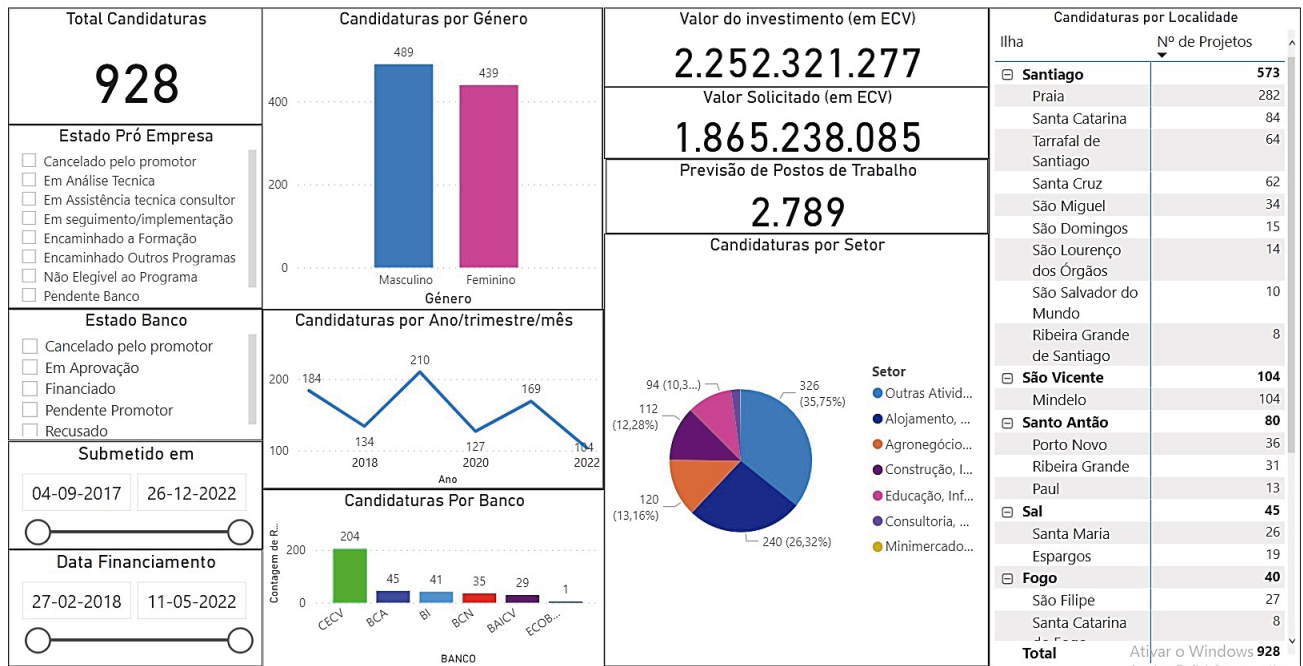


Figura 19: Total das Candidaturas Start Up Jovem, Pro-empresa 2022.

Das 928 candidaturas recebidas, 395 foram aprovadas, num valor de aproximadamente 918 milhões de ECV e prevê-se a criação de 1.247 postos de trabalho.

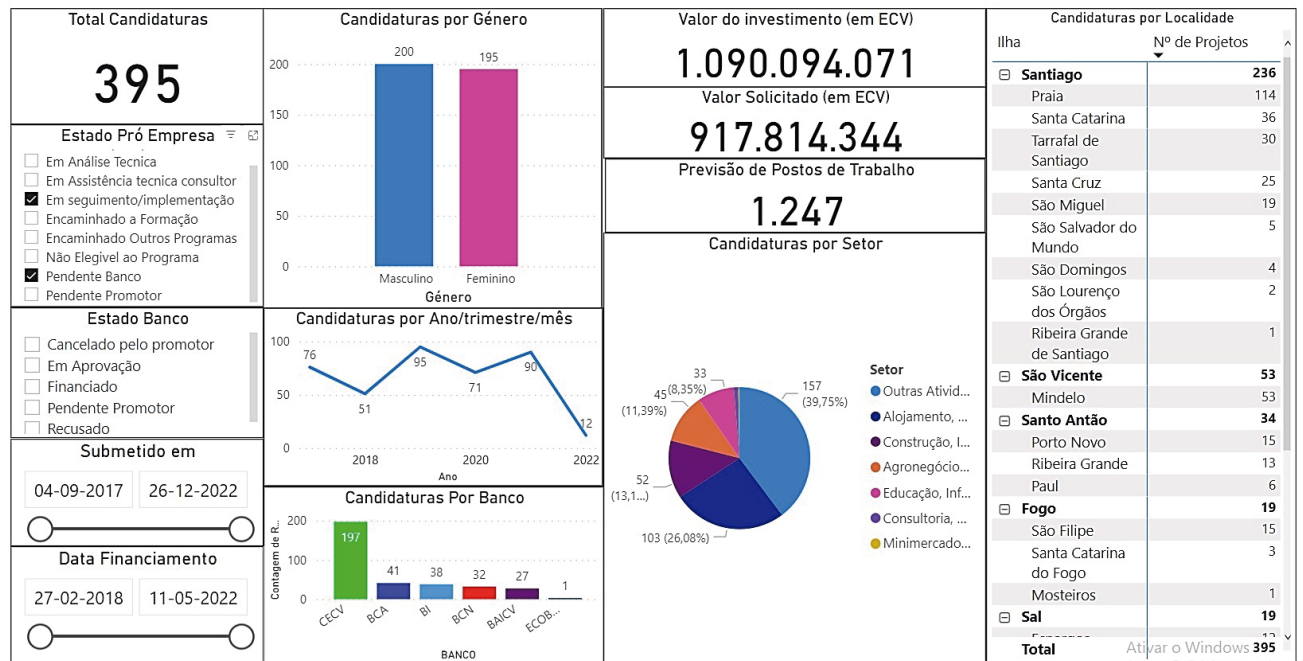


Figura 20: Candidaturas Start up Jovem Pendente do Banco, Pro-empresa 2022.

8.2.2. Pró Crédito

O Pró Crédito é um programa de Assistência Técnica às MPME, ajudando-lhes a criar condições de acesso ao financiamento e procurando ao mesmo tempo promover as suas condições de crescimento e competitividade. O programa visa incentivar, também, a passagem de unidades produtivas informais para a economia formal e a contabilidade organizada nas MPME. Em 2022, o Pró Crédito contou com um total de 602 candidaturas, dos quais 481 processos foram aprovados num montante de aproximadamente 91 milhões de ECV de cofinanciamento. Dos restantes, 18 processos encontram-se em análise e 103 não chegaram a ser aprovadas, devido à desistência por parte dos promotores, dossiers incompletos e (ou) a não elegibilidade.

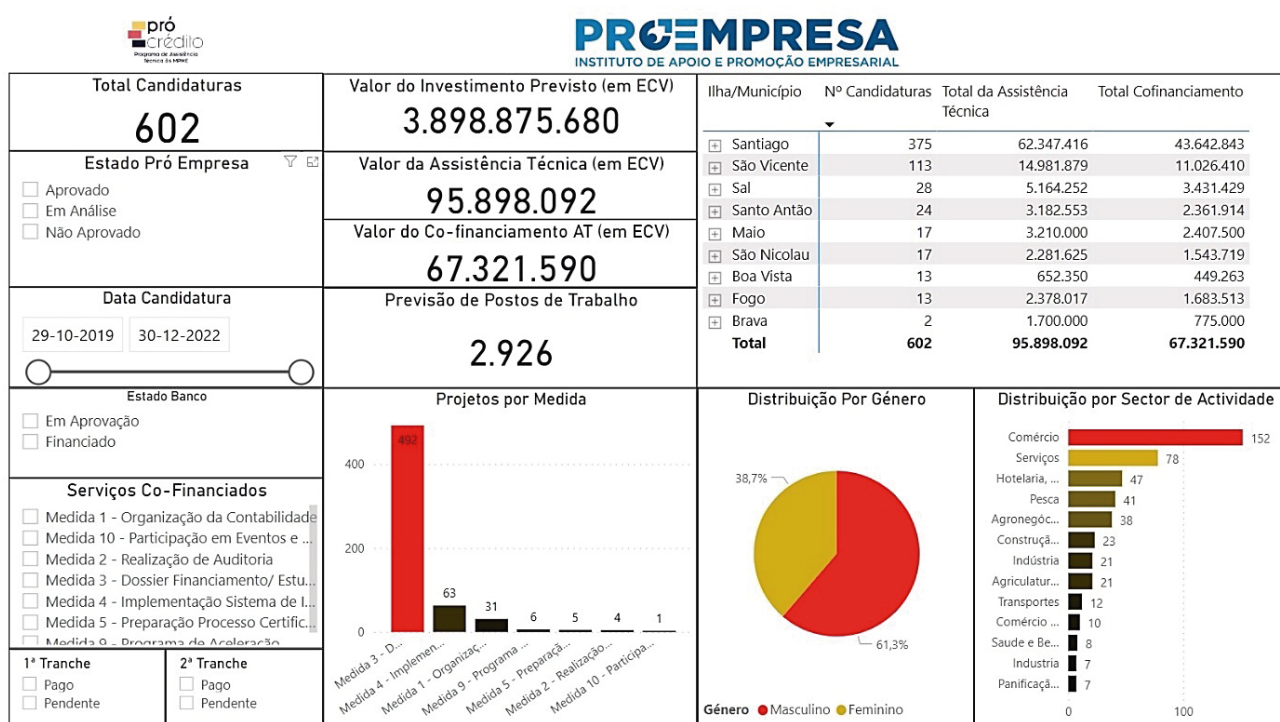


Figura 21: Candidaturas de Pro Credito submetidas, Pro-empresa 2022.

O impacto a nível da criação do emprego é visível, pois com os projetos aprovados prevê-se criar um total de 2.201 novos postos de trabalho, conforme verifica-se no quadro seguinte.

No que tange á distribuição por ilhas, Santiago continua a dominar na procura ao programa. A medida 3, o “Dossier de Financiamento e Estudos”, continua a ser uma das medidas mais procuradas, seguida da medida de implementação de Software de Gestão.

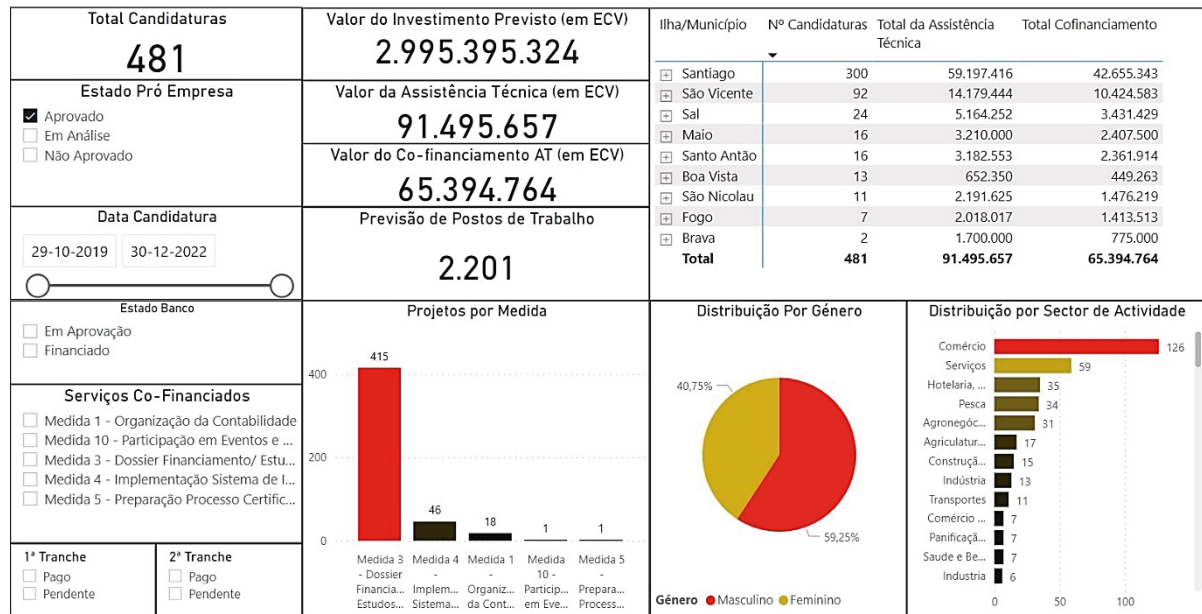


Figura 22: Candidaturas de Pro-Crédito aprovados, Pro-empresa 2022.

8.2.3. Fundo Lavanta

No âmbito do projeto “Institutional Change, Bottom-up Innovation and Community Integration”, financiado pelo Mecanismo de Financiamento Rápido RFF do PNUD (UNDP Rapid Response Facility) no âmbito INFF (Integrated National Finance Framework), foi criado um programa de incentivo à inovação e capacitação de jovens e mulheres, abreviadamente denominado de FUNDO LAVANTA.

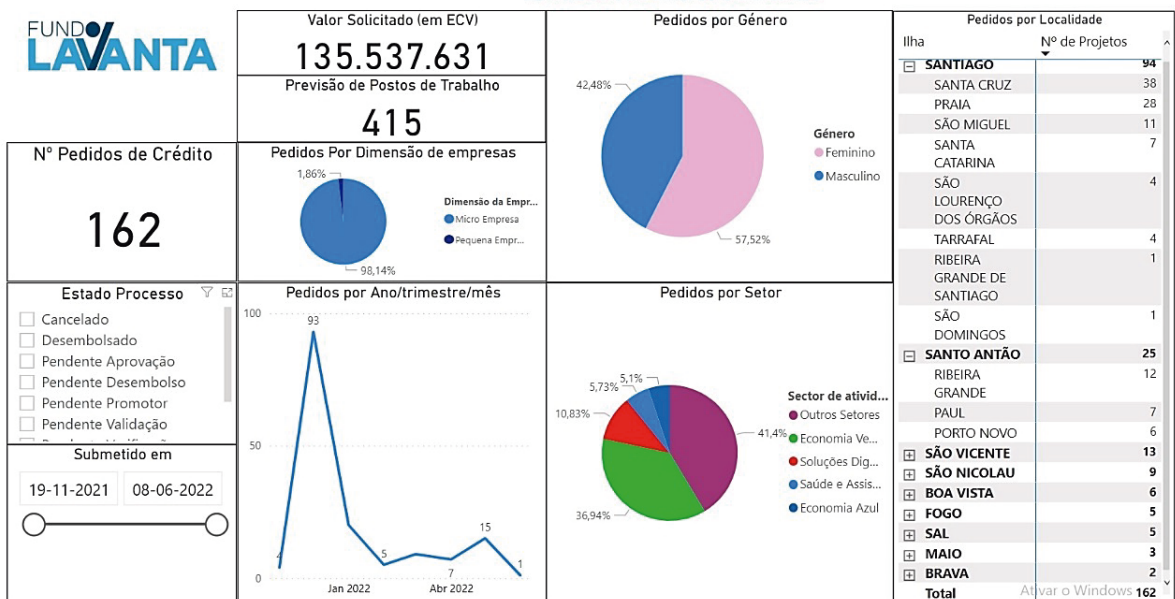


Figura 23: Números de Projetos Submetidos ao Fundo Lavanta, Pro-empresa 2022.

Em 2022, no âmbito do programa Fundo Lavanta, foram submetidos 162 pedidos. Destaca-se o município de Santa Cruz como a localidade com maior número de pedidos de créditos instruídos com um total de 38 pedidos, seguido da Cidade da Praia com 28 pedidos e Mindelo com 13 pedidos submetidos. Das candidaturas submetidas 57,52% são de promotores do sexo feminino e 42,48% de promotores do sexo masculino.

Dos 162 processos submetidos até à data, um total de 67 projetos encontram-se em fase de implementação e/ou em processo de desembolso junto dos Bancos, totalizando um valor de aproximadamente 46 milhões de ECV, prevendo a criação de 173 postos de trabalho, como se segue na figura abaixo.

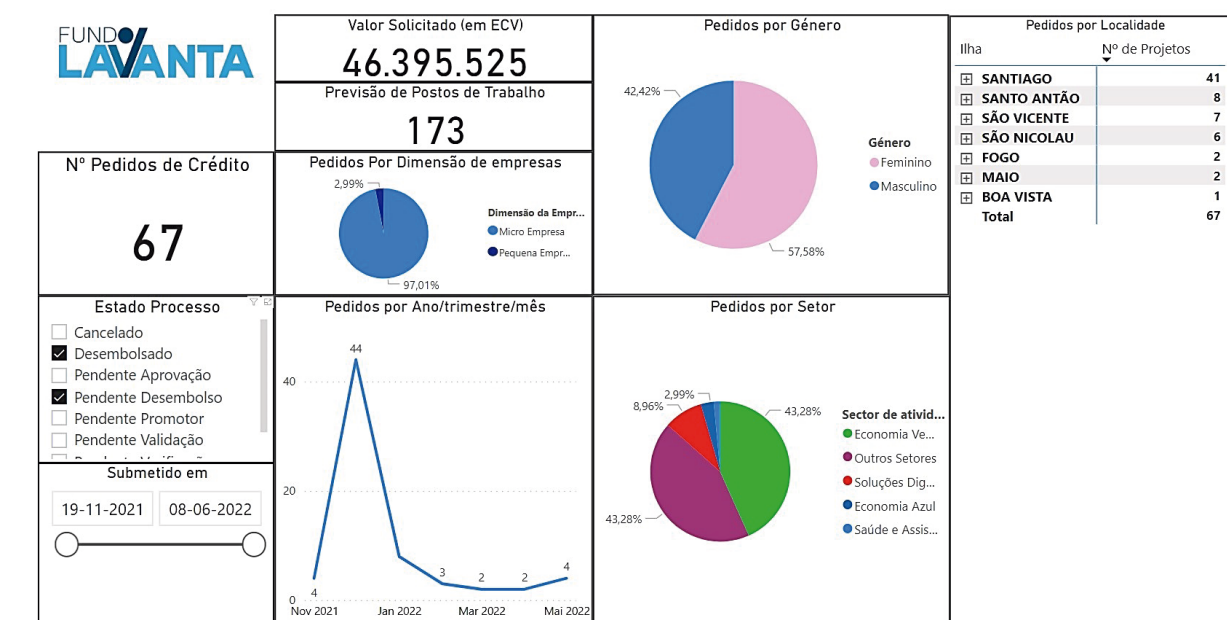


Figura 24: Números de Projetos do Fundo Lavanta em fase de implementação ou a espera do desembolso do banco, Pro-empresa 2022.

8.2.4. Programas de Investimentos da Pró-Capital

Considerando o significativo reforço de liquidez da empresa, decorrente da realização do remanescente e aumento de capital social realizado pelo Estado, a Pró-Capital ampliou a sua capacidade de intervenção direta e indireta de fomento da iniciativa privada. A subscrição no capital social da Investment Capital Partner – ICP, Sociedade de Gestão Financeira, com a quantia de 400 mil ECV, correspondente a 10 % das ações desta entidade.

Após o fecho do exercício de 2022, em janeiro de 2023, o Estado transferiu para a Pró-Capital o montante de 150.000 milhões de ECV para aumento do capital social.

8.2.5. Carteira de investimentos da Pró-Capital

Deram entrada na Pró-Capital em 2022 um total de 39 projetos dos diversos setores de atividade, nomeadamente do turismo-hotelaria e restauração, Tecnologia, indústria, economia marítima, transportes, saúde, pesca, entre outros.

Setor de Atividade	Projeto/empresa	Investimentos (ecv)	Nº Postos Trabalho
HOTELARIA	8	1 757 657	112
AGRONEGÓCIOS	3	184 718	17
AVICULTURA	1	175 000	18
INDÚSTRIA	4	209 466	27
TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	1	26 873	-
TRANSPORTES PÚBLICOS	1	18 725	11
RESTAURAÇÃO	1	173 873	-
CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIA	1	6 967	5
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	1	6 732	-
COMÉRCIO A RETALHO	2	29 575	6
PESCA	4	67 481	12
AGROTURISMO	1	60 476	-
TRANSPORTES MARÍTIMOS	1	3 892 624	33
AGROINDÚSTRIA	1	1 014 560	-
OUTROS	9	402 529	31
TOTAL	39	8 027 275	272

Tabela 22: Projetos 2022, Pro-Capital 2023.

8.2.6. Participadas da Pró-Capital

A Pró-Capital, SA, possui na sua carteira de participadas a 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas:

- Agrupamento complementar de empresas (ACE) Pro-Taxi, SA.
- Hotel Happy Day, SA..
- Soncent Inn & Suites, SA.
- Pão de Açúcar, SA.
- Brazão & Filhos, SA.

O portfólio de ativos da Pró-Capital identifica-se por um total de investimentos realizados até dezembro de 2022 no montante de 62.925 milhões de ECV em participações.

8.2.7. Desinvestimento da Pró-Capital

Em 2022, foi ratificada a decisão de desinvestimento na Iramar Clinic. O pagamento pelas ações da Pró-Capital resultante da venda, foi feito através da entrega de todos os equipamentos de laboratório e administrativos.

8.2.8. Acordos de cooperação internacional da Pró-Capital

No âmbito da materialização da ICP – Investment Capital Partner – Sociedade de Gestão Financeira, em parceria com a Injaro Investments Limited, foi realizado o lançamento do primeiro Fundo de Capital de Risco de Cabo Verde, denominado de Pró Impacto, resultante de uma parceria público-privada entre a Pró-Capital e a WATIH, plataforma de trading e investimento para África Ocidental, financiada pela USAID, o Banco Mundial e a Injaro Investments Limited.

O Fundo Pró Impacto foi criado para apoiar pequenas e médias empresas (PMEs) locais, conferindo-lhes agilidade operacional e permitindo que implementem os seus planos de expansão, respondendo aos desafios macroeconómicos, tendo como metas a geração de 120 novos empregos, a duplicação da participação de mulheres em cargos de gestão, o desenvolvimento da juventude local e a segurança alimentar de pelo menos 1.500 pessoas.

A partir da entrada no capital social efetuado pelo Estado, no montante de 293.593 milhões de ECV, transferido pelo Banco Mundial, em agosto de 2022, com o objetivo de ser integralmente investido no Fundo de Capital de Risco - Pró-Impacto, após consulta prévia ao mercado financeiro, decidiu capitalizar o referido montante em aplicação fixa de depósito a curto prazo, enquanto o Fundo procede à preparação para iniciar efetivamente com os investimentos.

8.2.9. Pró Garante: Criação e mobilização de linhas de créditos de apoio a Retoma Económica

No ano de 2022, foram criadas linhas específicas de garantias para as empresas, visando apoiar o financiamento à tesouraria e investimentos. Em 2022, ao abrigo do programa de Retoma, foram emitidas 103 garantias sobre um montante total de créditos de 1.881 milhões de ECV. Também foram garantidos 435 créditos do programa FME e do programa Fundo Lavanta, por 309 milhões de ECV. Em termos agregados, foram garantidos 538 créditos num montante de 2.190 milhões de ECV, em créditos para as empresas.

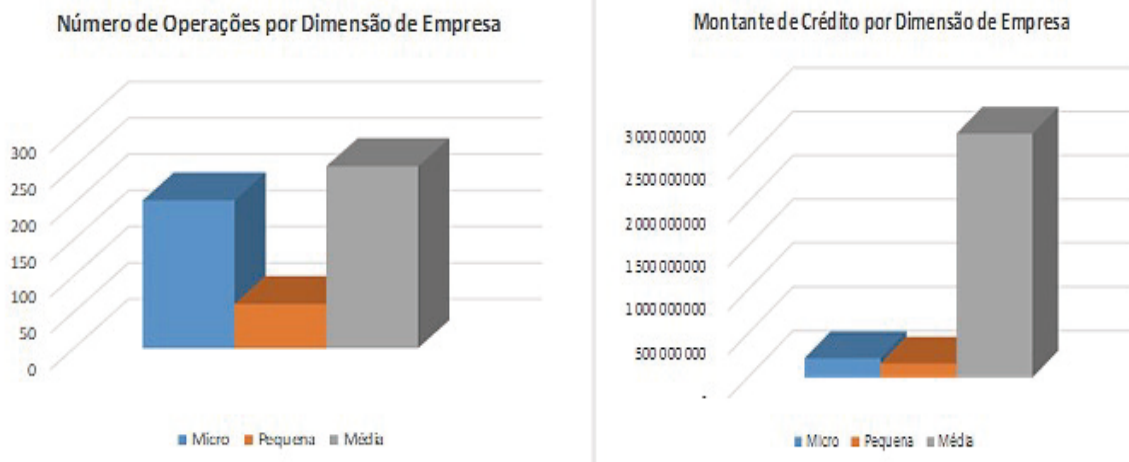


Figura 25: Numero de Operações e Montante de Crédito por Dimensão de Empresa, Pró Garante 2022.

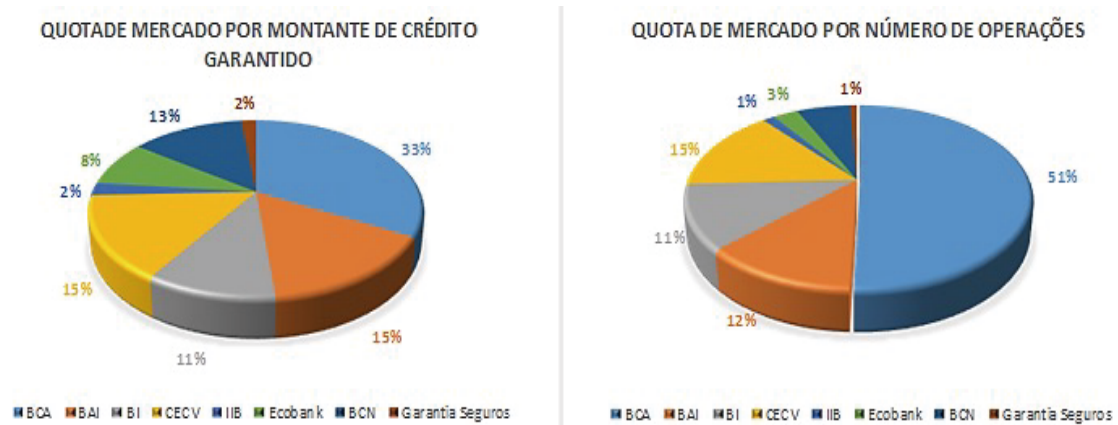


Figura 26: Quota de mercado por montante de crédito garantido e por numero de operações, Pró Garante 2022.

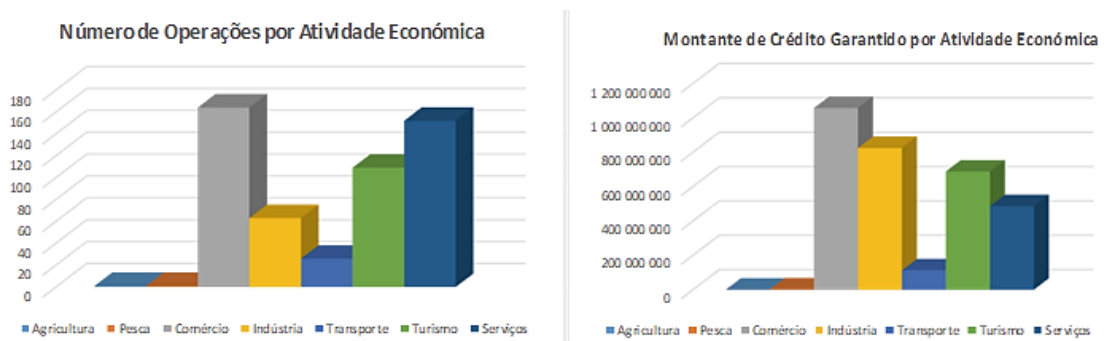


Figura 27: Número de Operações e Montante de Crédito Garantido por Atividade Económica, Pró Garante 2022.

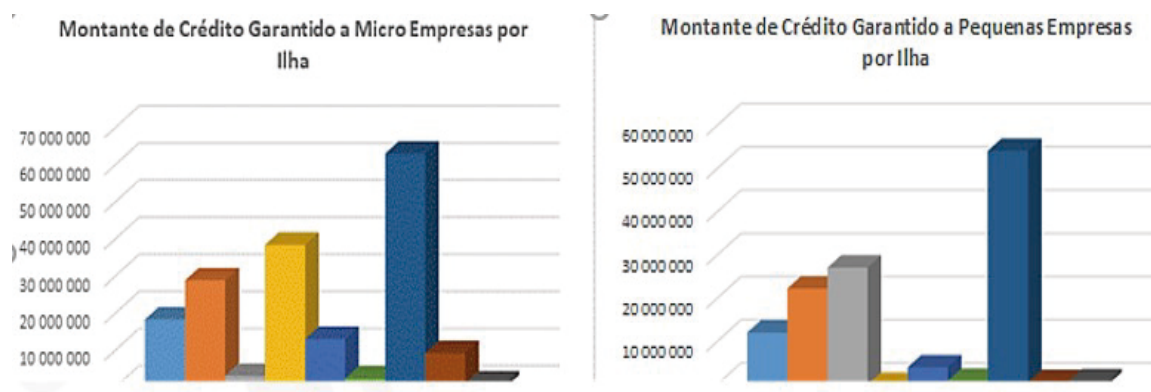


Figura 28: Montante de Crédito Garantido a Microempresas e Pequenas Empresas por ilha, Pró Garante 2022.

8.2.10. Pró Garante: Risco de Garantias

Para abrigar a gestão do risco de garantia e apoiar o acesso ao financiamento, deliberou-se que o apetite ao risco tem de ser superior ao risco do sistema financeiro. Nesta lógica, foram estabelecidos os mitigadores em função de cada operação específica. Assim, a estrutura de carteira de garantias e contragarantias, até final do ano 2022, como se confere no mapa a seguir.

GARANTIAS EMITIDAS VIGENTES						
Linha COVID-19		Transitadas Ecosystema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Retoma	Total Garantia Vigentes
C-19	FME					
CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
1 540 328 118	397 038 378	383 768 604	2 321 135 100	378 706 361	642 265 111	3 342 106 572

Tabela 23: Garantias Emitidas Vigentes, Pró Garante 2023.

Foi possível observar que 69,5% da totalidade da carteira garantida tem contragarantias do Estado, ou seja, que a mesma percentagem da carteira tem risco soberano. Por outro lado, pode-se ver no mapa a seguir a probabilidade de acionamento e a perda esperada por instituição financeira.

DETALHE DE PROBABILIDADE DE INCUMPRIMENTO E PERDA ESPERADO POI INSTITUIÇÃO FINANCEIRA					
Instituições Financeiras	Nº de Operações	Saldo Vivo	Nº de Operações em atraso	Probabilidade de Incumprimento	Perda Esperada
CECV	984	668 755 657	533	236 266 968	5 525 507
BCA	607	1 424 477 625	20	34 053 394	5 332 664
BI	107	377 237 553	14	20 938 091	626 050
BAICV	92	394 246 699	8	8 595 004	3 874 898
BCN	50	282 037 366	4	10 180 374	400 450
IIB	16	40 368 804	3	1 738 901	1 434 809
Ecobank	16	123 973 560	3	9 094 862	0
Garantia Seguros	2	30 443 974	1	24 112 672	1 438 664
Fami-Picos	1	565 334	1	565 334	565 334
	1 875	3 342 106 572	587	345 545 599	19 198 374

Tabela 24: Probabilidade de acionamento e a perda esperada por instituição financeira, Pró Garante 2023.

Os riscos da carteira explicam a diferença entre o risco de acionamento e incumprimento da carteira, 345,6 milhões de ECV ou 10,3%, e a sua perda esperada, 19,2 milhões de ECV ou 0,57%. O risco de acionamento (345,6 milhões de ECV) está suportado pela liquidez, enquanto que a perda esperada (19,2 milhões de ECV) pelo capital ou património, que atingiram, 756,5 milhões de ECV e 1.659,5 milhões de ECV ao 31 de dezembro de 2022, respetivamente. Os gráficos a seguir mostram a Probabilidade de Acionamento (PI) e a Perda Esperada (PE) por produto:

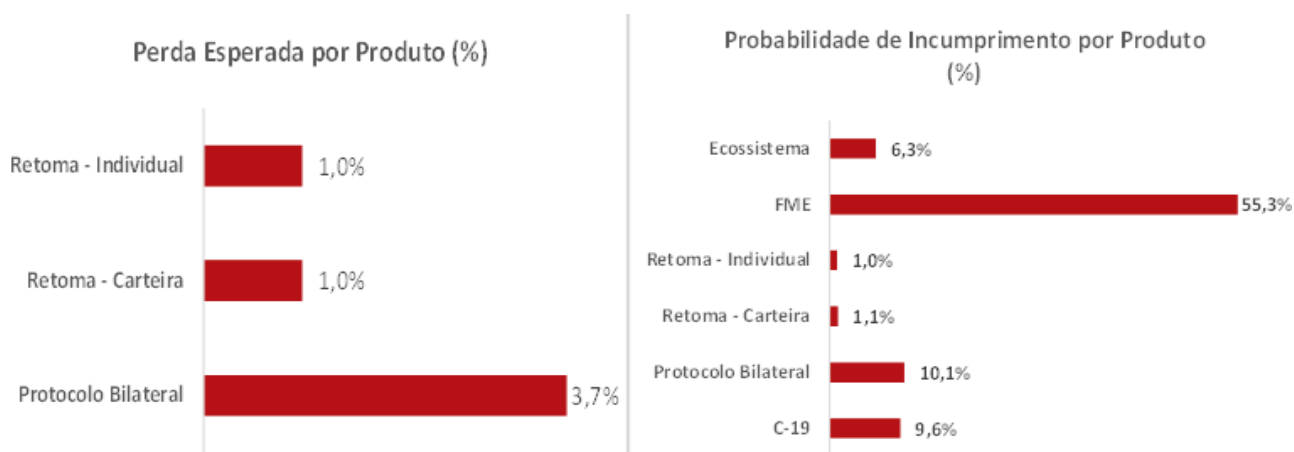


Figura 29: Perda Esperada e Probabilidade de Incumprimento por Produto, Pró Garante 2023.

8.2.11. Pró Garante: Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrer perdas por ausência de recursos para cumprir com as obrigações assumidas. Dado que 69,5% da sua carteira está estruturada com contragarantias de estado, o rácio ativo de fácil liquidação sobre risco vivo da Pró Garante tem capacidade para suportar até 48% dos créditos garantidos malparados, aproximadamente 3 vezes o risco do sistema financeiro de Cabo Verde.

8.2.12. Pró Garante: Gestão Financeira

O balanço aumentou 47,4% face ao ano anterior, atingindo 2.402 milhões de ECV. O crescimento explica-se principalmente pelos fundos mobilizados pelo projeto do Banco Mundial para completar e aumentar o capital da Pró Garante por 584 milhões ECV e pelos resultados obtidos, 50 milhões de ECV. De ressaltar que o lucro antes de impostos do ano 2022 atingiu 50,1 milhões de ECV, superior em 31% face ao período homólogo.

8.2.13. Dinamização de mercados de capitais

Cabo Verde vêm dando passos importantes na construção de mercado de títulos com o foco nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), alinhados nas melhores práticas internacionais. O desenvolvimento de finanças sustentáveis responde à necessidade imperiosa de direcionar os investimentos para atividades e projetos que encerram externalidades positivas, palpáveis e mensuráveis.

Neste contexto, várias entidades públicas e privadas têm estado a trabalhar na criação de quadros regulamentares baseados em critérios científicos, que permitem rotular atividades e ativos com o selo da sustentabilidade, como a International Capital Markets Association (ICMA) e a União Europeia (EU). Sob os auspícios do ICMA, foram codificados, entre outros, os Princípios para a emissão de Títulos Verdes e os Princípios para a emissão de Títulos Sociais. Por outro lado, a EU contribuiu para a elaboração da Taxonomia para títulos sustentáveis, concebida como instrumento para orientar o Bloco na prossecução dos seus objetivos nos domínios do clima e da energia no horizonte de 2030. Sem prejuízo do disposto no Código do Mercado de Valores Mobiliários e demais legislações complementares sobre a emissão de títulos de dívida, em 2022 a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) aprovou o Regulamento n.º 1/2022, de 18 de outubro, que estabelece as normas para a emissão dos Títulos Azuis (Blue Bonds), tendo o estudo técnico da Taxonomia para a implementação de Blue Bonds em Cabo Verde desenvolvido pela Universidade Técnica do Atlântico (UTA).

Não obstante, a BVC vem contribuindo e participando ativamente na construção dos quadros

regulamentares, implementação da Plataforma Blu-X e o segmento do mercado dedicado às finanças sustentáveis, traduzindo-se em resultados visíveis, com um total de cinco emissões de títulos sustentáveis já realizadas.

8.2.13.1 Promoção do mercado de valores mobiliários

Cabo Verde, através da BVC, tem estado a trabalhar no estabelecimento de parcerias que visam aumentar a sua visibilidade internacional, a promoção do mercado de capitais Cabo-verdiano e a atração de investidores internacionais.

Atualmente, Cabo Verde integra o West African Capital Markets Integration Council (WACMIC), elevando o posicionamento estratégico do país na sub-região. Outrossim, foi aprofundada a cooperação com as Bolsas de Portugal, Angola e Moçambique, visando potenciar as oportunidades existentes no espaço da lusofonia. Por fim, encontra-se em curso um diálogo com a Bolsa de Luxemburgo no intuito de explorar a possibilidade de divulgação (display) de títulos emitidos no mercado nacional em plataformas operadas por aquela.

De referir que na oferta pública, das primeiras obrigações azuis emitidas através da plataforma BLU – X, levada a cabo pelo International Investment Bank, cerca de 20% dos subscritores foram não residentes. Assim, em 2022 deu-se continuidade às parcerias estabelecidas no ano anterior, com importantes concretizações, designadamente:

- BAD: Elaboração do Master Plan do Mercado de Capitais de Cabo Verde e upgrade da Infraestrutura Tecnológica;
- PNUD: Implementação da Plataforma BLU-X;
- LuxSE: Desenvolvimento do mercado das finanças sustentáveis e visibilidade da BVC no mercado luxemburgês.

Para além destes, também foram celebrados os seguintes acordos:

- Memorando de Entendimento com a Bolsa de Dívidas e Valores de Angola (BODIVA) e a Bolsa de Moçambique, uma parceria estratégica visando prioritariamente a promoção da internacionalização dos respetivos mercados.
- Memorando de Entendimento com o International Investment Bank (iib), com o foco determinante na oferta de diversos instrumentos financeiros, assegurando a sua adequabilidade ao mercado.

Para o ano de 2022, estavam previstas, também, emissões de 5 obrigações (2 corporate, 1 municipal e 2 sustentáveis). No entanto, foram emitidos um total de 10 obrigações (5 corporate, 2 municipais e 3 sustentáveis), um objetivo amplamente superado, muito devido a implementação eficiente de várias medidas, como se seguem:

- Diversificação da Oferta (A): aposta no segmento ESG;

- Redefinição da estratégia comercial;
- Promoção da notoriedade e visibilidade da BVC;
- Criação de parcerias internacionais e acordos bilaterais (bolsas, associações e plataformas de negociação);
- Revisão da plataforma de negociação;
- Promoção do alinhamento dos principais stakeholders no desenvolvimento do mercado de capitais (Governo, AGMVM, operadores e empresas);

Adicionalmente, também foram implementadas atividades associadas a 45 processos, dos quais, 10 foram concluídos com sucesso.

#	Emitente	Série	Tipo Obrigação	Estado Emissão	Estado Dossier	Estado Processo
1	Correios de Cabo Verde	B	Clássica	Conluído	Completo	Fechado
2	MORABI	A	Social Bond	Conluído	Completo	Fechado
3	Agrupamento Comp. Empresas - ACE	A	Sustainability Bond	Conluído	Completo	Fechado
4	CVT - EMISSÃO OBRIGAÇÕES	A	Clássica	Conluído	Completo	Fechado
5	Câmara Municipal dos Mosteiros	A	Municipal	Conluído	Completo	Fechado
6	Câmara Municipal de São Domingos	A	Municipal	Conluído	Completo	Fechado
7	international investment bank, SA	A	Subordinada	Conluído	Completo	Fechado
8	international investment bank, SA	CLN	Clássica	Conluído	Completo	Fechado
9	international investment bank, SA	C	Social Bond	Conluído	Completo	Fechado
10	international investment bank, SA	B	Sénior	Conluído	Completo	Fechado

Tabela 25: Emissões de obrigações concluídas, BVC 2023.

A nível das empresas cotadas na Bolsa, estava prevista que até final de 2022 vinha a ter 6 empresas cotadas, traduzindo-se em 99 milhões de ECV em volume de transações em Mercado Secundário e 8% de investidores não residentes com títulos em carteiras. Contudo essas metas não foram alcançadas.

8.2.13.2 Instrumentos financeiros

No final de ano de 2022, a capitalização Bolsista cifrou-se em 106.844.298 milhões de ECV representado uma variação positiva de 16,49% face ao ano anterior.

(Valores em mEsc)

Capitalização bolsista global	2020	2021	2022	Peso 2022	Var 21/22
Capitaliz. Seg Ações	6 762 053	7 441 108	10 198 402	9,55%	37,05%
Capitaliz. Obrigações Diversas (a)	4 054 426	3 640 502	6 634 669	6,21%	82,25%
Capitaliz. Seg OT e BT	70 432 520	80 640 930	90 011 228	84,25%	11,62%
Capitalização Bolsista Global	81 248 999	91 722 540	106 844 299	100,00%	16,49%

Tabela 26: Capitalização bolsista, BVC 2023.

Relativamente a evolução do seguimento acionista, o valor do free float das ações cotadas atingiu 10.198.402 milhões de ECV registando uma variação homóloga positiva de 37,05%, justificada sobretudo pela Empresa Nacional de Combustíveis (Enacol) e do Banco Comercial do Atlântico (BCA), apresentando as maiores variações entre as ações cotadas na bolsa, de 60% e 46%, respetivamente, comparativamente ao período homólogo de 2021. As ações da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) e da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos (SCT), também, apresentaram uma variação positiva de 28% e de 8%, face ao registo do final de 2021.

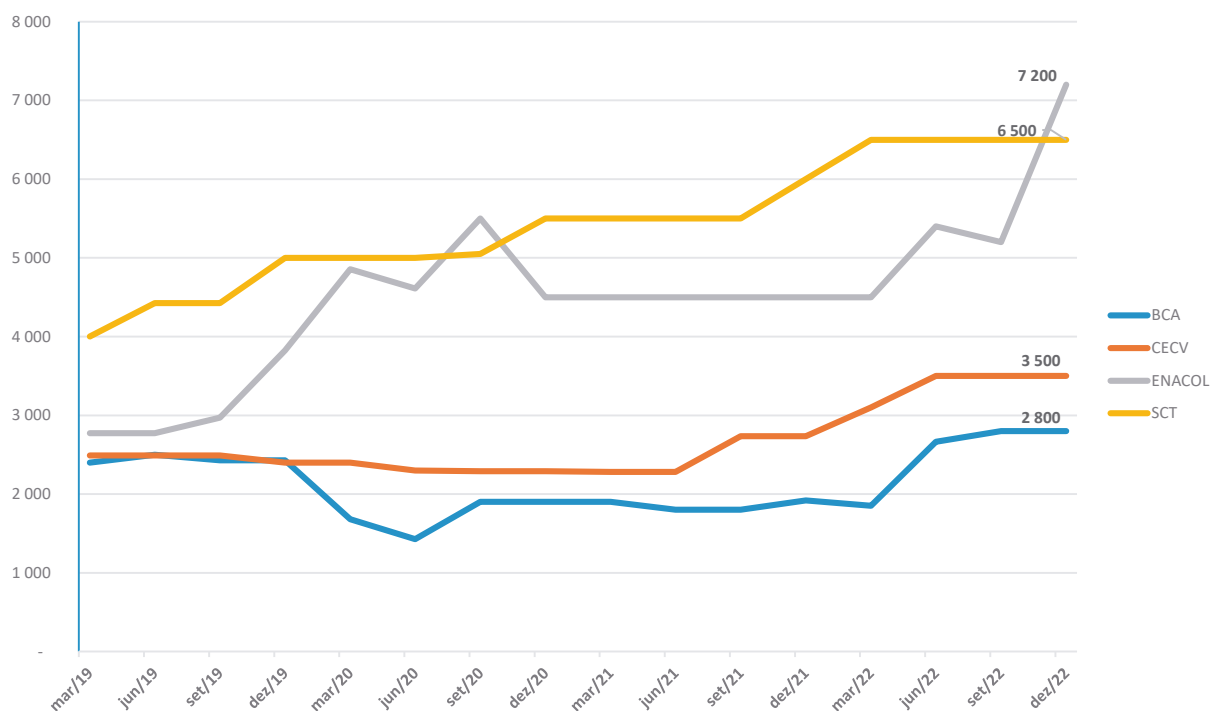


Figura 30: Evolução das ações cotadas na bolsa, BVC 2023.

O volume de emissões no mercado de dívida, por sua vez, foi de 27.925.846 milhões de ECV, após um crescimento de 9,57% face ao ano anterior. Desse montante é importante destacar que 5.604.000 milhões de ECV foram emitidas por empresas e municípios, uma variação positiva de cerca de 20%, face a 2021, com destaque para emissão de 7 séries de obrigações corporate clássicas, 2 séries de obrigações municipais e 1 credit linked-notes.

Quanto ao segmento de Títulos do Tesouro (OT e BT), seguiu-se a tendência dos anos anteriores, registando-se um montante de 90.011.228 milhões de ECV representando cerca de 84,25% da capitalização bolsista global. Até ao final de ano de 2022, o Governo central emitiu junto da BVC 193 Títulos de Tesouro, representando um montante de 22.321.845 milhões de ECV.

Em relação às Autarquias Locais, no final do ano de 2022, havia 4 obrigações municipais emitidas, incluindo mais duas novas emissões, nomeadamente do município dos Mosteiros, no montante de 100.000 milhões de ECV, e do município de São Domingos, no valor de 160.000 milhões de ECV.

Em 2022, o montante de financiamento destinado ao setor privado, foi de 5.344.000 milhões de ECV (ACE, CVT, IIB e MORABI), quando em 2021 tinha sido de 1.425.000 milhões de ECV (ANMCV, CCV, ECOBANK e RTC). Também, foram emitidas 5 séries de emissões de obrigações corporate, com destaque para as emissões das Obrigações da MORABI (uma Social Bond), do ACE – Agrupamento Complementar de Empresas (considerada 1ª Basket bond) e do iib (Credit-Linked Note).

8.2.14. Fundo do Ambiente

O Fundo Ambiente (FA) é um outro componente que integra o ecossistema de financiamento, nos domínios da preservação e proteção do ambiente, água e saneamento em Cabo Verde. A nível dos parceiros internacionais, o Fundo explora, numa ótica de continuidade, ações de índole estratégica, que têm vindo a criar as condições para a mobilização, diversificação das fontes de financiamento do Fundo, através de aproveitamento de janelas de oportunidades proporcionadas para Fundos Ambientais e outros Parceiros Internacionais, como são os casos do Fundo Verde para o clima, Fundo de Adaptação e Fundo Ambiental (Portugal).

Em 2022, o montante global previsto como receita adveniente da cobrança da Taxa ecológica foi de aproximadamente 728 milhões de ECV. Somado o saldo inscrito, o valor total foi de aproximadamente 987 milhões de ECV, conforme indicado no quadro seguinte.

FONTE DE FINANCIAMENTO E RÚBRICA DE CLAS. ECONÓMICA	RECEITA	DESPESA
Receitas da Taxa Ecológica (Previsão)	728 372 701,00	
Outras Receitas (Coimas,...)	0,00	
Saldo Inscrito	258 344 577,00	
TOTAL	986 717 278, 00	
FINANCIAMENTO DE PROJETOS		
Financiamento Projeto Municipais	0,00	393 136 500,00
Financiamento de Programa Valorização T/A Aldeias Rurais	0,00	65 522 750,00
Instalação da UGP (obras de remodelação da sede, compra de equipamentos, viatura)	0,00	0,00
Financiamento de Outros Serviços	0,00	16 651 891,00
SUBTOTAL (1)	0,00	475 311 141,00
Financiamento Projetos de Administração Central	0,00	491 537 352,00
SUBTOTAL (2)	0,00	491 537 352,00
TOTAL (1+2)	0,00	966 844 493,00
Operação de Funcionamento	0,00	19 872 785,00
TOTAL GERAL	986 717 278, 00	986 717 278, 00

Tabela 27: Fonte de Financiamento, FA 2022.

Durante o ano de 2021, o Governo focou-se na estabilização da pandemia provocada Covid-19 e, conseqüentemente, na recuperação e normalização do funcionamento dos principais setores. O início dos desembolsos dos projetos municipais só se efetivou no início de 2022. Assim, até final de dezembro de 2022, o montante total desembolsado foi de aproximadamente 290 milhões de ECV, conforme segue o quadro abaixo:

N.O	MUNICÍPIOS	VALOR GLOBAL CONTRATUALIZADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	(%) V GLOBAL
1	S. DOMINGOS	68 018 778,65	28 305 828,00	41,6
2	S. MIGUEL	86 912 883,83	36 132 650,00	41,6
3	SAL	62 350 547,00	23 887 914,00	38,3
4	S. FILIPE	103 917 578,00	34 279 394,00	33,0
5	Rª GRANDE	98 249 346,94	31 362 721,00	31,9
6	MAIO	39 677 620,88	12 175 000,00	30,7
7	PORTO NOVO	105 806 989,01	29 310 103,00	27,7
8	S. CATARINA DO FOGO	39 677 620,00	10 530 958,00	26,5
9	Rª BRAVA	49 124 673,47	12 924 122,00	26,3
10	PAUL	47 235 262,95	11 667 000,00	24,7
11	Rª GRANDE SANTIAGO	52 903 494,51	12 704 067,00	24,0
12	TARRAFAL S. NICOLAU	30 230 568,00	6 807 642,00	22,5
13	S.LOURENÇO ÓRGÃOS	52 903 494,50	9 475 874,00	17,9
14	BOAVISTA	56 682 315,54	8 127 574,00	14,3
15	MOSTEIROS	52 903 494,00	4 498 500,00	8,5
16	BRAVA	35 898 799,84	2 950 000,00	8,2
17	SANTA CRUZ	143 595 199,37	10 344 391,00	7,2
18	TARRAFAL	98 249 346,94	5 000 000,00	5,1
19	PRAIA	251 291 598,89	0,00	0,0
20	S. SALVADOR DO MUNDO	56 682 315,54	0,00	0,0
21	S.VICENTE	160 599 894,03	0,00	0,0
22	S CATARINA	196 498 692,00	0,00	0,0
VALOR GLOBAL		1 889 410 513,89	290 483 738,00	15,4

Tabela 28: Desembolso dos projetos municipais, FA 2022.

Decorrente do compromisso do Governo, no quadro do reforço do sector de água e saneamento, o Fundo tem vindo, também, a assegurar a gestão de financiamentos dos aterros sanitários, junto das Associações dos Municípios nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santiago e Fogo, conforme segue no quadro abaixo.

ENTIDADE/PROJETO	VALOR CONTRATUALIZADO	VALOR DESEMBOLSADO
Construção do Aterro Sanitário Controlado de S. Antão (na fase de conclusão)	18 000 000,00	18 000 000,00
Construção do Aterro Sanitário Controlado de S. Vicente	26 844 391,00	7 800 000,00
Construção do Aterro Sanitário Controlado do Fogo - inaugurado a 1ª fase	40 000 000,00	19 704 743,00
Reforço da melhoria de funcionamento do Aterro Sanitário de Santiago *	8 000 000,00	8 000 000,00
Total Geral	92 844 391,00	53 504 743,00

Tabela 29: Desembolso dos projetos municipais - Financiamento de Aterros Sanitários, FA 2022.

8.2.15. Fundo da Sustentabilidade Social para o Turismo

Em termos globais, os fundos mobilizados pelo FSST ascenderam os 437 milhões de ECV. O saldo inicial em 01 de outubro de 2022 foi de aproximadamente 221 milhões de ECV. Em 2022, foram arrecadadas receitas próprias no montante de aproximadamente 215 milhões de ECV, e realizadas despesas totais no montante de aproximadamente 165 milhões de ECV. O saldo contabilístico reconciliado final, em 31 de dezembro de 2022, foi de aproximadamente 270 milhões de ECV.



9. **ECOSSISTEMA** QUALIFICAÇÃO E **EMPREGABILIDADE**

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

Nos últimos anos, o Governo criou e reviu vários instrumentos no âmbito da Qualificação e Empregabilidade como: o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de Qualificações e o Programa de Estágios Profissionais Empresariais. Também foi operacionalizado o Sistema de Reconhecimento, procedeu-se com a Validação e Certificação de Competências (RVCC), foi criada a Plataforma de Acreditação de Entidades Formadoras, o Regime Jurídico de Financiamento da Formação Profissional e o Regime de Acesso e Exercício de Profissões. O Governo ambiciona no horizonte 2030 uma *“Formação profissional enquanto sistema socialmente reconhecido como um eixo acelerador do desenvolvimento sustentável do capital humano e promotora do emprego digno”*.

Com a implementação do PEDS II e através de uma visão sistémica e partilhada a longo prazo, uma divisão eficiente de papéis entre os atores, uma política e estratégia de desenvolvimento programada, inclusiva e evolutiva a longo prazo, poderá impulsionar o setor do emprego e da empregabilidade. O MFFE tem um papel importante a exercer no estabelecimento e implementação das políticas e programas financeiros, visando melhorar as competências e habilidades dos trabalhadores, aumentar a empregabilidade e promover o desenvolvimento socioeconómico.

9.1. REFORÇAR A FORMAÇÃO E ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

No ano de 2022, através da intervenção do CERMI no domínio da formação profissional, conseguiu-se realizar 29 ações de formação profissional, 20 ações de FPI e 9 ações de FPC, sendo 405 jovens de FPI e 92 de FPC, beneficiando um total de 497 técnicos. No âmbito do Programa PIDC e do Fundo de Promoção de Emprego e Formação (FPEF), foram abertas 14 novas ações no mesmo período, beneficiando mais 305 jovens. A agregar as duas iniciativas, conclui-se que foram inseridos 802 jovens na formação profissional através do CERMI. A nível de Estágios Curriculares, foram inseridos 273 alunos nos estágios profissionais, e destes, 112 foram inseridos no mercado de trabalho, representando uma taxa de empregabilidade de aproximadamente 70%.

O IEFP, por sua vez, realizou também 223 ações de formação, beneficiando 4.182 jovens, adultos e profissionais ativos no mercado, correspondendo a 56% dos beneficiários prevista para o ano de 2022. Os dados desagregados seguem no gráfico abaixo.

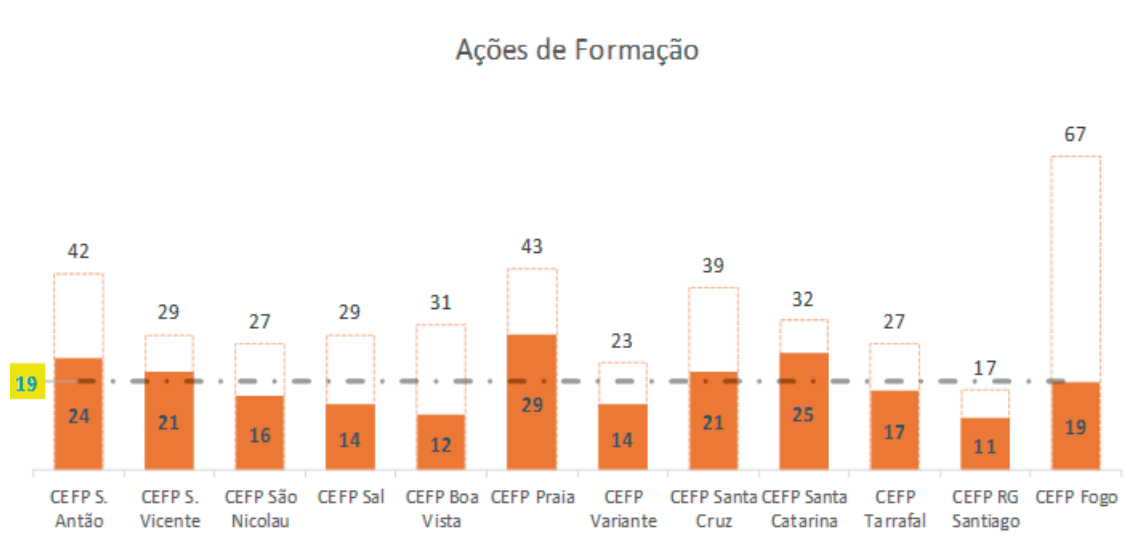


Figura 31: Ações de formação, IEFP 2022.

Quanto à promoção de formações ligadas ao setor da hotelaria e turismo, a EHTCV desenvolveu várias atividades, alcançando resultados muito importantes. Foram concluídas as 9 ações de formação transitadas do ano de 2021 e aberto mais 12 ações de FPI, perfazendo um total de 273 inscritos, sendo 72,5% do sexo feminino e 27,4% do sexo masculino. Apurou-se também que as mulheres continuam a ter prevalência na procura pela formação profissional no sector da hotelaria, restauração e turismo. A EHTCV executou ainda um total de 26 ações de FPC, perfazendo 434 matriculados, sendo aproximadamente 99% de sexo feminino e 1% de sexo masculino e inseriu 139 formandos em estágio curricular. Em termos agregados, cerca de 707 formandos inscreveram-se nas FPI e FPC, e destes, 568 conseguiram os diplomas. Contudo, um resultado ligeiramente abaixo do potencial verificado em 2021.

9.2. ACREDITAÇÃO DAS ENTIDADES FORMADORAS

O Plano Estratégico de Formação Profissional (PEFP) constituía a lista dos produtos entregáveis para o ano de 2022. Foi elaborada uma proposta preliminar, no entanto não foi possível alinhar todas as prioridades, previamente, identificadas durante o período em análise. Contudo, prevê-se a sua conclusão e publicação em 2023.

Por outro lado, foi desenvolvido e integrado na infraestrutura tecnológica do MFFE, a Plataforma de Acreditação das Entidades Formadoras, foram realizadas sessões de formações sobre a utilização da plataforma e foi elaborado o plano de comunicação e socialização do Manual de Acreditação. Contudo, a avaliação e o seguimento das entidades formadoras acreditadas, permanece um desafio. Para colmatar este desafio, encontram-se em curso dois projetos, um para diagnosticar o sistema de acreditação, e outro para desenvolver o sistema de seguimento das entidades formadoras.

Alvarás por Ilha (Localização Estabelecimento)

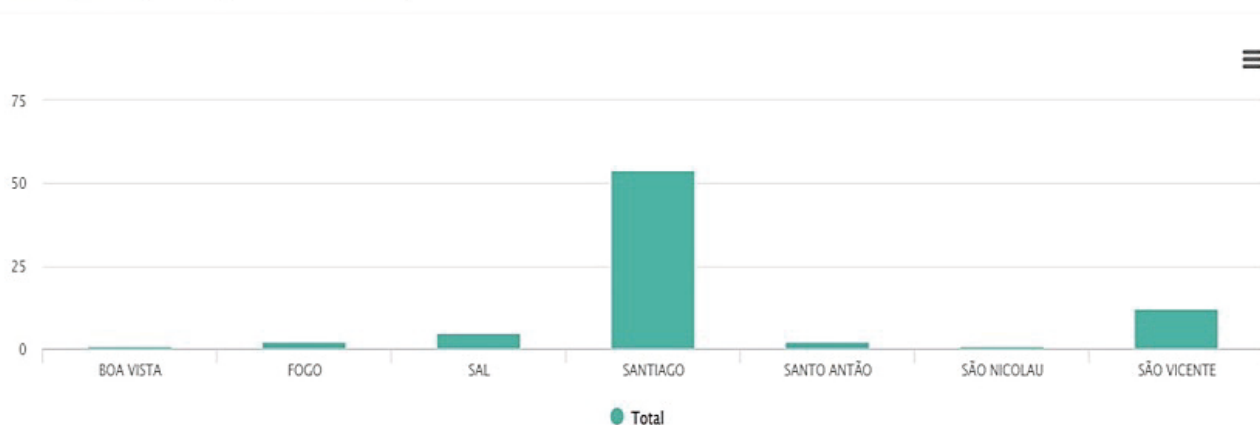


Figura 32: Alvará de acreditação por ilha, DGE 2022.

Uma vez estabelecidos e divulgados os requisitos legais para a acreditação das Entidades Formadoras, avançou-se com as visitas de verificação, assegurando assim a eficiência nos serviços da formação profissional. Em 2022, foram efetuadas 17 visitas de verificação de requisitos para atribuição do alvará de acreditação e 3 visitas de ações de fiscalização, traduzindo-se em emissão de 20 alvarás, das quais 12 na ilha de Santiago, 4 em São Vicente, 2 na ilha do Sal, 1 em São Nicolau e Boavista.

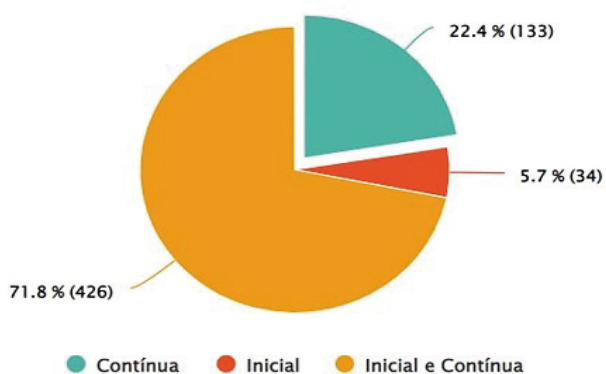


Figura 33: Gráfico 21: Alvará de acreditação por modalidades de formação.

Verificou-se, ainda, que 22,4 % das entidades acreditadas ministram formação contínua, 5,2% dedicam-se à formação inicial e 71,8% abarcam a modalidade inicial e contínua, conforme o gráfico ao lado.

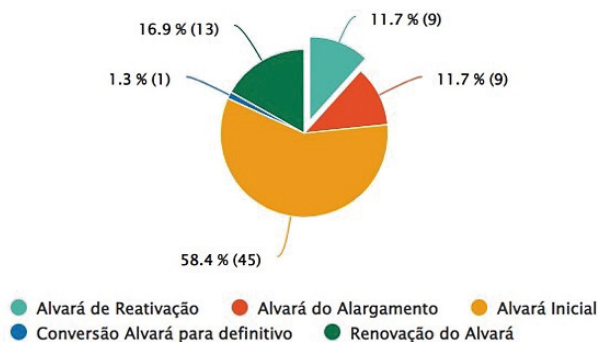


Figura 34: Alvará de acreditação por tipo.

É de registar ainda que 58,4% das entidades obtiveram alvará inicial, 16,9% concedida a renovação do alvará, 11,7 % a alargamento, 11,7 % a reativação do alvará, e 1,3% a conversão do alvará provisório para definitivo. A nível do registo de entidades na plataforma, até ao final do ano 2022, um total de 75 entidades efetuaram os registos, sendo que apenas 10 mantiveram no registo prévio, contabilizando assim o total de 65 entidades acreditadas.



Ainda, conforme os dados apurados até o final do ano de 2022, 72,7% das entidades já estavam na posse de alvará válido e 27,3% tinham alvará caducado. O setor privado liderou o grupo das entidades acreditadas com 69,3%, o setor público com 24%, público empresarial com 4% e as ONG's com 2,7%.

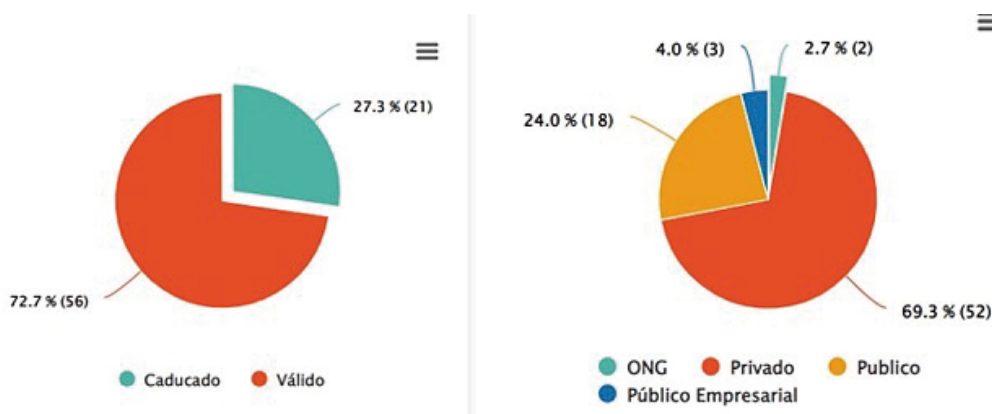


Figura 35: Alvará por estado e por natureza.

Em termos de setores, a maioria das entidades acreditadas foram do grupo AGE (50), seguido das famílias TIC (31), COM (29), HRT (26), IMA (19), SSC (19) e Meio Ambiente e Segurança (15). Por outro lado, as entidades formadoras menos solicitadas foram do grupo Marítimo Pesqueira (3), Madeira e Móbia (3) e Indústrias Extrativas (2).

Assim sendo, as instituições públicas promotoras de formação profissional, cientes do impacto da Formação Técnica e Profissional (FTP) no desenvolvimento do capital humano, realizaram também um Fórum internacional para debater a Qualidade da Formação Técnica Profissional em Cabo Verde sobre o lema “Formação profissional de excelência para todos”. Foram alcançados um conjunto de resultados importantes e identificados vários aspetos de suma importância para o setor de FTP, entre os quais destacam as contribuições para o reforço da qualidade da FTP, identificação de parâmetros de qualidade a serem implementados no processo de ensino/aprendizagem, perspectivas e desafios da FTP no horizonte 2030.

Também foram realizados encontros trimestrais (qualidade vs financiamento) com entidades de formação profissional e outros atores-chaves no domínio da formação para debaterem as dificuldades do setor e recolha de subsídios para a melhoria do sistema de formação profissional em Cabo Verde, melhorar a integração das entidades no sistema de financiamento e apresentação da formação da plataforma a distância, ao abrigo do regime jurídico da metodologia de formação profissional a distância.

9.3. PROMOÇÃO ATIVA DO EMPREGO

Para a concessão e formulação de políticas de emprego foi primordial assegurar a adequação da realidade de mercado de emprego e a atualização dos mecanismos necessários às atividades relacionadas com a procura, integração e manutenção do emprego. Em 2022, foram assumidas diversas atividades mediante as prioridades estratégicas estabelecidas. Foi assinado um novo acordo de Cooperação Bilateral, entre o Governo de Cabo Verde e Governo de Grão-Ducado de Luxemburgo para apoiar o setor de Formação Profissional, Emprego e Empregabilidade.

Adicionalmente, foram revistos os indicadores da Matriz Emprego Empregabilidade, e estes, foram avaliados pelo setor no que tange a sua pertinência, eficácia, eficiência, relevância, sustentabilidade, assim como o seu impacto e alinhamento com os produtos da Estratégia Nacional de Promoção de Emprego Digno (ENPED) e do novo PEDSII (2022 – 2026). O guia de orientação para a gestão dos indicadores da Matriz Emprego Empregabilidade também sofreu alterações e foi implementada a matriz de Seguimento das Recomendações do Aide Memoire e apresentadas na missão de avaliação do Setor Emprego Empregabilidade.

Desta forma, em 2022, o CEFEP registou 9.625 indivíduos (excluindo os inscritos via plataforma PEPE) nos seus programas. Destes, 3.129 jovens e adultos foram beneficiados no âmbito dos projetos e

serviços de Emprego e Empregabilidade. Dos programas para a promoção de emprego, o Estágio Profissional foi o programa que contribuiu com maior percentagem a nível de beneficiários, aproximadamente 64.3% do total dos abrangidos em 2022, tendo o CEFP da Praia registado maior número com 1.060 beneficiário, seguido de São Vicente e Santa Catarina, com 701 e 410 beneficiários, respetivamente.

Relativamente ao Programa de Estágios Profissionais Empresariais (PEPE), em 2022, registou-se um total de 2.013 estagiários, tendo a Praia, mais uma vez, registado o maior número com 821 estagiários, seguido de São Vicente com 410 beneficiários e Santa Catarina com 336 estagiários, conforme o gráfico abaixo.

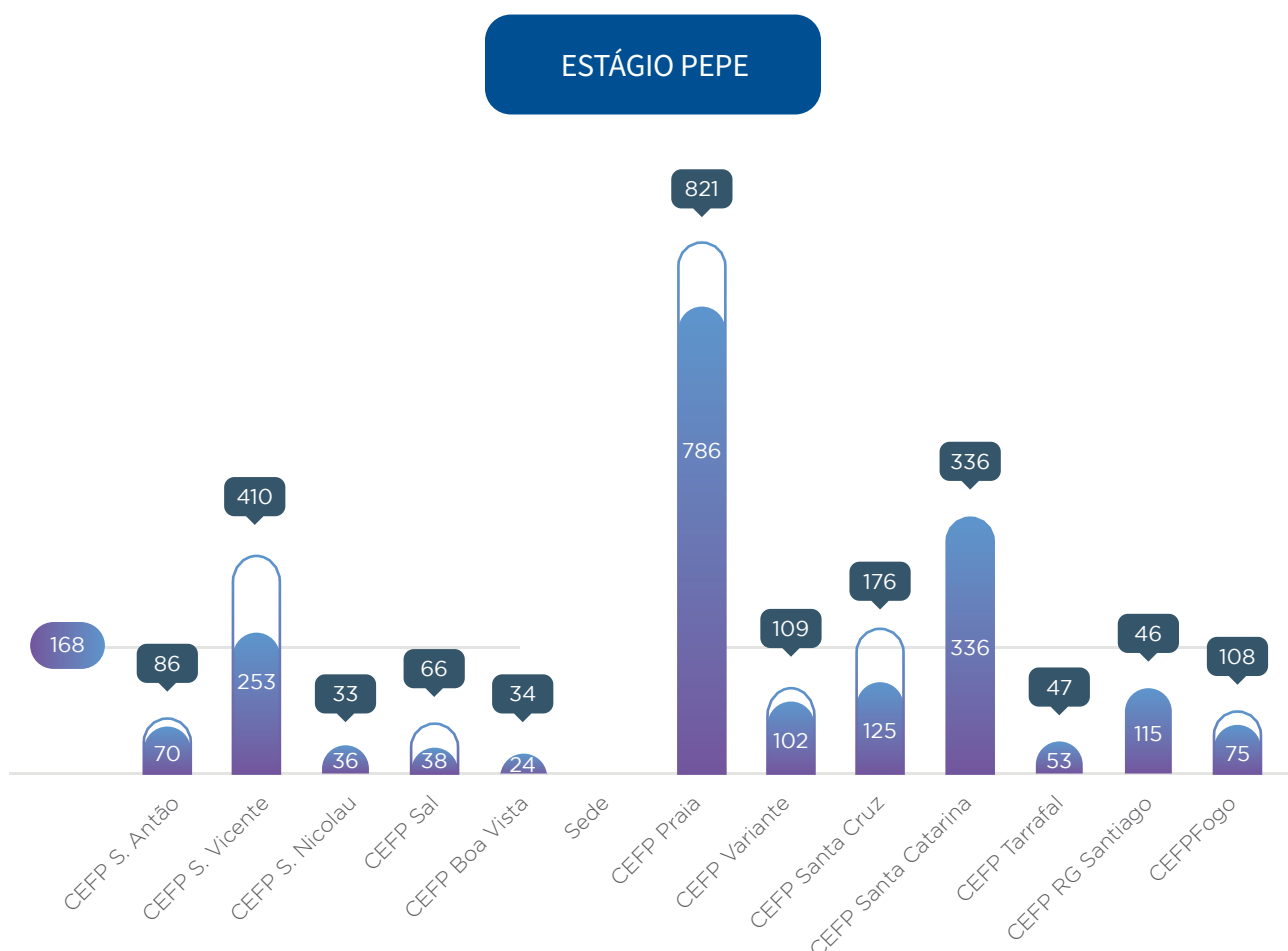


Figura 36: Estágios Profissionais, IEFP 2022

No âmbito do programa de empreendedorismo, foi decidido priorizar os jovens com ideias de negócio e formação Germe, dotados de competências técnicas na sua área de formação e/ou com experiência na sua área de negócio. Nesta linha, foram beneficiados um total de 296 jovens e adultos que concluíram uma ação de formação PIN e que apresentaram os melhores planos de negócios.

9.4. CARTEIRAS PROFISSIONAIS E ESTRATÉGIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO EMPREGO DIGNO

Para assegurar a execução das atividades promotoras de emprego e empregabilidade, em 2022, estava prevista a implementação de um Plano Operacional para atribuição das Carteiras Profissionais. Foram realizadas 11 (onze) ações de divulgação do Regime Jurídico que regula o acesso a Carteira Profissional junto dos operadores da área de Hotelaria Restauração e Turismo, nas ilhas de Santiago, Sal, São Vicente, Boa Vista e Santo Antão e foi concebido e divulgado os instrumentos das profissões regulamentadas na comunicação social e nas redes sociais para sensibilização e adesão às Carteiras Profissionais.

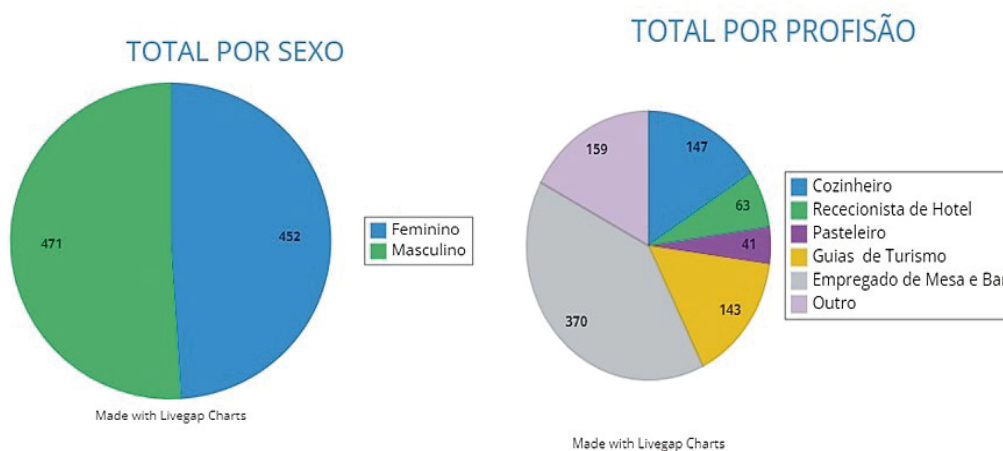


Figura 37: Profissionais interessados ao título da carteira profissional, impulsionado pelas ações de divulgações do regime jurídico de acesso e exercício das profissões regulamentadas, DGE 2022.

Relativamente a adesão ao título das Carteiras Profissionais por via do RVCC, foram registados 923 profissionais candidatos para a área de Hotelaria Restauração e Turismo e, estes, foram encaminhados a EHTCV. Também foi efetuada a concessão e operacionalização do portal das Carteiras Profissionais SICP e a conceção de flyers banner para divulgação das profissões regulamentadas. Ao nível da reforma, foi elaborada e publicada a proposta de revisão e alteração do Regime Jurídico que regula o acesso as Carteiras Profissionais através dos decretos regulamentares, Decreto-Lei N.º 35;36;37;38;39/2022. Também foi aprovado no Conselho de Ministros a Estratégia Nacional de Promoção do Emprego Digno (ENPED). No entanto, aguarda-se a sua aprovação na Assembleia Nacional e publicação no Boletim Oficial.

9.5. ESTUDOS DE IMPACTO DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO 2018 - 2020

A DGE em parceria com o Observatório do Mercado de Trabalho (OMT) realizou o “Estudo de Impacto das Políticas Ativas de Emprego 2018-2020”, disponibilizando os dados/informações relativamente ao indicador 2 e 4 da Matriz TVET e com o propósito de avaliar o impacto das políticas ativas de emprego implementadas pelas entidades públicas e privadas sobre a empregabilidade dos beneficiários no que tange:

- a. Qualificação Profissional, incluindo beneficiários de via Técnica e dos diplomados da formação ministrada pelas Escolas Técnicas.
- b. Programa de Estágios Profissionais Empresarial (PEPE),
- c. Desempregados de Longa Duração (DLD)
- d. Empreendedorismo e Apoio a Criação do Próprio Emprego.

A implementação destas medidas, revelou-se crucial, porque permitiu ao Governo averiguar a taxa de inserção e eficácia das políticas ativas de emprego adotadas, assim como a aferir a possibilidade para a implementação de novas políticas, no quadro da definição das suas prioridades. Desta feita, com base no estudo efetuado, a situação dos beneficiários face ao mercado de trabalho foi caracterizada e identificadas, assim como o impacto dos programas e projetos implementados entre o ano de 2018 - 2020.

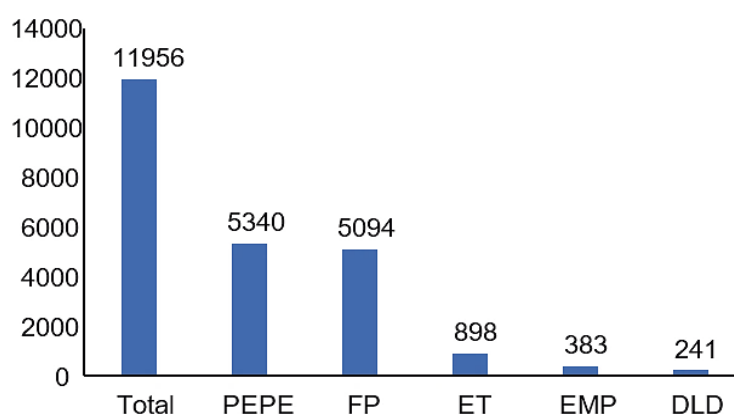


Figura 38: Beneficiários (em efeito) segundo programa/projeto, OMT 2022.

De acordo com os dados apurados, foram inscritos um total de 11.956 beneficiários, traduzindo-se numa taxa de inserção superior a 70%. A maior taxa de inserção foi verificada nos beneficiários do ano de 2019 em todos os programas. Em termos do género, a maior taxa de inserção foi identificada nos beneficiários do sexo masculino, mesmo estes representando 33% do total dos Beneficiários.

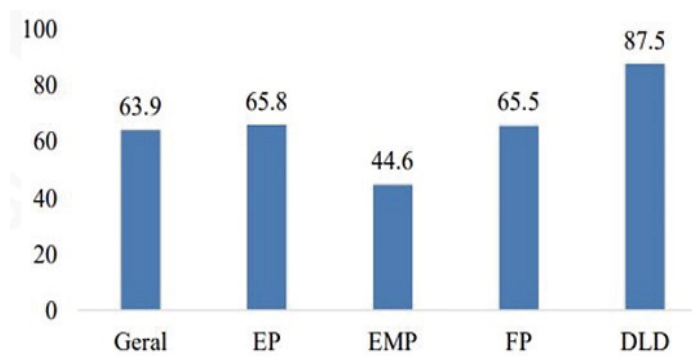


Figura 39: Taxa de inserção nos primeiros 12 meses (%) por programa, OMT 2022.

A decisão do Governo na introdução dos programas ativos de emprego, converteu-se numa situação favorável quando comparado com os anos anteriores sem os programas. Atualmente, a taxa de inserção é em média superior a 50% em todos os programas, onde 72,3% dos inquiridos conseguiram inserir ou manter o trabalho em contrapartida com os 55% verificado antes dos programas.

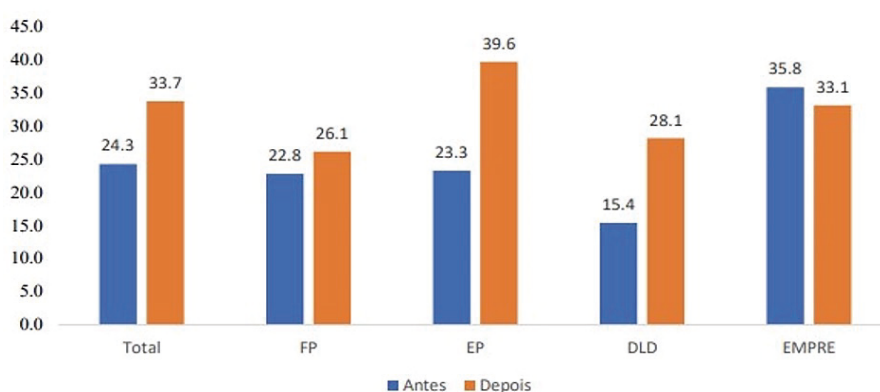


Figura 40: Taxa de inscrição no INPS, DGE 2022.

Relativamente as contribuições, com a introdução dos programas verificou-se também uma melhoria significativa quanto a promoção do trabalho digno. Anteriormente, apenas 22% dos inquiridos, empregados estavam inscritos no INPS em comparação com os 43% averiguados através dos programas. Quanto ao quadro profissional dos inquiridos com trabalho, cerca de 58% têm um contrato de trabalho por escrito, contrabalançando a proporção dos 30% verificados antes do programa. A elaboração do estudo permitiu concluir ainda que, os inquiridos com formação profissionais estão em melhores condições em conseguirem um trabalho digno.

9.6. COMPETITIVIDADE E EMPREGO DIGNO

No âmbito da Competitividade e Emprego Digno foram desenvolvidas varias atividades para apoiar na implementação do programa de desenvolvimento de competências para a promoção do empreendedorismo. Foi concebido um Programa Integrado de Desenvolvimento de Competências (PIDC), sendo de caracter plurianual, transversal e integrado, com o objetivo de promover o emprego digno e promoção de empreendedorismo em parceria com as entidades publicas do setor EFE através dos sistemas de educação, formação profissional.

Também, foi assinado o Contrato Programa Indicativo do Empreendedorismo estabelecido entre DGE e IEFP, visando apoiar a implementação de um programa integrado para a promoção do empreendedorismo, através dos centros de emprego, com atribuição de kits de inserção, focando na inserção produtiva de jovens pela via do empreendedorismo. O contrato foi assinado com o propósito de regular os termos e as condições de financiamento para dar resposta ao objetivo estratégico de maximizar a capacidade empreendedora e, incrementar o acesso as oportunidades de emprego digno para jovens, mulheres e grupos expostos a exclusão nos setores catalíticos e contribuir para reduzir o numero de jovens NEET. Prevê-se que, 173 unidades de negócios beneficiam deste acordo.

9.7. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROJETOS DE PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO E DO EMPREGO

Os instrumentos de gestão criados e melhorados contribuíram para alinhamento dos produtos definidos no PEDS com os produtos dos projetos executados, permitindo verificar as metas estabelecidas e a racionabilidade na gestão de recursos.

A execução financeira em 2022 alcançou os 75%, num montante total de aproximadamente 370 milhões de ECV. Do valor global da execução, um montante de aproximadamente 43 milhões de ECV foi executado nos serviços financeiros do IEFP nos Projetos Desenvolvimento das Ofertas Formativas e Apoio à criação do emprego.



10. **ECOSSISTEMA** MELHORIA **DO AMBIENTE** DE NEGÓCIOS

Relatório de Atividades do
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é um fator fundamental para a diversificação da economia, pese embora o estabelecimento de um ambiente de negócios competitivo. Nos últimos anos, Cabo Verde tem feito um trabalho notável de atracção de IDE, nomeadamente nos serviços de facilitação dos investidores através do Balcão Único do Investidor (BUI), sob a responsabilidade da Cabo Verde TradeInvest e em parceria com as várias estruturas do Estado, incluindo as Câmaras Municipais.

Assim, e como estabelecido no PEDS II, o Governo vem posicionando no sentido de melhorar o ambiente de negócios em Cabo Verde, propondo medidas que visam estabelecer uma maior eficiência na criação de empresas e licenças, a melhoria de procedimentos de importação e exportação, redução do tempo para registo de propriedade e melhoria nos processos judiciais e insolvência nos tribunais.

É nesta lógica que, em 2022 o MFFE implementou as medidas necessárias para dar continuidade ao programa de melhoria do ambiente de negócios, dinamizando investimentos privados associados ao quadro regulatórios favoráveis, cenário macroeconómico estável, pacote competitivo de benefícios fiscais e iniciativas de apoio ao empreendedorismo e a aceleração da criação de empregos.

10.1. ESTABELECIMENTO DE REDES DE CONVENÇÕES DE DUPLA TRIBUTAÇÃO E TRATADOS ADUANEIROS

Os principais países a serem promovidas ações de negociações das Convenções de Dupla Tributação (CDT) já foram identificados e propostas elaboradas, em parceria com Ministério dos Negócios Estrangeiros. Dado aos atrasos verificados na reação dos países em relação às propostas enviadas durante a da pandemia da COVID-19, em 2022, intensificou-se a articulação com a equipa do MNEC no sentido de agilizar o processo.

Por outro, foi concluído o processo da atualização da CDT, visionando as melhores práticas internacionais, com Macau, e foi iniciado o processo de revisão com Maurícias e Portugal. Todavia, encontra-se em fase de análise a proposta de CDT com a Turquia e Hong Kong.

10.2. REVISÃO, APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO QUADRO JURÍDICO-LEGAL DO SISTEMA FISCAL

No que se refere a esta matéria, em 2022, foram entregues um conjunto de produtos, nomeadamente:

- Revisão de Código de Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Coletivas (CIRPC):
 - Introdução do regime de incentivos Fiscais para a investigação e desenvolvimento empresarial;
 - Clarificação do sistema de pagamento fracionado;
 - Reforço da proteção social dos trabalhadores através da promoção de seguros de saúde (dedutibilidade de até 20% das despesas com o pessoal, os gastos suportados com prémios de seguros de doença e de saúde atribuídos à generalidade dos trabalhadores).
- Introdução do sistema de auto faturação em parceria com a DNRE;
- Revisão do Código de Benefícios Fiscais:
 - Flexibilização dos incentivos à indústria e limitação da taxa máxima de DI na importação de matérias primas a 10% com o término do período de isenção;
 - Flexibilização da idade das viaturas e equipamentos para o efeito de benefícios aduaneiros
- Introdução de incentivos para os nômadas digitais;
- Alargamento do acesso ao programa de Startup jovem às MPEs e cooperativas que empreguem maioritariamente jovens;
- Criação de Incentivo às startups de base tecnológica;
- Proposta de criação de Zonas Livres Tecnológicas;
- Introdução de incentivos às viaturas todo terreno que se destinam ao turismo de aventura;

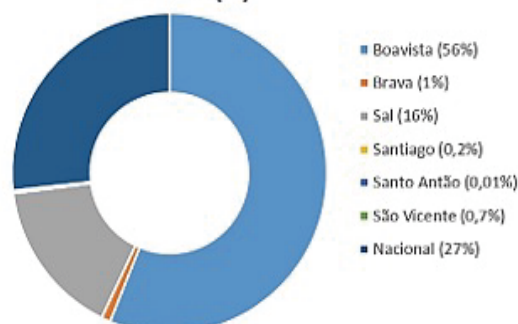
- Introdução de incentivos às obrigações e títulos da dívida pública detidos ou que venham ser subscritos pelos emigrantes cabo-verdianos.
- Alteração em sede de Imposto sobre consumos especiais (ICE):
 - Alteração da Pauta Aduaneira, no âmbito da crise internacional causada pela guerra na Ucrânia, visando essencialmente combater a alta de preços de combustíveis (redução da taxa de ICE sobre gasóleo e gasolina, mudando de 10% para a específica de 6 ECV por litro; redução da taxa de DI sobre gasolina, de 20% para 10%; bem como sobre fuel 180 e 380, de 5% para zero), com efeitos de 01 de julho a 31 de dezembro de 2022;
 - Aumento da taxa de ICE específico sobre tabacos de 70 escudos para 90 escudos por maços de cigarros;
 - Aumento da taxa específica do ICE sobre bebidas alcoólicas (cerveja de 15 ECV/litro, para 20 ECV/litro, vinho de 30 ECV/litro para 35 ECV/litro; bebidas espirituosas de 100 ECV/litro para 130 ECV/litro e whisky de 150 ECV/litro para 180 ECV/litro);
 - Alteração da taxa de DI e do ICE relativamente ao gasóleo fuel e gasolina no âmbito das medidas de mitigação do impacto do aumento de preços de combustíveis:
 - a) A taxa de ICE específica passou de 10% para 6 ECV/litro sobre a gasolina e o gasóleo;
 - b) A Taxa de DI sobre fuel baixou de 5% para 0%;c) A taxa de DI sobre gasolina voltou para 20%.
- Introdução de incentivos à produção de energia renovável;
- Isenção de imposições aduaneiras na importação de equipamentos e acessórios, em estado novo e modernos, destinados à produção de energia renovável;
- Revisão do Decreto-Lei que criou a taxa turística, aumentando a 0,5 euros e a sua afetação ao programa de erradicação de pobreza extrema;
- Revisão da Lei que cria a Zona Económica Especial da Ilha do Maio (ZEEIM)
- Revisão da Lei de utilidade pública reduzindo os prazos para a declaração de utilidade pública às pessoas coletivas de utilidade pública;
- Introdução do regime de atribuição da tarifa social para o fornecimento do serviço de internet;
- Regulamentação da Lei de PMD:
 - Portaria nº 31/22 de 13 de julho, que estabelece os procedimentos de candidatura ao Estatuto de PMD;
 - Portaria nº 32/22 de 13 de julho, que define a constituição e o funcionamento da Comissão de Avaliação do PMD)

- Introdução da possibilidade de estruturas públicas contratualizarem seguros de saúde como proteção social complementar ao regime da segurança social.
- Eliminação da obrigatoriedade de inclusão do NIF (passar faturas) a vendas de valor igual ou superior a 20 mil escudos;
- Autarquias locais
 - Criação de linhas de crédito para investimento em sectores de interesse público;
 - Introdução do Regime especial de regularização de dívidas tributárias das autarquias locais;
 - Alargamento de incentivo à construção de espaço para a prática desportiva às Autarquias Locais (isenção do DI e do IVA na importação de materiais e equipamentos destinados à manutenção ou reestruturação de espaços para a prática de desporto);
 - Revisão das propostas de leis sobre o regime financeiro dos municípios, bases do orçamento municipal, Código do Imposto sobre a Transmissão de Imóveis e Código do Imposto sobre a Propriedade de Imóveis, em articulação com o Ministério de Coesão Territorial
- Introdução da regulação da prestação de serviços com ativos virtuais e a constituição de Bancos Digitais;

10.3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2022 foram submetidos 57 projetos de investimento à Cabo Verde TradeInvest (CVTI), dos quais 24 foram aprovados, representando um volume de investimento de 3.470 milhões de euros e 12.391 empregos. Consequentemente, 33 projetos transitaram para o ano 2023, podendo aferir-se que a taxa de aprovação de projetos foi de 42,1%. Dos 24 projetos aprovados, 10 foram implementados. Em termos de agregação por ilha, a ilha da Boavista liderou o grupo, apresentando um volume de investimento aprovado à volta de 56%, seguido da ilha do Sal com 16%. O projeto Vinci Aeroportos representou aproximadamente 27% do total do investimento aprovado em 2022, e por ser um projeto que abarca todas as ilhas do país, foi considerado investimento nacional. A distribuição geográfica de empregos previstos, associados aos projetos aprovados, segue a mesma tendência relativamente ao volume de investimento. As ilhas da Boavista e do Sal concentraram o maior número de empregos previstos, 53,3% e 40,7%, respetivamente, conforme os gráficos representados abaixo.

Volume de Investimento Aprovado em 2022
Por Ilha (%)



Número de Empregos Previstos em 2022
Por ilha (%)

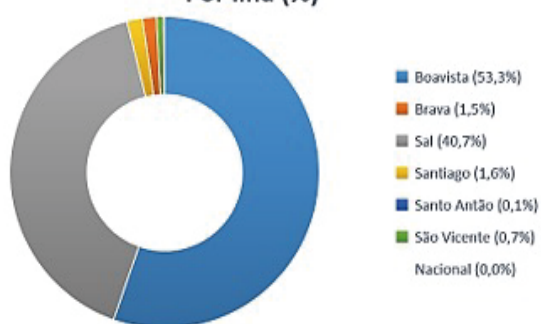


Figura 41: Volume de Investimentos Aprovados e Empregos Previstos por ilha, CVTI 2022.

Ao nível setorial constatou-se que a grande maioria dos projetos aprovados se concentram no setor do turismo, arrecadando 17 projetos, representando aproximadamente 73% do total de investimentos e responsável por 99% dos empregos a serem gerados.

Em relação à origem dos projetos, cerca de 61% dos projetos aprovados tiveram origem em Cabo Verde, com um volume de investimento de aproximadamente 8 milhões euros e 286 empregos gerados. Ao nível internacional, a Inglaterra lidera o grupo com um volume de investimento aprovado a rondar os 54,8% e 55% dos empregos previstos, conforme o quadro seguinte.

Distribuição da Origem dos Projetos aprovados em 2022

Origem	Nº	%	Investimento (Euros)	%	Empregos	%
Cabo Verde	14	58,3%	8 704 268	0,3%	286	2,3%
Bélgica	2	8,3%	550 000 000	15,9%	5 012	40,5%
EAU	1	4,2%	1 243 744	0,0%	34	0,3%
Espanha	1	4,2%	48 000 000	1,4%	50	0,4%
EUA	1	4,2%	32 258 649	0,9%	180	1,5%
França	3	12,5%	928 196 795	26,8%	9	0,1%
Inglaterra	1	4,2%	1 900 000 000	54,8%	6 800	55,0%
Alemanha*	1	4,2%				
Total	24	100,0%	3 468 403 456	100,0%	12 371	100,0%

*Alteração projeto

Tabela 30: Distribuição da Origem dos Projetos aprovados, CVTI 2022.

10.3.1. Ações de promoção de investimento

A CVTI realizou o Cabo Verde Investment Fórum, em junho de 2022, com o lema “Cabo Verde is Open to the World”, contando com a participação de mais de 430 inscritos, mais de três dezenas de nacionalidades a demonstrarem o seu interesse em conhecer as oportunidades de investimento em Cabo Verde. Também, foram assinadas seis Convenções de Estabelecimento e um Contrato de Investimento e estiveram presentes 18 instituições financeiras, das quais 11 internacionais, e 81 promotores de projetos (37 nacionais e 44 internacionais) de 7 setores diferentes, alinhando assim os interesses do Governo para a diversificação da economia cabo-verdiana. Relativamente às negociações, foram realizados 142 encontros de B2Bs, onde os promotores tiveram a oportunidade de apresentarem os seus projetos a potenciais parceiros, investidores e financiadores.

O valor global contratado foi de aproximadamente 4.529 milhões de euros para os 27 projetos, distribuídos por 6 ilhas de Cabo Verde: Brava (1), Sal (8), Boa Vista (1), Santiago (6), São Vicente (6), São Nicolau (2) e 3 com abrangência nacional. Desse grupo dos 27 projetos, os 5 maiores (com valor superior ou igual a 100 milhões de euros) foram todos do setor do turismo e representaram 87,4% do valor total da carteira.

10.3.2. Reuniões e Missões

Quanto às missões, a CVTI em 2022, recebeu uma comitiva de empresários de diferentes países da União Europeia, integradas no projeto Green Small Smart Cities, organizada pela Câmara de Comércio Checo-Cabo-verdiana para apresentação de seis empresas de diferentes nacionalidades europeias. A missão integrou seis áreas dedicadas às Energias Renováveis representadas, cada uma, por um promotor: Cluster Nanoprogress e Nanotech Dynamics, Cluster de Energia Solar- Solartys, Cluster Catalan Water Partnership, Cluster Mazovia ICT e Cluster Greentech. O objetivo do encontro visava conhecer melhor o mercado nacional do setor das Energias Renováveis, no sentido de estabelecer parcerias e encontrar oportunidades para financiamento de projetos. Durante o ano de 2022, também foram efetuadas outras parcerias, a destacar os seguintes:

- A Feira de produtos Made in Cabo Verde.
- Conferência de Comércio e Investimento Cabo Verde-Florida.
- Lançamento do 2º capítulo do Guia de Investimento - Quadro Regulatório.
- Feira da República Checa em Cabo Verde.
- Tropics Business Summit.
- Global Entrepreneurship Week (GEW).
- VIII Simpósio Germano-Cabo-Verdiano de Energia e Reuniões B2B.

10.3.3. Convenções de Estabelecimento

Nos termos do Decreto-Lei nº 42/2015, de 27 de agosto, que cria, desenvolve e regulamenta os procedimentos para o reconhecimento e acompanhamento dos projetos de investimentos, principalmente os que pela sua relevância requerem uma convenção de estabelecimento, a DNRE, através dos serviços de Balcão Único do Investidor administrado pela CVTI, emitiu em 2022, diversos pareceres sobre matérias abrangidas pelas suas atribuições, com destaque para as relacionadas com incentivos fiscais e aduaneiros atribuídos aos projetos de investimento objetos de contratos fiscais, a saber:

- 1.** Convenção de Estabelecimento celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a CABOTEL - Hotelaria e Turismo, Lda., para a remodelação do complexo hoteleiro denominado Hotel Riu Karamboa.
- 2.** Convenção de Estabelecimento celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade CABOBEL RESORT GROUP, S.A., para a realização do projeto de investimento denominado PONTA SERENA.
- 3.** Convenção de Estabelecimento celebrada entre o Estado de Cabo Verde, a VINCI Airports, SAS e a CABO VERDE Airports, SA a fim de facilitar a implementação e o funcionamento da concessão de serviço público aeroportuário de aviação civil, expandir e modernizar a rede aeroportuária de Cabo Verde.

Encontra-se, ainda, em curso a possibilidade de celebrar:

- 1.** Convenção de Estabelecimento entre o Estado de Cabo Verde e a sociedade EQUATORIAL COCA-COLA BOTTLING COMPANY S.L., para a implementação do Projeto de Reinvestimento nas instalações da CERIS e da CAVIBEL;
- 2.** Convenção de Estabelecimento entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade MATIOTA INVESTIMENTOS LDA.- Sociedade por quotas, tendo em vista o desenvolvimento e a exploração do projeto turístico denominado “GOLDEN TULIP MINDELO”.



Relatório de Atividades do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial 2022



Relatório de Atividades do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial 2022

